

Universidade Federal de São Carlos
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Juntos mais desiguais: um desejo de "nação" paulista não-realizado

Mailce Magri

São Carlos

2011

Universidade Federal de São Carlos
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Juntos mais desiguais: um desejo de "nação" paulista não-realizado

Mailce Magri

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Richard Miskolci

São Carlos

2011

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M212jd

Magri, Mailce.

Juntos mais desiguais : um desejo de "nação" paulista não-realizado / Mailce Magri. -- São Carlos : UFSCar, 2011. 106 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

1. Sociologia. 2. Nação. 3. Modernidade. 4. São Paulo (Estado). 5. Comunidade imaginada. 6. Relações raciais. I. Título.

CDD: 301 (20^a)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx Postal 676
13565-905 São Carlos - SP / Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

MAILCE MAGRI

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, no dia 21 de setembro de 2011 às 18, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em 21 de setembro de 2011

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Richard Miskolci Escudeiro
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar
Orientador e Presidente

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar

Profa. Dra. Larissa Maués Pelúcio Silva
Universidade Estadual Paulista/UNESP-Bauru

Para uso da CPG

Homologado na _____ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em _____

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério
Coordenador do PPGS

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer ao Programa de Pós- Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Aos professores e funcionários que contribuíram para a realização desta dissertação.

Ao meu orientador, Richard Miskolci, que acompanhou o desenvolvimento desta pesquisa, pelas sugestões e leituras imprescindíveis para a confecção deste trabalho.

Ao professor Jorge Leite Júnior que participou da banca de qualificação. Ao professor Valter Roberto Silvério e a professora Larissa Pelúcio, obrigada por seus comentários e críticas fundamentais para a escrita desta redação.

A professora Maria Inês Rauter Mancuso, grande gratidão.

A Ana Maria Suficiel Bertolo, obrigada pela paciência e pelas dúvidas esclarecidas.

Aos meus colegas do mestrado e doutorado que comigo estiveram nos momentos de descontração e de discussões. A Cessimar, Daniele e Juliana sou grata a vocês pelos bons momentos que passamos juntas.

Aos meus amigos de Atibaia, Rosa e João, distantes ou próximos, obrigada por se fazerem presentes.

Ao povo da moradia, bloco 34, 35, 36 e agregados. Obrigada Ricardo (Ricardão), Rodolfo (Xico), Fernando (Presuntinho) e outros moradores / vizinhos com quem compartilhei da companhia durante o tempo que lá estive. Obrigada pela força.

As pessoas que estão bem próximas de mim, a Alessandra e o seu Dione. Obrigada!!!

Aos colegas da escola Jeronymo Alves Corrêa. Com especial agradecimento ao professor Gérsio Pellegatti. Muito obrigada pelas sugestões, discussões, livros, principalmente pelas inúmeras vezes que me segurou quando eu quis desistir.

Aos meus familiares. A meus pais, Alcidia e Milton, e ao meu sobrinho Matheus; consegui esquecer com a ajuda de vocês muitas coisas desagradáveis que aconteceram ao longo deste percurso. Obrigada enfim a todos que, de uma forma ou outra, contribuíram para a conclusão desta dissertação.

Resumo:

Partindo do pressuposto de que toda nação é uma “comunidade imaginada”, conceito cunhado por Benedict Anderson em sua obra *Comunidades Imaginadas*, proponho, nesta dissertação, versar sobre a existência de diferentes projetos para a construção da nação brasileira ressaltando, o que entendo ser, um “projeto paulista” para a nação. A referência utilizada encontra-se nos Estudos Subalternos, perspectiva que questiona o colonialismo teórico dos grandes centros hegemônicos e as concepções dominantes de modernidade. A fundamentação material deste trabalho está na literatura alusiva ao referencial teórico adotado e na seleção de alguns textos produzidos dentro do período que delimita o estudo proposto: os anos de 1870 a 1922. Buscamos com as análises aqui desenvolvidas acenar para a existência de um “projeto paulista” para a nação que, não sendo bem sucedido, deixará transparecer certa “nostalgia” da segregação racial norte-americana presente em obras publicadas posteriormente.

Palavras-chave: Nação, Modernidade, São Paulo, Comunidade Imaginada, Relações Raciais.

Abstract:

Assuming that every nation is an imagined community – concept created by Benedict Anderson in his book *Imagined Communities* – I propose a discussion about the existence of different projects for the construction of a Brazilian nation, paying special attention to a "Sao Paulo state project". As guideline, I use the subaltern studies, which question the hegemonic centers' theoretical colonialism and the modernity dominant conceptions.

This dissertation is based on the subaltern studies literature and on the selection of texts from the period chosen for this study: the years between 1870-1922.

These analyses intend to show the existence of a "Sao Paulo project" for the nation, which demonstrates a "admiration" for the North- American racial segregation. This "admiration" was a common theme in many papers written after such project failed.

Keywords: Nation, Modernity, Sao Paulo, Imagined Community, Racial Relations.

Sumário:

<i>Considerações Iniciais</i>	09
1° Nação e Modernidade	14
1.1 Primeira tentativa: “o projeto indianista”	26
1.2 Segunda Tentativa: “a geração de 1870”	31
1.3 Mestiçagem e Branqueamento	34
2° A construção de um “projeto paulista” para a nação	45
2.1 O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo	47
2.2 Compendo um mito: São Paulo e o bandeirante	49
2.3 O Museu Paulista	59
2.4 Transformações na cidade	62
2.5 O escravo liberto no ambiente urbano	65
2.6 A função “civilizadora” das práticas ilícitas	73
3° Considerações sobre a Semana de 1922	76
3.1 Língua e nação	80
3.2 A retomada do imaginário indígena	83
3.3 A desqualificação do Rio de Janeiro	86
3.4 Raça e sexo: impedimentos na construção da nação	89
Non Ducor Duco	94
Bibliografia	101

Considerações Iniciais

Entre a premiada monografia “*Como escrever a história do Brasil*” (1844) do naturalista e viajante bávaro Karl F. Philipp von Martius até obras como *Retrato do Brasil* (1928) de Paulo Prado ou *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda são inúmeras as obras que buscaram por uma compreensão sobre o povo, território, sobre uma identidade para o país.

A obra de Von Martius traça o que seria as linhas mestras de um projeto histórico que poderia vir a garantir uma identidade ao Brasil; através da mistura entre os três elementos raciais (português, índio e negro) seria possível consolidar uma identidade, uma unicidade para o recém- independente país. Muitas décadas depois, Paulo Prado encerraria *Retrato do Brasil* com um pensamento que lhe parecia reconfortante no momento: “a confiança no futuro que não pode ser pior do que o passado” (PRADO, 1928). Inicialmente a construção da nação ainda é uma promessa para o futuro, mas nas primeiras décadas do século XX, sua não concretização geraria questionamentos sobre os motivos que impediram a construção e o desenvolvimento de uma nação moderna no Brasil.

Propõe-se focar neste trabalho a existência de projetos para a construção da nação brasileira dando destaque para o que seria um “projeto paulista” para o país. Para tanto, se utilizará de revisão e discussão de literatura, relativamente, recente sobre o assunto; além do que se estabelecerá como recorte histórico os anos de 1870 a 1922. A escolha das obras fez-se a partir da relevância em relação à temática da nação; autores cuja obra pudesse ser tomada como referência pela forma como se compreendia a ideia de nação dentro do período proposto e autores contemporâneos que refletem sobre a relação estabelecida entre modernidade e Estado-Nacional e partem do pressuposto da historicidade da nação e da identidade nacional.

Utilizamos também fontes diversas na elaboração deste trabalho, a escolha destas não foi anteposta a escrita, mas incorporadas durante a elaboração da dissertação; dispúnhamos de anotações e discursos médicos anteriormente utilizados em outros trabalhos que, a partir de um novo objeto de pesquisa, foram reinterpretados e incorporados. Além disso, ao pretender identificar a formação de um imaginário paulista para a nação compreendemos que, não apenas os discursos médicos, mas, os “documentos oficiais” e principalmente a produção literária e as publicações de jornais ou revistas por possuir maior penetração no todo social, poderiam trazer maiores elucidações sobre nosso objeto.

Inicialmente as primeiras referências estão na ideia de nação enquanto uma “comunidade imaginada”, “no sentido de que fazem sentido para a “alma” e constituem objetos de desejos e projeções” (ANDERSON, 2009). Dentro desta referência, Stuart Hall (2006), importante pesquisador dentro dos estudos pós-coloniais, analisa a importância das narrativas nacionais na constituição das identidades culturais coletivas. A literatura, os mitos, tradições, as narrativas nacionais enfatizariam fortemente a continuidade e a atemporalidade de uma identidade nacional criando sentimentos de identificação com a nação, vista como sendo única em sua trajetória desde sua fundação que se perderiam num tempo distante. A invenção das tradições também se materializaria através de rituais como paradas e desfiles que evocariam uma vinculação a valores nacionais tidos como profundos e imemoriais. E, por fim, a idealização de um povo sobre o qual se construiria a nacionalidade na tentativa de supressão da pluralidade.

Sobre a narrativa da nação, Homi Bhabha (2005) demonstra haver certa tensão em sua construção entre o que denomina de discurso pedagógico e discurso performático. No discurso pedagógico, o povo é reunido como “uma presença histórica *a priori*” (209) que por sua vez, “funda sua autoridade narrativa em uma tradição do povo [...], o tempo da nação é linear ou homogêneo não permitindo que diferenças rompam a horizontalidade do espaço”. O todo da nação é escrito a partir da voz dominante que escreve a história oficial, “muitos como um”. O discurso performático refere-se a uma instabilidade na unidade heterogênea, fragmentos de um projeto nacional que são silenciados, pluralidade de sujeitos que foram ignorados, mas que ainda estão presentes e destoam a visão de homogeneidade da nação. As fissuras no interior da nação desestabilizariam a identidade essencializada da nação.

A identidade nacional constitui-se então como uma categoria relacional, intersubjetiva e histórica. Nesse sentido, na segunda metade do século XIX no Brasil, foram formuladas bases para a elaboração de uma narrativa sobre a nação e a constituição de um Estado- Nação. Deveria haver um território, um governo e um povo organizados dentro de uma unicidade, porém, a homogeneidade proposta passava longe no país. Um simbolismo foi instituído nesse momento como forma de promover vínculos de pertencimento aos indivíduos entre si e em relação à nação; através da figura do indígena se deveria construir uma representação coletiva da nação, para a nação e para o restante do mundo.

Todavia, pensar em nação ou em projetos para a nação é também aventar sobre o projeto da modernidade. Conjuntamente com os processos de expansão territorial

vivenciados principalmente nos séculos XVI e XVII, a concepção de modernidade traz como central em sua concepção a constituição do Estado-Nação. Além disso, é na modernidade que surge uma forma específica de exercício de poder, aquela que articula o conhecimento como forma de justificar o seu exercício e, isso se relacionaria com a “geopolítica e o corpo-político do conhecimento”. (GROSFOGUEL, 2002).

É na modernidade que se desenvolve a concepção de um “homem universal” capaz de, através da racionalidade e do pressuposto da neutralidade das teorias científicas, impulsionar o desenvolvimento de verdades também absolutas. Porém, o desenvolvimento de uma verdade universal proposta pelo iluminismo, ao separar mente e corpo, mente e natureza criou o mito da “neutralidade e a objectividade desinserida e não-situada (Grosfoguel,2002); é a quebra entre “o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero”, que gera o mito de uma verdade universal o “que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geo-político e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia”(GROSFOGUEL, 2002). Tal fato permitiu ao homem ocidental, segundo Grosfoguel, eleger seu conhecimento como sendo único capaz de alcançar “uma consciência universal” o que relega e hierarquiza todo o saber não europeu ocidental a incapacidade de alcançar mesma universidade. O que subjaz a essa imagem é a construção de uma hierarquia entre quem é desenvolvido e quem não é, entre quem seria moderno e quem não seria; daí a compreensão da modernidade enquanto parte de uma lógica colonial.

Tal pensamento, ao esconder o lugar de enunciação do sujeito, teria parte de seus argumentos de legitimação ligada a uma proposta civilizadora voltada para sociedades não desenvolvidas, não modernas, o que, conseqüentemente, cria uma hierarquia entre povos superiores e modernos e povos inferiores e não modernos.

A identidade na América Latina foi estabelecida, segundo Quijano (1992), sob a ótica da violência. Sendo que todo esse processo esteve inscrito dentro de relações entre o não europeu e o europeu o que seria “equivalente à desigualdade no poder”. Esta relação para Quijano atuaria na materialidade e intersubjetividade das relações sociais, esta última resultaria no eurocêntrismo que segundo o autor teria como característica:

- atribui ao europeu a qualidade de medida e de referência privilegiadas da experiência de toda a espécie;
- leva a olhar tudo a partir dessa posição;

- tende a organizar a percepção do mundo segundo as categorias de procedência europeia, consideradas como únicas legitimamente válidas;
- condiciona, desse modo, o dominado a olhar-se com os olhos do dominador

Ao tomar a Europa como modelo de Estado-Nação, de homogeneidade racial, e de consolidação de instituições modernas como democracia e cidadania, faz com que se reitere a premissa de que só é possível e só exista uma única verdade, uma única universalidade desconsiderando quaisquer outras formas de experiência.

No Brasil, como apontou Sérgio Costa (2001), até as primeiras décadas do século XX, existiam questionamentos sobre as possibilidades de se construir uma nação homogênea nos trópicos partindo da heterogeneidade em que se constituía a população no Brasil, ex-escravos e descendentes, imigrantes e vários mestiços. Diferentemente dos outros países da América Latina, o grande contingente de população negra no Brasil, desde os primeiros anos da independência, mostrou-se ser uma questão central a ser resolvida. Se inicialmente ainda durante a vigência do Império opta-se pela imagem do índio como representante ideal da nação; ao final do século XIX, o medo da população negra liberta gerou questionamentos sobre como “corrigir” o que seria um problema atravancador do desenvolvimento da nação.

Apresentaremos no primeiro capítulo uma revisão bibliográfica um pouco mais elaborada sobre o tema tratado e reflexões sobre o que consideramos serem dois “projetos de nação”; a escolha do primeiro, a construção de uma imagem idealizada do indígena como símbolo da brasilidade deve-se ao fato de ser uma primeira tentativa de construir um imaginário nacional no pós- independência. A escolha da chamada “Geração de 1870” como outro momento de inflexão sobre a nação dá-se ao fato desta representar anseios de variados grupos que se opunham a velha ordem imperial e, por lançarem mão de teorias científicas como o darwinismo social e o positivismo para explicar problemas sociais, naturalizando assim diferenças de cunho social.

O segundo e terceiro capítulo referem-se ao que acenamos ser um “projeto paulista” sobre como construir a nação. Apesar de não conseguir ser bem sucedida, consideramos essa, que seria uma terceira inflexão sobre a nação, relevante pelo fato de ser uma expressão da necessidade de um relativo desenvolvimento econômico ser justificado da igualmente necessidade de construção de uma raça pura e, portanto, branca. Dessa forma, o segundo capítulo refere-se à proposta de criar um passado comum ao estado paulista que justificasse

seu relativo desenvolvimento; tal tentativa deu-se a partir construção da imagem do bandeirante e sua divulgação através do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo e do Museu Paulista. Nesse capítulo também se intentará tecer considerações sobre algumas transformações ocorridas no espaço da cidade paulista.

O terceiro e última capítulo reporta-se a Semana de Arte Moderna.

[...] subestima-se firmemente o quanto as ciências e as artes foram determinadas por idéias recebidas sobre raça. [...] Embora os historiadores da cultura tenham demonstrado, para além da dúvida razoável, as conexões entre cultura e racismo, a consciência generalizada desta cumplicidade tolerou um esquecimento, que não é assim tão benigno, por razões que não é difícil imaginar – um processo pelo qual a cultura apaga a cena da sua própria produção.[...] (YOUNG, 2005:110)

Para Young existe uma cumplicidade entre o racismo e a cultura que é histórica e está presente no pensamento científico desenvolvido durante o século XIX. A Semana de Arte e seus desdobramentos após 1922 trazem à discussão a questão da miscigenação, porém, acabam por inscrever de formas diferentes negros e mestiços contribuindo para uma estratégia de apagamento desses sujeitos.

Por fim, as últimas considerações em que procuramos enfatizar o malogro desse projeto paulista e, o desenvolvimento de uma literatura que se ressentiu ou desenvolve certa “inveja” da segregação racial norte-americana.

1º Nação e Modernidade

O primeiro e indispensável ato da civilização do colono foi a derrubada da mata que o cercava. [...]

Substituíram a floresta virgem as grandes invernadas, os canaviais e o manto verde-escuro dos cafezais de hoje. O homem, num esforço formidável, mudava completamente a roupagem da terra. (Prado, 1925: 210-211)

O trecho faz parte da coletânea de ensaios publicada no livro *Paulística* de Paulo Prado. O autor compreende a ação colonizadora como sinônimo de ação/missão civilizadora, o colonizador como homem, branco sinônimo de europeu e, a natureza como sendo oposta a mente, a razão. Estas oposições ganham mais sentido dentro de uma forma de pensar que elege o modelo de Estado-Nação europeu o ponto de chegada para todos os outros povos. Iniciamos esse capítulo objetivando discutir nação como um tema que também envolve a discussão sobre o projeto de modernidade.

Em audiência pública¹, ocorrida em maio de 2010, o historiador Luis Felipe de Alencastro, discorrendo sobre a questão das cotas raciais no Brasil, afirmou que apesar da “densa presença da população negra na formação do povo brasileiro”, sendo esta presença, “originada e desenvolvida com base na violência”, ainda é insuficientemente sublinhada a “extensão e impacto do escravismo” no Brasil. Segundo o historiador, isso se deve a inúmeros fatores. Entretanto, sua fala restringe-se apenas às questões relativas ao direito brasileiro e, tomando como solução, a defesa das cotas raciais, que poderiam levar o país para um “aperfeiçoamento da democracia enquanto vir a ser da nação”.

A reflexão sociológica sobre tais questões no Brasil, segundo Antonio Sérgio Guimarães², são marcadas por discussões que envolvem a utilização do trabalho escravo de negros e indígenas, a caracterização de uma mão de obra ausente de cidadania, a mestiçagem e a imigração europeia de finais do século XIX, trazendo a proposta de uma reconstrução racial/ideológica.

O ponto central na abordagem de Luis Felipe Alencastro e de Antônio Sérgio Guimarães é a questão racial, suas implicações, contornos e consequências. Essas colocações

¹ Audiência pública apresentada no Supremo Tribunal Federal, Brasília em 4 março 2010.

² Palestra apresentada por Antônio Sérgio Guimarães no Seminário Internacional “Arquivo Edgar Leuenroth: história e pesquisa” em 18 de maio de 2010.

estão, no entanto ligadas à ideia de democracia, cidadania e, principalmente à de nação; temas propulsores de questionamentos e debates. Autores como Eric Hobsbawm e Benedict Anderson apontam ser a nação uma “invenção” historicamente datada. E, questões como “direitos, leis e instituições da modernidade, de que são exemplo os Estados-nação, a cidadania e a democracia, formaram-se durante um processo de interação colonial, e também de dominação/exploração, com povos não-ocidentais”. (GROSFOGUEL, 2008:54).

Ramon Grosfoguel entende que a modernidade³ possui uma base que é colonial. Elementos dos quais lançamos mão para lidarmos com as práticas políticas, sociais, cotidianas como democracia e cidadania, é sobremaneira moderno e centrado na Europa e nos Estados Unidos. Dessa forma, cria-se uma imagem do mundo moderno baseada em uma lógica e entendimento que provém desses locais, exemplos que devem ser seguido por todos os outros países sob pena de serem considerados atrasados, incivilizados, pré-modernos, subdesenvolvidos, dependentes da ajuda externa para que sejam encaminhados ou que possa evoluir tais quais os países exemplo.

Apoiando se em autores como Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Enrique Dussel, Grosfoguel (2008:54) entende que modernidade e colonialidade constituem a mesma face da moeda. Todavia é necessário distinguir o que Ramon Grosfoguel defende por colonialidade e colonialismo. Colonialismo segundo o autor, não se restringe apenas a presença de uma “administração colonial”, mas também as “situações coloniais” que foram imposta por essa administração colonial, como foi o período histórico do colonialismo clássico.(2008: 56)

como uma interseccionalidade de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais (“heterarquias”) de formas de dominação e exploração sexual, política, epistémica, económica, espiritual, linguística e racial, em que a hierarquia étnico-racial do fosso cavado entre o europeu e o não-europeu reconfigura transversalmente todas as restantes estruturas globais de poder. (GROSFOGUEL, 2008: 56).

A colonialidade do poder é um processo que se estende para além do colonialismo porque cria um modelo a partir do sistema mundo eurocêntrico, hierarquiza as relações humanas, “articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo”(GROSFOGUEL,2008: 56).

³ Para modernidade ver autores como Habermas (1999), Giddens (1991), Berman (2007).

O processo de descolonização através da eliminação das administrações coloniais, como afirma Grosfoguel, mostrou-se um dos “mais poderosos mitos do século XX”. A “matriz de poder colonial” ainda está presente embora as “administrações coloniais” tenham deixado de existir e as colônias tenham transformado-se em países independentes; estão presentes as “múltiplas e heterogêneas estruturas globais”, implantadas durante os séculos de colonização, que articulam ainda as hierarquias entre países europeus e não europeus, sendo que estes vivem ainda sob a exploração europeia/euro-americana mantidas na “divisão internacional do trabalho” e na acumulação do capital à escala mundial. (GROSFOGUEL,2008:55).

Partindo do pressuposto da inexistência da objetividade e neutralidade do conhecimento que seria mais um mito ocidental, Grosfoguel chama atenção para o lócus das enunciações, ou seja, o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala, este lugar está situado em estruturas de poder, hierarquias de classe, sexuais, de gênero, espirituais, linguísticas, geográficas e raciais do “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno. Todo conhecimento então está “localizado ou do lado dominante ou do lado subalterno das relações de poder, e isto tem a ver com a geopolítica e o corpo-político do conhecimento”(GROSFOGUEL, 2008:45).

Dentro do que Grosfoguel chama de sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno o capitalismo é apenas uma das formas de dominação da “matriz de poder colonial” enredada nesse sistema mundo, sendo que, ao contrário do que pressupõe a perspectiva eurocêntrica, não existe uma separação, um dualismo cartesiano que separa e “sobrepõe espírito à matéria”,

[...] a raça, a diferença sexual, a sexualidade, a espiritualidade e a epistemologia não são elementos que crescem às estruturas económicas e políticas do sistema-mundo capitalista, mas sim uma parte integrante, entretida e constitutiva desse amplo “pacote enredado” a que se chama sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial.(GROSFOGUEL,2008:52)

As ideologias racistas, sexistas, homofóbicas, o patriarcado europeu, a espiritualidade foram assim trazidas pelos europeus para os territórios dominados construindo as “estruturas de desigualdades sexual, de gênero, de classe e raciais”. O processo de incorporação das “antigas colônias” ao sistema capitalista foi construído e enredado por e com “hierarquias e discursos homofóbicos, sexistas e racistas”. (GROSFOGUEL,2008:67)

Sendo assim, reiterar discursos que envolvem nação, nacionalismo bem como ideias que partem deste pressuposto é reproduzir uma colonialidade interna de poder dentro de cada Estado-nação e reificar o mesmo enquanto lugar privilegiado de mudança social. O nacionalismo faz parte e apresenta soluções tão somente para problemas eurocêntricos; e o Estado-nação é uma forma político-institucional por excelência do sistema- mundo patriarcal/capitalista colonial/moderno. (GROSFOGUEL, 2008:72)



Na passagem do século XVIII para o XIX, de acordo com Michael Foucault, as sociedades atravessaram o “umbral da modernidade biológica”; saúde e a vida biológica da nação tornaram-se alvos centrais de controle e poder. A “biopolítica” trabalhada por Foucault articulou-se na forma de controle sobre o corpo, nos processos de disciplinamento corporal, enfatizando noções de sexualidade, raça e degenerescência que visavam uma “melhora” na qualidade biológica da população. Tal processo de controle das populações esteve ligado à constituição e consolidação dos Estados nacionais, de uma burguesia, e na formação de um dispositivo médico-jurídico que objetivava a medicalização e à normatização da sociedade. (FOUCAULT, 2000, 2006, 2010).

Bem como Foucault, Arendt também identificou esse processo de biologização nas sociedades. Ao analisar os regimes totalitários do século XX, o nazismo e o stalinismo, Arendt apontou os campos de concentração como espaços onde a vida humana passou a ser restringida apenas ao aspecto biológico, a "abstrata nudez de ser unicamente humano"⁴ (ARENDR,2011:333). O processo de redução da humanidade ao fator biológico, a eugenia prometendo “vencer as incômodas incertezas da doutrina da sobrevivência” (ARENDR, 2011:209), teriam continuidade no pensamento de Arendt, na sua crítica a modernidade que destruiria as condições mundanas e plurais de existência, tornando a vida uma verdade de caráter incontestável.

A ideia de raça aflui conjuntamente aos nacionalismos. As explicações biológicas foram adequadas às ciências humanas que se utilizaram do conceito de seleção natural de

⁴ Na obra reporta-se à condição dos apátridas, refugiados nos campos de concentração. “Os sobreviventes dos campos e extermínio, os internados nos campos de concentração e de refugiados, e até os relativamente afortunados apátridas, puderam ver [...] que a nudez abstrata de serem unicamente humanos era o maior risco que corriam”.(ARENDR2011, 333).

Darwin para explicar a desigualdade entre as nações que seriam formadas em sua origem por “raças diferentes”. A nacionalidade então, segundo Nancy L. Stepan (2005), estava intrinsecamente ligada à noção de raça sendo a eugenia⁵, a ciência responsável pela sua purificação.

O conceito de nação e nacionalismo também vem acompanhado da ideia de cidadão, indivíduo autônomo, senhor de si, responsável e capaz de tomar decisões, sendo assim, o ser cidadão está intrinsecamente ligado às características que o definem enquanto sujeito pertencente a este ou aquele território e, para, além disso, vai também se relacionar a características como sexo, raça, idade, fatores determinantes para a caracterização do sujeito de um determinado país, uma vez que raça e gênero passam a estar cada vez mais ligados ao discurso sobre a nação.

Argumentando sobre as “nacionalidades”⁶, Anderson (2008), nos anos 1980, parte do princípio de que tanto as identidades nacionais quanto os nacionalismos são produtos culturais específicos de determinadas situações reconhecendo que tanto a cultura como a história imprimem marcas diferenciadas aos diferentes projetos nacionais o que leva a considerar nacionalidade como algo autêntico devido a profundidade histórica e cultural alcançada e as verdadeiras emoções que são capazes de despertar. Uma vez estabelecido esses “produtos culturais específicos” “se tornaram “modulares”, capazes de serem transplantados com diversos graus de autoconsciência para uma grande variedade de terrenos sociais, para se incorporarem e sem incorporados a uma variedade igualmente grande de constelações políticas e ideológicas”. (ANDERSON,2009:30)

A nação é apresentada como uma comunidade política imaginada/mistificada, limitada por fronteiras bem estabelecidas e governada por um Estado, soberano e devidamente

⁵ Com o propósito de aplicar os pressupostos da teoria da seleção natural ao ser humano, Francis Galton (1822-1911) publica em 1883 a obra *Hereditary Genius* que daria início a uma série de discussões sobre a possibilidade de controle da reprodução humana e o papel da seleção social na preservação das “boas gerações”. As ideias debatidas nessa obra foram denominadas por Galton de eugenia “a ciência da hereditariedade humana”. Suas discussões sobre melhoramento racial se associaram às discussões sobre evolução, seleção social/ natural, progresso e degeneração, conceitos fundamentais que constituíram as ideias científicas e sociais no final do século XIX. No Brasil, como demonstra Jurandir F. Costa (1981), a eugenia foi introduzida por meio da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), assumindo uma forma de “prevenção” a degenerescência.

⁶ O surgimento dos nacionalismo são construídos segundo Hobsbawm, sobre o tripé: um povo, uma cultura e uma língua. A partir do XIX o nacionalismo estava intrinsecamente ligado a ideia de um povo detentor de passado cultural em comum, pensamento recorrente no romantismo. HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1870*. R.J.: Paz e Terra, 2002. A obra de Benedict Anderson irá rever muitas das considerações feitas por Hobsbawm.

legitimado. O caráter limitado da nação⁷ se constitui pelo fato dela possuir fronteiras finitas, compatriotas que nunca se conhecerão, embora exista uma imagem de comunhão entre eles; a nação, portanto possui a peculiaridade de estar desvinculada do empírico, o imaginário é seu principal veículo de elaboração (ANDERSON,2009:32).

A soberania nacional está ligada ao fato do conceito ter nascido à luz do Iluminismo e dos ideais da Revolução Francesa - *liberte égalité e fraternité* – um Estado laico regido por leis e pela razão humana. Todavia, o que faz desta comunidade um “organismo” autêntico e autônomo tem menos a ver com o estabelecimento de suas instituições e sim com esse sentimento de comunhão que une todos os seus membros. São vínculos experimentados coletivamente por pessoas que não precisam se conhecer pessoalmente ou sequer compartilhar um mesmo tempo ou uma mesma existência. A nação imaginada como comunidade se dá pelo fato de haver uma desconsideração simbólica em relação às desigualdades sociais ou as diferenças culturais que compõem as nações de uma maneira geral em detrimento de um "companheirismo profundo e horizontal" (ANDERSON, 2009: 16). A comunidade nacional deve então construir uma imagem do passado que de alguma forma projete a sua continuidade ao longo do tempo: a ideia de uma origem, de uma trajetória e de um destino que são comuns às pessoas que fazem parte dela.

A construção da comunidade nacional foi viabilizada em função da decadência das comunidades, línguas e linhagens sagradas aliadas a uma mudança na forma de apreensão do mundo, representadas pelo surgimento do romance e do jornal e, pelo fortalecimento das línguas vernáculas. Benedict Anderson demonstra como o romance e o jornal, contribuíram para formação e o surgimento de novas redes de comunicação e identificação entre os indivíduos. Para isso, ele expõe de maneira relacional, os seguintes fatores que seriam a “base” do nacionalismo: o capitalismo, a tecnologia de imprensa e a língua – em sua dimensão escrita e falada; a padronização de uma única língua vernácula permitiu o surgimento de uma consciência de pertencer a um mesmo grupo e o estabelecimento de poderosos laços sociais.

⁷ No que tangencia à construção de alteridades nos processos nacionais, Anderson se limita a apontar somente as diferenças externas, sem considerar as internas. As alteridades não estão somente fora da fronteira nacional, em oposição a um “nós” homogêneo, mas também estão presentes na estruturação do corpo da nação. Podem existir fronteiras que separem os indivíduos dentro da nação, através do gênero, da raça, ou de acesso. Além do que, pode haver a construção dos chamados “cidadãos de segunda categoria” que não teriam os mesmos direitos dos “verdadeiros cidadãos. Nesse sentido, talvez seja interessante pensar em mecanismos diferentes que definem as diferenças internas e, as diferenças externas a nação.

O dono de uma fábrica em Lille estava ligado ao dono de uma fábrica em Lyon apenas por reverberação. Não precisavam se conhecer, não precisavam casar seus filhos, não precisavam herdar os bens um do outro. Mas esses industriais de fato enxergavam genericamente a existência de milhares e milhares de outros parecidos com eles, através da língua impressa (ANDERSON, 2009: 119).

Entretanto, a formação de um “tipo ou forma de comunidade imaginada a ser protegida” surge em princípio na América em fins do século XVIII onde o fator linguístico preponderante inexistia. Dessa forma, Anderson descentraliza geograficamente a questão do Nacionalismo do continente Europeu, estabelecendo a existência de outras formas de Estado-nação que passaram a fornecer “os primeiros modelos reais do que deveriam parecer tais Estados” (ANDERSON, 2009:83).

Nos impérios do novo mundo, especialmente no espanhol, as divisões administrativas representavam o limite das carreiras dos administradores nascidos nas Américas, dificilmente os levaria para além da capital da sua província nem (verticalmente) para a Europa, nem horizontalmente para as outras colônias americanas (ANDERSON,2009:95-97); tal condição influenciou na formação de identidades coletivas dentro dos respectivos Impérios e, no período após 1770, contra esses. Atrelado a isso está o desenvolvimento da imprensa que, neste caso, também parece ter tido um papel fundamental, principalmente no que diz respeito aos jornais. De acordo B. Anderson:

Assim, a oficina tipográfica surgiu como um elemento-chave das comunicações e da vida comunitária dos Estados Unidos. Na América espanhola, embora de modo mais lento e intermitente, ocorreram processos semelhantes que resultam nas primeiras tipografias locais, na segunda metade do século XVIII. (ANDERSON,2009:102).

Neste contexto, as várias unidades políticas surgidas das antigas colônias espanholas contrastam com a unidade do Brasil e também com a situação da América anglófona que, apesar de não se fragmentar em várias repúblicas tal qual na América espanhola, mantém até hoje uma federação descentralizada.

No Brasil, em meados do século XIX e como consequência das guerras napoleônicas, a coroa portuguesa se transfere para o Brasil. Tal transferência trouxe como consequências uma série de transformações que atingiram a colônia em seus vários aspectos. Rompeu-se com a distancia entre a colônia americana e a capital do império o que gerou certa aproximação entre os indivíduos que faziam parte da classe administrativa das diversas regiões que formavam a colônia, não houve assim um rompimento com o império como

ocorreu com a América espanhola, os EUA e Canadá mas, a formação de dois impérios diferentes: o velho Império português e o novo império controlado a partir do Rio de Janeiro. No decorrer do século XIX as rebeliões que ocorreram no interior do Brasil com intenções de independência foram suprimidas como, por exemplo, a Confederação do Equador e a Revolta Farroupilha.

Após o surgimento do nacionalismo nas Américas esse modelo é absorvido pela Europa transformando-se num segundo modelo de nacionalismo. Esses primeiros nacionalismos europeus surgidos ao final dos movimentos de libertação das Américas vão se distinguir dos seus antecessores por vincular a formação de uma consciência nacional e consequentemente, do estado-nação ao papel do idioma, originando assim centros de comunidades burguesas baseadas nas línguas vernáculas principalmente jornais e ficções. Além disso,

todos eles podiam funcionar a partir de modelos visíveis, oferecidos pelos seus antecedentes distantes e, após as convulsões da Revolução Francesa, nem tão distantes. Assim, desde logo a “nação” se tornou objeto de uma aspiração consciente, então uma perspectiva de mundo que ganhava foco aos poucos. (ANDERSON, 2009:107)

Esse ideal “romântico” de unir todos os povos que falavam a mesma língua dentro de um mesmo território se desenvolveu de forma semelhante por toda a Europa no século XIX tendo como exceção, quando comparada ao novo mundo, o fato de englobar a “coletividade” que lia e escrevia numa mesma língua, significava também

o fim da escravidão, o fomento da educação popular, a ampliação do direito de voto, e assim por diante. Dessa maneira, o caráter “populista” dos primeiros nacionalismos europeus, mesmo quando liderados demagogicamente pelos grupos sociais mais retrógrados, foi mais profundo do que os americanos: a servidão tinha que sumir, a escravidão legal era inimaginável- quando menos porque o modelo conceitual assim o exigia irretorquivelmente. (ANDERSON, 2009:125-6)

Enquanto que nas antigas colônias americanas houve a formação de cidadãos de segunda classe, negros e indígenas durante o processo de formação do nacionalismo.

O desenvolvimento dos nacionalismos pressupõe também o surgimento de sentimentos de identidade nacional, entretanto, esses sentimentos não são previamente dados, não são coisas com as quais nascemos antes são formadas e transformadas no interior da representação (HALL,2006:48).

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso*– um modo de construir sentidos que

influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, memórias que conectam seu presente com o seu passado e imagens que dela são construídas. [...](HALL,2006:50)

A noção de um “companheirismo profundo e horizontal” apenas pressupõe a existência de uma homogeneidade no interior da nação. Sendo assim, Hall aponta como aspectos que ajudam a compor a narrativa da cultura nacional cinco elementos centrais: primeiro existe a história da nação que é contada e recontada várias vezes nas histórias e literaturas nacionais, conectando os sujeitos da nação a um único destino nacional que ganha conotações de preexistir a esses sujeitos e continuar a existir mesmo após as suas mortes. Existe em segundo lugar, a ênfase na origem, na continuidade, tradição e na intemporalidade, a nação é sempre “imutável” ao longo do tempo. A *invenção da tradição* assim como elaborado por Hobsbawm constitui a terceira estratégia discursiva; o quarto elemento é o *mito fundacional*, a história da nação, de seu povo está localizada num passado distante, em um passado mítico e não no tempo real. O quinto elemento central refere-se na ideia de um povo original, puro no qual se basearia as identidades nacionais. (HALL,2009:52-6)

Os elementos que compõem a narrativa da cultura nacional e as identidades constituídas por ela não pressupõem a existência de uma homogeneidade, as culturas nacionais não devem então, de acordo com Hall, serem pensadas como unificadas e sim serem pensadas

como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo divisões e diferenças internas, sendo “unificadas” apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural. [...] (HALL,2006:62)

A ideia de nação emerge então, de acordo com Homi Bhabha (2005), através de discursos e narrativas, como uma entidade ambígua. O nacionalismo é, pois ambivalente e, o discurso nacional construído é ao mesmo tempo formado por interesses privados que se assumem enquanto públicos e, pela conformação de um outro, esta é uma condição para dar sentido aos discursos.

O nacionalismo no século XIX construiu discursos monolíticos onde só existe uma única versão para a nação; assim sendo, os conflitos são colocados de lado e ou condenados em prol de uma concepção única de cultura e nação sendo essas, a- históricas. “É de fato somente no tempo disjuntivo da modernidade [...] que questões da nação como narração vêm a ser colocadas” (Bhabha,2005:202). O discurso do nacionalismo articula um tipo de narrativa

que privilegia “a coesão social moderna – muitos como um” (2005: 203). Bhabha repensa então o conceito de povo como não se referindo

[...] simplesmente a eventos históricos ou a componentes de um corpo político patriótico. Ele é também uma complexa estratégia retórica de referência social: sua alegação de ser representativo provoca uma crise dentro do processo de significação e interpelação discursiva. Temos então um território conceitual disputado, onde o povo tem de ser pensado num tempo-duplo; o povo consiste em “objetos” históricos de uma pedagogia nacionalista, que atribui ao discurso uma autoridade que se baseia no pré-estabelecido ou na origem histórica constituída no passado; o povo consiste também em “sujeitos” de um processo de significação que deve obliterar qualquer presença anterior ou originária do povo-nação para demonstrar os princípios prodigiosos, vivos, do povo como contemporaneidade, como aquele signo do presente através do qual a vida nacional é redimida e reiterada como um processo reprodutivo. (BHABHA,2005:206-7).

O chamado “nacionalismo oficial” é aquele que se desenvolve na Europa na segunda metade do século XIX (ANDERSON, 2009:127) conjuntamente com a expansão colonial e a chamada teoria racial científica isso porque, tal qual como apontado por Hall, uma das formas de unificar as identidades nacionais e apresentá-las é através do mito da existência de um “único povo”, de uma única etnia. Os nacionalismos descobriram então o que Arendt denominou “nova chave da história” ou o racismo que congrega todas as teorias que afirmaram a desigualdade da raça humana a partir do pressuposto de que a cultura é algo biologicamente determinada. Todavia, de acordo com Hall, a raça não é uma “categoria biológica ou genética” que tenha algum valor científico, a raça é uma categoria discursiva, isto é

Ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sócias (discursos) que utilizam um conjunto solto, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas- cor de pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc.- como *marcas simbólicas*, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro.(HALL, 2006:63)

A nação não é um todo homogêneo, ela é capaz de criar alteridades tanto fora dos seus limites, como também, subjacentes a ela própria⁸. Entretanto, se tornaria “fixa” e imutável a diferença nós- eles; as nações modernas são todas híbridos culturais (HALL, 2006:62) é na mistura entre as raças, na formação do híbrido que se fugiria da fixação das identidades e se evidenciaria suas transformações ao longo do tempo.

⁸ Isto pode ser evidenciado através das estruturas de gênero, sexo, classe, raça inscritos na formação da nação e que implicam em prerrogativas diferentes. Ao mesmo tempo em que talvez o processo que identifique o outro internamente a nação pode ser diferente daquele que constrói o outro fora de seus limites.

Robert Young (2005) em seu livro *Desejo Colonial* demonstra que é impossível se fixar num conceito de hibridismo isso porque historicamente a palavra possui vários usos não existindo apenas um conceito, sendo assim, o autor se propõe a realizar uma arqueologia dos usos da palavra hibridismo sempre em relação com outras categorias como raça, gênero, classe. Tomando a chamada identidade inglesa como sendo fixa e imutável, o autor demonstra a existência de um desejo pelo outro o que faz com que a teoria racial também seja uma teoria do desejo⁹ expressa segundo o autor principalmente através da literatura, dos romances coloniais. A identidade inglesa, dessa forma, é sempre identificada com o masculino e a cultura do colonizado, do outro, é identificada como elemento feminino. Analisando teóricos do século XIX, dentre esses Gobineau, Young enfatiza que, para esse teórico, a imaginação provem de raças “femininas” negras ao mesmo tempo que a literatura, a arte e a beleza provem da aliança feminino- masculino branco – negro (YOUNG,2005:137). Dessa forma,

A fusão dos dois princípios sexuais torna-se portanto a base da produção cultura. Enquanto a diferença entre as raças é definida em termos culturais, através de graus de civilização, a própria cultura se torna o produto de uma diferença sexual identificada com a mistura heterossexual de raças. Assim, a cultura é produzida pelo mesmo processo de relações sexuais entre as raças masculinas e femininas [...] (YOUNG,2005: 136)

A fixidez da identidade inglesa é contestada através das análises dos teóricos raciais, havia sim uma heterogeneidade em seu interior que congregava outras etnias e também a hibridez, Young ressalta através da historicização dos usos da palavra hibridismo que esses se dão em determinados contextos históricos e que são de interesse do império britânico.

Inicialmente a palavra “híbrido” estava ligada as ciências biológicas e botânicas, ao longo do século XIX a palavra já era utilizada para designar o cruzamento de pessoas de raças diferentes (YOUNG,2005:7-8). Além disso, as teorias raciais, de acordo com Young, tentavam responder dúvidas sobre a existência ou não de mais de uma raça no interior da humanidade daí o desenvolvimento de dois grupos: os monogenistas (que afirmam que os homens são descendentes de uma única espécie) e os poligenistas (que existem várias espécies de humanos). Entretanto é na análise do desenvolvimento de áreas como a Antropologia, que serviram para a dominação colonial, que Young demonstra que “o racial sempre foi cultural” (YOUNG, 2005:33).

⁹ Para Young o hibridismo foi o centro de toda uma teoria racial uma vez que o próprio processo histórico de colonização britânica foi uma força de hibridação, através do desejo branco e ambivalente entre a atração e repulsa dos corpos negros.(YOUNG, 2005:175-185)

A cultura então é, para Young, sempre um processo dialético que inscreve e exclui sua própria alteridade. Assim no capítulo sobre Cultura e História da Diferença, Young, a partir das observações de R. Williams, aponta que a palavra cultura possuía dois significados: o primeiro relacionado ao “ato de arar a terra, o cultivo de grãos e animais” e, a partir do século XVI esse termo expandiu-se para o processo de desenvolvimento humano: o cultivo da mente” (YOUNG, 2005:37), depois no século XVIII passou a representar o lado intelectual da civilização. Essa divisão dos significados representou também o que seria uma oposição entre civilizado e o bárbaro, a cidade e o campo.

O sentido social do aperfeiçoamento ligava-se à distinção anterior entre o civilizado e o selvagem: ser civilizado significava ser um cidadão da cidade (de preferência fortificada), por oposição ao selvagem (homem silvícola) do exterior ou ao bárbaro mais distante que vagava pelas terras além. A distinção funcionou, assim, dentro dos termos, da polaridade ideológica posterior entre o campo e a cidade, posto que os habitantes da cidade se contrastavam com os selvagens de fora, apropriando-se, metaforicamente, de uma identidade agrícola. As pessoas da cidade tornaram-se as cultivadas, e os caçadores passaram a ser definidos pela sua falta de cultura- agrícola, civilizada e intelectual [...] (YOUNG 2005:37-8).

Existe então o estabelecimento de categorias de desenvolvimento econômico, caça, pastoreio, agricultura e comércio, que se relacionam com os estágios da civilização (selvageria, barbárie, civilização). A cultura possui níveis tão qual a civilização sendo o seu ápice representado pela cultura europeia, a relação entre o eu-outro também estaria marcado por um profundo eurocêntrismo, uma hierarquia onde no topo estaria a Europa.

O colonialismo então é uma construção discursiva, uma máquina que além de possuir um aparato de guerra e burocrático também envolve fantasias e desejos, entretanto, esse desejo é

[...] constituído por uma dialética de atração e repulsão, logo traz consigo a ameaça à fertilidade produtiva da máquina colonial de prover desejos, pela qual uma cultura, em seu funcionamento cultural, torna-se híbrida, alienada e potencialmente ameaçadora à sua origem europeia, por meio da produção de pessoas polimorficamente perversas que são, na frase de Bhabha, brancas, mas não o suficiente [...] (YOUNG, 2005:214)

Essa caracterização do colonialismo traz implicações quando a pensar forma de se pensar historicamente a cultura e, como um conjunto de disciplinas acadêmicas ocupou-se da exclusão e representação do outro sempre tentando fixá-lo por meio de estereótipos. A cultura nunca caiu numa fixidez, ela inscreveu

[...] no seu interior as diferenças complexas e frequentemente contraditórias através das quais a sociedade europeia se definiu. A cultura sempre marcou a diferença cultural por meio da produção do outro; sempre foi comparativa, e o racismo foi sempre uma parte integral dela: ambos estão inextricavelmente emaranhados, alimentando-se e gerando um ao outro. A raça sempre foi culturalmente construída. A cultura sempre foi através da raça construída. (YOUNG,2005:64).

1.1 Primeira tentativa: “o projeto indianista”

Apesar de manter diferenças com relação aos demais países da América¹⁰ o Brasil não se privou da condição de “imaginar” uma nação. Ressaltamos aqui três eixos que consideramos relevantes para se pensar a construção de um projeto nacional no Brasil: o primeiro está relacionado com o Império, o segundo com a chamada “Geração de 1870” e a terceira estaria relacionado com o desenvolvimento de um projeto da elite paulista ao centrar São Paulo como modelo de progresso, cultura e modernização no final do século XIX.

Após o processo de Independência em 1822 gerou-se a necessidade de criar um imaginário nacional para o novo país, o Estado autônomo que acabara de se formar necessitava construir um imaginário que pudesse dar legitimidade a sua existência. Entretanto, como aponta José Murilo de Carvalho, com a instabilidade política das primeiras décadas após a Independência, a idealização de um projeto nacional foi em princípio postergada. Após o período conturbado das Regências (1831-1840), durante o Segundo Reinado, que a constituição de um projeto nacional ganhou impulso, o indígena surge então como vértice do projeto nacional e pelo viés do Romantismo.(CARVALHO,1998:23)

Um dos pontos centrais dessa nação imaginada foi o projeto indianista que marcou o Império brasileiro; voltou-se para o passado, elegendo/criando uma aristocracia autóctone que se materializou na imagem do “bom selvagem” presente na literatura em obras como *O Guarani* de José de Alencar.

A literatura, a história e a imprensa assumiram importante papel na construção dos discursos sobre a nação, na tentativa de estabelecer vínculos entre a população e a nação. A

¹⁰ Benedict Anderson chama a atenção para a especificidade do caso brasileiro. Os primeiros Estados-Nacionais surgidos na ocidente entre 1776 e 1838 todos se definiram auto conscientemente como nações, repúblicas (não-dinásticas) com a exceção do Brasil. O autor sugere a necessidade de estudos mais específicos sobre o tema que seria *sui generis* na América Latina.

literatura e a historiografia buscaram construir discursos e símbolos que pudesse preencher de sentidos a narrativa nacional garantindo a crença na existência de um passado em comum, do sentimento de pertença, de tradições. (HALL, 2006:52-6).

A produção artística do império estará preocupada em criar uma arte nacional que seja única, garantindo a sua originalidade enquanto nação, daí o emprego de temas indígenas, sempre tentando diferenciar nossa produção artística das demais. Na busca de uma tradição histórica, um herói, um mito nacional, o índio vai ser escolhido e além de sua figura, as suas tradições, mitos, língua também vão ser utilizados pelos literatos na construção do projeto nacional.

[...] Para que a nação fosse brasileira era preciso gerar uma diferenciação com a antiga metrópole, uma origem nativa. Tratava-se de dotar o Brasil de uma identidade, uma língua, uma história, um povo, enfim, inventar uma tradição nacional. Os romances de Alencar fizeram parte deste trabalho, dando à tradição inventada uma forma acessível ao gosto médio. (ALONSO, 2002: 57-8).

Em 1827 foi criada a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), aos moldes das academias europeias iluministas, em seu interior surge o projeto de criação do IHGB. A SAIN possuía como um dos seus objetivos incentivar o progresso e o desenvolvimento brasileiro. Tanto a SAIN como o IHGB estavam vinculados a projetos do Estado que buscavam integrar as diferentes regiões do Brasil de forma a realmente viabilizar a totalidade chamada Brasil.(GUIMARÃES, Manoel L. S.,1988:7-8).

Um projeto para se pensar a história brasileira de forma sistematizada é incentivado com a criação do IHGB em 1838 sob os moldes do *Institut Historique* Francês. Portanto seguia o modelo Iluminista. A questão nacional, a necessidade de traçar a gênese da nacionalidade brasileira torna-se o guia norteador da produção acadêmica do instituto que afirma como seu objetivo, consolidar a nação.

A partir da década de 1850 o IHGB passa a ser tutelado pelo Estado ampliando ainda mais a interferência do imperador nos projetos culturais do instituto seja no apoio aos literatos, na escolha dos temas de pesquisa. Dessa forma, uma gama de discursos etnográficos, geográficos, historiográficos passou a ser produzida principalmente após a participação assídua do imperador. A invenção histórica do indianismo torna-se um projeto oficial do estado consolidando-se no interior do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro em 1838.

De acordo com LÍlian M. Schwarcz (1999) quando o IHGB passa da tutela da SAIN, para a tutela direta do Estado Imperial contando com a participação do Imperador como membro ativo do Instituto Histórico, este passa naturalmente a fazer parte de um projeto político de construir uma memória e reconhecer uma cultura local. Com isso queria-se criar uma identidade, ou seja, um sentimento de pertencimento a nação (Schwarcz, 1999:126). Neste momento, começa a tomar corpo um projeto de invenção histórica, a invenção do Indianismo Literário. Segundo Mario da Silva Brito: “era preciso urgentemente, para os *nouveaux riches* da nacionalidade, descobrir uma tradição galharda, heróica, um mito nacional. Estava tudo no índio”. (BRITO apud CANDIDO, 1967:197).

Em 1844 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro propõe um programa para dissertação com o tema: *Como se deve escrever a história do Brasil?*. A idéia era a de que algum estudioso apresentasse o melhor programa metodológico para a escrita da história do país. A dissertação vencedora era do naturalista alemão Karl F.P. von Martius. Seu programa metodológico, publicado na revista do IHGB em 1845 apontava para a importância dos três elementos humanos que concorreram para a formação do povo brasileiro, o índio, o branco português e o negro. Seu autor via cada uma das três raças como um “motor especial” que “encontrando-se e fundindo-se em “reciproca penetração deverão produzir o novo tipo étnico que será o habitante do Brasil”. (von MARTIUS,1845) Portanto, sua tese tenta incorporar negros e indígenas na formação da nação brasileira, elementos até então negligenciados.

Para von Martius a mistura das três raças iria formar uma nova nação através da formação de um povo homogêneo e unido, fruto da mistura entre as três raças. Além disso, von Martius propôs o estudo sistemático dos indígenas fazendo com que os mesmos ganhassem importância dentro dos estudos históricos e também dentro da nação que se desejava construir.

Ressaltamos que von Martius esteve no Brasil primeiramente em meados do século XIX juntamente com a missão austríaca que desembarcou com a princesa Dona Leopoldina. O desejo de conhecer, a curiosidade em relação as “terras exóticas e distantes” da América, da Índia, Oriente e terras do Pacífico Sul povoaram a imaginação dos europeus tanto que como escrito por von Martius a missão austríaca encontrou no casamento real a oportunidade de realizar este intento.

Empecilhos, supervenientes obrigaram, entretanto, o governo real a adiar por algum tempo a expedição. Pouco depois, repetiu sua Majestade bávara o desejo de que empreendesse a viagem

àqueles países, e o casamento de Sua Alteza D. Carolina Josefa Leopoldina, Arquiduquesa da Áustria, com S.A Real D. Pedro de Alcântara, Príncipe herdeiro de Portugal, Brasil e Algarves, ofereceu a mais bela oportunidade para a realização da ideia do rei. Justamente quando esse laço unia a nova parte do mundo em relações mais estreitas com a Europa, estava S. M. o Rei de Bávora presente em Viena, e resolveu, de acordo com a corte imperial, fazer seguir, no séquito da ilustre noiva, cientistas austríacos, membros da sua Academia (von MARTIUS; J.B. von SPIX, 1938:2)

Durante os dois primeiros séculos que se seguiram ao período áureo da expansão ultramarina foram produzidos uma grande quantidade de relatos de viagem, relatos de aventureiros e exploradores que, muitas vezes à custa da própria vida, viram com os *olhos da cara* aquelas terras que tanto atiçavam a imaginação dos seus contemporâneos (FRANÇA,J.M.,2000:02).

Os relatos de viagem contrapunham a beleza da terra ao “caráter corrompido” de seus habitantes, a sujeira e à desordem produzida na capital era vinculada à escravidão e a presença de negros em toda a cidade . Apesar do número de europeus, portugueses ou não, que viviam no Rio de Janeiro, das transformações que modificaram a capital assemelhando-a as cidades europeias, os viajantes sentiam-se num lugar inóspito uma vez que poderiam, como afirma Spix e Von Martius, encontrar-se com uma “turba variegada de negros e mulatos”(1938:254), os quais representavam a barbárie que contrastava com a cidade que poderia ser “civilizada” como uma capital europeia.

Quem chega convencido de encontrar esta parte do mundo descoberta só desde três séculos, com a natureza inteiramente rude, violenta e invicta, poder-se-ia julgar, ao menos aqui na capital do Brasil, fora dela; tanto fez a influência da civilização e cultura da velha e educada Europa para remover deste ponto da colônia os característicos da selvajaria americana, e dar-lhe cunho de civilização avançada.

Língua, costumes, arquitetura e afluxo dos produtos da indústria de todas as partes do mundo dão à praça do Rio de Janeiro aspecto europeu. O que, entretanto, logo lembra ao viajante que ele se acha num estranho continente do mundo, é sobretudo a turba variegada de negros e mulatos, a classe operária com que ele topa por toda parte, assim que põe o pé em terra. Esse aspecto foi-nos mais de surpresa do que de agrado. A natureza inferior, bruta, desses homens importunos, seminus fere a sensibilidade do europeu que acaba de deixar os costumes delicados e as fórmulas obsequiosas da sua pátria. (von MARTIUS; J.B. von SPIX 1938, livro 2 cap.1:2)

A presença negra era atribuída problemas relacionados à urbe como a sujeira, a criminalidade, a vadiagem; a escravidão era vista como entrave para a implementação da civilização.

Na busca pela construção de uma identidade para o país, a referência aos relatos de viagem foi relevante principalmente no que tange à exaltação da natureza e a prodigalidade da terra, sendo assim, existe uma vinculação entre as literaturas de viagem e a construção do

projeto nacional. As condições naturais propícias da terra exaltadas em tais narrativas demandavam, todavia, um povo capaz de implementar as bases da modernidade, capazes de potencializar os benefícios da natureza; a ideia de um meio propício a espera de um povo capaz de realizar a “civilização”.

Quando os habitantes deitarem abaixo as matas, dessecarem pantanais, rasgarem estradas por toda parte, fundarem aldeias e cidades, e, assim, pouco a pouco, triunfarem da exuberante vegetação e dos bichos daninhos, então todos os elementos virão ao encontro da atividade humana e recompensarão plenamente. Entretanto, até que chegue essa época para o Brasil, o país inculto pode ainda ser, sem dúvida, o túmulo de milhares de imigrantes. Atraídos pela regularidade esplêndida do clima, pela riqueza e uberdade do solo, muitos abandonam as suas terras nativas, para constituir nova pátria numa parte estranha do mundo, numa zona completamente diferente. Não obstante sejam otimistas as previsões sobre que baseiam o favorável sucesso da empresa, e o entusiasmo com que a encetam, o resultado, porém, pouco corresponderá às esperanças, sobretudo, em se tratando de imigrantes vindos do Norte da Europa. (von MARTIUS; J.B. von SPIX ,1938, livro 2 cap 2: 29)

Apesar de propor a mistura entre as três raças como a melhor forma de escrever a história do Brasil, von Martius deixa claro, mesmo que em uma obra anterior, a inferioridade predominante entre as raças negra e indígena.

[...] por muitas outras razões, que o europeu é superior aos homens de cor pela intensidade da vida nervosa, e supera de modo todo específico, tanto somática como psiquicamente, as demais raças. Já foi observado por diversos autores talentosos que algumas raças, embora organizadas de modo idêntico, são, entretanto, qualificadas mais ou menos perfeitamente em diferentes sentidos, e que o europeu compensa as faculdades físicas inferiores com um desenvolvimento superior dos órgãos e forças intelectuais. Se, por exemplo, o homem da raça caucásica é de fato inferior ao negro em mobilidade e potência sexual, ao indígena americano em constituição robusta e vigorosa, em força muscular, resistência e longevidade, (...); todavia, ele supera a todos em beleza do corpo, em precisão simétrica das proporções e atitude, e no desenvolvimento moral livre, independente e universal do espírito.

A bela harmonia de todas as diferentes forças, produzida e mantida somente pelo predomínio das faculdades mais nobres no homem, é que determina melhor a sua dignidade do que a formação predominante, e talvez também excessiva, de alguns órgãos inferiores. O resultado dessa bem organizada e perfeita unidade das forças humanas é que se pode considerar a verdadeira humanidade, inseparável da ideia de liberdade. A liberdade (...), imprimiu ao europeu o cunho de dignidade e grandeza, que até aqui o tem guiado quase involuntariamente por todas as partes do mundo, sempre vitorioso; mesmo no meio dos rudes filhos da natureza isso o protege, mesmo lá onde desenfreada audácia substituiu a primitiva simplicidade, e, por toda parte, ele sempre infunde respeito. [...] (von MARTIUS; J.B. von SPIX , 1938, livro3 cap 2: 10)

O ser- humano é característica apenas dos homens brancos europeus bem como o atributo da cultura e da civilização. A natureza, o elemento indígena e negro são reiterados como sendo sempre o oposto ao que se desejava construir, uma nação aos moldes europeus, portanto, são opostos a civilização e ao progresso, modelos universais que passam a ser

considerados estágios obrigatórios a serem seguidos. Apesar de o índio fazer parte do imaginário da nação durante o Império, ao inscrever a beleza da terra e tomar o indígena como central na construção do imaginário da nação; a cultura, a civilização e, portanto, a raça ainda estariam a espera de serem concretizadas.

1.2 Segunda Tentativa: “a geração de 1870”

Desde meados de Oitocentos é possível notar um processo de modernização no Brasil, e especialmente no Rio de Janeiro, impulsionado, entre outros motivos, pela ascensão da economia cafeeira e industrial, pela urbanização e pelo aperfeiçoamento do sistema de transportes e dos meios de comunicação. A capital do país, nessa época, já contava com ruas calçadas, iluminação a gás e bondes elétricos, bem como gozava de uma vida social relativamente intensa, com as opções de teatros, bailes, centros comerciais, jardins, cafés e passeios públicos. A vida cultural no Rio de Janeiro ganhava então novos contornos com a dinamização do processo de urbanização, a intensificação das atividades intelectuais. Além disso, a estabilização da política com a “maioridade” do Imperador trouxe para o país um período de certa calma na política e possibilitou à imprensa atingir um maior grau de maturidade e se instalar definitivamente no seio da sociedade local.

Foi nesse cenário, ainda modesto, de transformação, institucionalização do país e efervescência cultural que surgiram os trabalhos da “nova geração” ou “geração de 1870”, tal qual ficou conhecida.

A partir da segunda metade da década de 1850 ampliaram-se as transformações no interior da sociedade brasileira originadas principalmente pelo crescente processo de industrialização. Com a proibição do tráfico negreiro em finais da década de 1850¹¹ intensificou-se a quantidade de capitais que passaram a ser utilizados em maior quantidade em outros setores da economia e, atividades como comércio, passaram a ter mais relevância. A nova lavoura de café estabelecida na oeste paulista veio a permitir um maior acúmulo de recursos, o que tornou as disparidades entre as províncias ainda mais acentuadas. Além disso,

¹¹ A lei Eusébio de Queiroz decretada em 1850 extinguiu o tráfico negreiro no país. Entretanto, ampliou-se o tráfico interno de escravos em direção aos centros agro- exportador. Ver FRAGOSO, João [et al.] *Nas Rotas do Império: Eixos Mercantis, Tráfico e Relações Sociais no Mundo Português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

a ampliação da luta abolicionista, principalmente através dos jornais, suscitou inquietações ainda maiores sobre a presença de negros libertos.

A sociedade perturbava-se com tamanhas modificações em seu meio, o surgimento de uma jovem elite econômica que visitava a Europa e estudava no Largo São Francisco contrastava com os ideias monárquicos, pode se dizer que essa jovem elite passou a defender reformas que garantissem espaços as novas transformações sociais e econômicas o que se mostrou incompatível com o projeto monarquista; nos referimos a “Geração de 1870”. Segundo Ângela Alonso (2002), “a modernização material do país e a decadência das instituições centrais do Império feriram o coração saquarema, abrindo uma crise apenas concluída com a queda do regime”; é nesse contexto de crise que “emergiram múltiplas manifestações públicas de protesto, exacerbando a demanda liberal por reformas” oriundas dos vários grupos políticos que compuseram a geração de 1870. (ALONSO,2002:95-98).

Alonso apresenta a diversidade de grupos que compunham a “geração de 1870”, “liberais, republicanos, novos liberais, positivistas abolicionistas do Rio Grande do Sul, federalistas de São Paulo (PRP)”(ALONSO, 2002:176). A autora argumenta existir entre esses grupos um fator de coesão que era político, advindo da experiência compartilhada de marginalização política em relação ao *status quo* imperial que, por conseguinte, estava concentrado nas mãos do grupo saquarema¹². Nesse sentido, ao desferir críticas contra os pilares centrais do império, o “indianismo romântico, liberalismo imperial e catolicismo hierárquico”, que proporcionaram aos conservadores saquaremas manterem-se a frente da condução da política no segundo reinado, a geração de 1870 utilizou-se do repertório político europeu que forneceu as ferramentas políticas para darem vazão as suas críticas. A autora destaca que o repertório político europeu aliado ao conhecimento da realidade local permitiu uma crítica coerente por parte da geração de 1870 a monarquia, ressaltando que o repertório utilizado teve de passar por uma espécie seleção conforme sua capacidade de oferecer respaldo ao momento de crise vivenciado. (ALONSO,2002: 176)

A exigência por uma nova pauta política em sintonia com o mundo exterior passou a ser exigência entre os liberais muitos dos quais eram parlamentares de provinciais mais distantes da Corte e que desejavam maior autonomia para alavancar o desenvolvimento local de suas províncias. O antigo projeto nacional do império não conseguia atender a interesses tão diversos e em conflitos; as reivindicações pelo federalismo bem como as ideias republicanas tornavam-se cada vez mais claras e ameaçadoras. É interessante ressaltar que

¹² Forma como ficou conhecido o Partido Conservador após 1830 no período Imperial.

neste momento os “conservadores emperrados” – na expressão de Ângela Alonso – se colocaram contrários aos “efeitos” que as transformações socioeconômicas estavam ocasionando para a sociedade brasileira, operando-se uma tentativa de defesa das tradições imperiais agora ameaçadas. Contra a laicização da sociedade formou-se uma ala ‘ultramontana’ que defendeu a “religião de Estado e reafirmou a base católica do regime”. A ‘civilização moderna’ foi questionada, pois era a causadora da ‘corrupção e depreciamento moral’. Segundo o conservador Candido Mendes essa “nova” civilização teria se debruçado perante “[...] as ciências físicas e as invenções industriais” esquecendo-se “da verdade religiosa.” (ALONSO,2002:89)

No momento em que a crise do império brasileiro ia se acentuando com a descrença em suas próprias instituições e, a desordem interna dos partidos, a Guerra do Paraguai, a posição dos militares contra a escravidão - uma série de fatores passou a pressionar ainda mais a já desgastada ordem monárquica. As reformas no Estado Imperial tornaram-se inevitáveis assim em 1871 assume o ministério o conservador do Visconde de Rio Branco que tomando como sua bandeiras liberais, inicia a uma série de reformas que incitaram ainda mais a geração de 1870 em prol de transformações ainda mais amplas.

Durante o ministério de Rio Branco modernizou-se o transporte o que permitiu a expansão econômica de estados como São Paulo e Minas Gerais. Adotou o sistema métrico, reformou o código comercial, implantou um cabo telegráfico e expandiu a comunicação interna e externa, atraiu companhias inglesas para o desenvolvimento da infra-estrutura – pessoas e cargas passaram a circular como nunca pelo país. O ensino¹³ ganhou espaço de programa de governo com a profissionalização do magistério, criação de escolas técnicas nas províncias e também a escola Militar e Politécnica para a formação de engenheiros. De modo geral, a ideia central era tentar formar uma mão-de-obra minimamente capacitada a iniciar o processo de substituição do trabalho escravo, para isso, a camada pobre, formada por homens livres, tinha que se aperfeiçoar. É evidente que foram reformas incapazes de incluir a maioria desta população, mas tiveram efeito sobre o tecido social e também no seu modo de vida.

¹³ O modelo de instrução pública do Império era atacado pela geração de 1870, entretanto, pode-se também ressaltar que esse ataque se referia também à tradição inventada pelos saquaremas e que serviu como alicerce de sustentação do Segundo Reinado: “o catolicismo hierárquico”. A religião de Estado cumpria seu papel de garantir o “[...] controle social porque o Estado não lograra ainda realizar sua tarefa pedagógica de transformar todo o ‘povo’ brasileiro em ‘opinião publica’ (ALONSO,2002:65). Além disso, a educação aparece nesse momento como instrumento capaz de moralizar, ou interferir na moral dos indivíduos, principalmente num período em que a abolição da escravidão se aproximava e com ela a incógnita de como seria transformar uma massa de ex- escravos em “cidadãos”.

As alterações estabelecidas pelo poder vigente abriram caminho para determinadas transformações sociais: o aumento da intensidade com que produtos, informações, riquezas passaram a circular pelo país. “Significa dizer que a nova situação gerou tanto motivações quanto espaço para que grupos sociais até então alijados da grande política se manifestassem publicamente”.(ALONSO,2002:95)

1.3 Mestiçagem e Branqueamento

Em finais do século XIX com o iminente fim da escravidão e da monarquia os intelectuais da “geração de 1870” cada qual a sua maneira vão absorver as teorias raciais da Europa e inscrevê-las de acordo com o com o contexto nacional. Os letrados que compunham tal geração faziam parte de uma elite privilegiada que incorporou diversos pressupostos de origem europeia como o positivismo, darwinismo social, evolucionismo. Esses letrados tomaram para si a missão de modernizar a sociedade brasileira e edificar um saber que mostrasse a razão do “nosso atraso” e as formas de superá-lo. Nesse afã de consolidar um novo status para a nação e a literatura brasileiras, letrados da geração de 1870 e posterior a ela, conjugaram as teorias raciais vindas da Europa, que colocavam o homem branco como superior numa hierarquia racial, tentando concilia-las com a realidade brasileira onde predominava uma maioria de “mestiços” e “gente de cor” (COSTA,2006:152). Progresso e modernização eram lidos então como próprios ao homem branco, pressuposto para se construir uma nação “civilizada”, entretanto, a condição de uma população cuja maioria era composta por negros e mestiços tornava-se um problema a ser resolvido.

As obras literárias abandonam pouco a pouco a visão romantizada e católica do período imperial e passam a incorporar cada vez mais à retórica da cientificidade incorporados ao país principalmente após a década de 1870, o que recrudescer ainda mais as críticas ao romantismo. A introdução de postulados científicos passou a balizar a interpretação do país e fornecer bases para a construção de um novo projeto nacional.

Contudo, após a proclamação da república, a geração de 1870 vê seus ideais serem corrompidos com a ascensão de novas elites consideradas despreparadas para exercer o poder. As primeiras décadas do século XX são marcadas por fortes críticas que acusam a “República dos Bacharéis” por ter abandonado o Brasil, a população que se encontrava doente. Exemplo disso, Romero culpa o advento da república pelo fim do período intelectual que o antecedeu,

transformando o Brasil num campo de batalhas (referência a Canudos) (ROMERO,1979:157). Outras críticas surgiram; o médico Belisário Penna acreditava ter a medicina uma função ainda mais relevante neste início de república: corrigir o aumento das mazelas geradas pelo sistema federalista brasileira que legitimou a oligarquização da política, e abandonou doente a população. Afrânio Peixoto afirmava começar os “sertões do Brasil” no fim da Avenida Central no Rio de Janeiro.

Tal situação promoveu o processo de fortalecimento da construção do projeto de construção nacional que concedia autoridade aos cientistas na definição do que seria prioritário à nação. Esses cientistas em geral médicos sanitaristas reivindicavam para si o papel de principais agentes no processo que levaria a nação a superação do atraso colonial no desenvolvimento da civilização e progresso do homem branco europeu. Dessa forma, para se superar a doença, elemento distintivo dos primeiros anos da república e promover a saúde seria necessário ampliar as medidas intervencionistas na realidade social. “Os hábitos deveriam ser moralizados, orientando-se os costumes alimentares e higiênicos, controlando-se o desvio e evitando-se a degeneração”. (SCHWARCZ, 1993: 226).

Torna-se necessário definir um povo no novo período: a república. Entretanto, tanto o conceito de povo quanto de nação se constitui enquanto produtos específicos de uma determinada parcela da sociedade e, enquanto tais, também vão apresentar nuances que se modificam de acordo com momentos históricos específicos. E em fins do XIX e início do século XX uma das necessidades mais relevantes acaba por ser a tentativa de resolução do “imbróglio”, a questão da população negra e, para, além disso, como resolver o problema da mestiçagem que domina grande parte da população e que não era bem quista pela elite branca e sua referência, a Europa.

A *intelligentsia* brasileira reconhecia não haver uma “raça brasileira” a se preservar, porém, tinham a imagem do que deveria ser evitado, um conjunto de taras que poderiam surgir com a mistura racial. Para corrigir seria necessária uma política capaz de aperfeiçoar a população a partir do tripé: saúde, força e beleza(FLORES,2007: 29-30). Com essa finalidade se serviu do processo de saneamento e de higiene pública; que apesar de serem concebidos como atuações diferentes, segundo Schwarcz, na prática “as duas formas de atuação apareciam de modo indiscriminado” (Schwarcz,1993). Além do mais os hábitos “deveriam ser moralizados, orientando-se os costumes alimentares e higiênicos, controlando-se o desvio e evitando-se a degeneração”. (1993: 226).

Observa-se que passa a existir uma necessidade da ação da medicina dentro da sociedade, somente sua racionalidade é capaz de atuar e impedir o surgimento de qualquer perigo que possa aparecer e, também, promover a cura dos problemas já existentes. A razão trazida pelos rigores científicos, os saberes médicos são colocados como indispensáveis e nesse sentido, a medicina social passa a necessitar do Estado como seu aliado e cúmplice na prevenção das doenças, passando a ser, então, indispensável no aparelho estatal. Essa relação segundo Machado não é de justaposição ou de apropriação, mas de imanência.

[...] Não é a racionalidade científica e politicamente neutra da medicina que é requisitada pelo Estado e utilizada em uma perspectiva ideológica que a adulteraria ou a descaracterizaria. Como também não é o Estado que existiria em continuidade desde os primeiros séculos de nossa história que agora incorpora um instrumento até então heterogêneo a seu modo de ação (Machado, 1978: 157).

A medicina social é, portanto, necessariamente política e, de forma nenhuma se constitui num poder paralelo ao Estado, mas, atua com ele para realizar seu projeto de prevenção das doenças que poderiam atingir a população. A medicina social é conceituada como uma medicina política tanto pelo modo como intervém na vida particular dos indivíduos e na sociedade, penetrando nas suas instituições, como pela sua relação com o Estado. Ao mesmo tempo é útil ao Estado, por se tratar de um instrumento especializado e capaz de assumir com ele e por ele as questões relativas à saúde, justificando-se como colaboradora científica.

Se o mito endêmico e a valorização do índio balizaram o projeto de nação do Império, como elementos virgens a espera do europeu responsável por sua modernização futura; no final do século XIX as explicações científicas sobre a manutenção do “atraso brasileiro” foram responsáveis por demarcar as discussões que se centraram principalmente em torno da população mestiça e negra. Conjuntamente ao positivismo e ao evolucionismo desembarcaram também no Brasil a antropologia criminal e o racismo científico que colocava em cheque o futuro do país ao inviabilizar o desenvolvimento do progresso e causa seria atribuída as constantes misturas raciais entre raças consideradas desiguais. Porquanto, a medicina deveria também caber o gerenciamento dos cruzamentos raciais.

Nesse sentido, a ideia de mestiçagem, conjuntamente com três mitos fundantes, o mito das três raças, da democracia racial e do branqueamento, desempenharam um papel relevante na construção de um conjunto de saberes e estratégias de ação. Constituíram-se enquanto

poderosos discursos que pautaram discussões sobre relações raciais e sobre a construção da própria identidade nacional.

A questão racial torna-se tão relevante que em 1908 o poeta parnasiano Olavo Bilac profere a seguinte frase: “Somos uma raça em formação, na qual lutam pela supremacia diversos elementos étnicos. Não pode haver uma literatura original, sem que a raça seja formada”(RIO, J.,1994). Tal comentário demonstra a preocupação do poeta com relação às discussões que delineiam a construção de uma identidade nacional, de um corpo uno para a nação e, no centro de tudo estaria a raça ou a formação de uma raça específica para a nação brasileira.

Em trabalho recente, Renato Beluche (2008) utilizando-se do conceito de pânico moral, identificou na proximidade da abolição da escravidão e nas transformações sociais que dela decorreriam como centrais para a formação de novas reflexões sobre a sociedade e, a partir daí a necessidade de criar os seus desvios. Segundo o autor, a utilização da sexualidade nessas reflexões permitiu tanto a crítica à velha ordem imperial quanto à consolidação da nova ordem burguesa que manteve as hierarquias de gênero e raça.

O grande problema existente e atravancador dessa nova ordem é o negro livre que, mesmo sem ser explicitado diretamente na fala de Bilac, torna-se o elemento étnico a ser circuncidado da nação que começa a ser formada. Segundo Nancy L. Stepan (2005), os negros e mulatos formavam o grupo que mais inquietava os médicos e os especialistas em saneamento, essa população agora livre, formava a base da pirâmide sócio-racial e passou a ser também o objeto da atenção dos profissionais de saúde que acreditavam “que os pobres eram pobres porque eram anti higiênicos, sujos, ignorantes e hereditariamente inadequados.

Os preconceitos de raça e classe fundiram-se, por conseguinte, na linguagem da hereditariedade” (Stepan, 2005:47). Os pobres também eram inclinados a uma “sexualidade indisciplinada” e a embriagues fatores que contribuiriam para a degeneração da raça. Portanto, além de entidade idealizada, a nação também é um fenômeno político- cultural de intervenção sobre o corpo objetivando forjar um único corpo coletivo da nação onde se cultiva símbolos, uma língua específica, um tipo psicológico, um tipo físico. Do caráter do indivíduo depende o caráter da nação que não se constitui apenas como uma forma política, ela pode ser considerada como uma forma política na dimensão do corpo, um fenômeno cultural de intervenção sobre o corpo do indivíduo para forjar o corpo coletivo da nação. (Flores, 2007)

Nesse sentido, corpo e nação são pontos que se interseccionam diretamente, o trabalho de Avtar Brah (2006) aponta que a intersecção entre as estruturas de classe, raça, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como “variáveis independentes porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra - é constituída pela outra e é constitutiva dela”. (BRAH,2006:351). Os processos de “sexualização da raça” e “racialização do sexo” estariam presentes em todo mundo pós-colonial fazendo com que toda a “experiência do sujeito” seja balizada através da raça e do sexo.

Nas décadas de 1920 e 1930 Stepan aponta que os discursos relacionados a gênero e raça se aproximaram cada vez mais dos discursos sobre nação sendo o período entre guerras mundiais, o ápice da identificação entre a eugenia e o nacionalismo.

O desejo de “imaginar” a nação em termos biológicos, de “purificar” a reprodução das populações para adequá-las as normas hereditárias, de regular o fluxo de pessoas através das fronteiras nacionais, de definir em novos termos quem poderia pertencer a nação ou não - todos esses aspectos da eugenia giravam em torno de questões de gênero e raça e produziram propostas ou prescrições de novas políticas invasivas de Estado voltadas para os indivíduos. Em resumo, por causa da eugenia, gênero e raça ficaram ligados á política de identidade nacional. (STEPAN, 2005:117)

No Brasil diferentemente da Europa não havia um povo racialmente puro, porquanto, muitos autores se voltaram para a construção da homogeneidade nacional através do processo de mestiçagem que, novamente, poderia acenar para um futuro onde os mestiços se embranqueceriam.

A imigração europeia de fins do século carregou consigo uma tentativa de reconstrução racial/ideológica da nação, parte importante no projeto de embranquecimento. Nesse sentido, a imigração se constitui sob um duplo aspecto, a substituição do trabalho negro, criado o mito do negro inadaptado ao trabalho agrícola e sob o oculto aspecto de não constituírem famílias, nódulos centrais da construção da nacionalidade. E, a oportunidade de trazer braços brancos que não serviriam somente para o trabalho, mas principalmente para embranquecer a população que, em sua maioria era constituída de negros e mulatos. (SEYFERTH, 2002)

Apesar da condenação explícita do escravismo, não há qualquer preocupação com o destino da população escrava, nem mesmo com os demais trabalhadores nacionais, e o significado mais imediato de trabalho livre” é a desqualificação dos negros e mestiços para o trabalho

independente. eram, pois, incapazes de agir por iniciativa própria- pressupunha-se, portanto, que fracassariam como pequenos proprietários.(SEYFERTH,1996: 46)

O modelo do embranquecimento, portanto, vai sustentar um debate sobre a nação baseando-se na possibilidade de um país mestiço, considerado um “estado provisório”, sendo sua superação, marcada pelo possível surgimento de um tipo étnico branco que representaria e que dotaria a nação de uma homogeneidade integradora. Entretanto, como demonstrou Laura Moutinho, não é qualquer mistura que envolva o elemento branco que vai ser considerada como uma “boa mistura”.

[...] Os imigrantes pobres concedem a possibilidade de branqueamento, mas a “cor” falta claramente o atributo de nobreza e prestígio- ou, em outros termos, a origem nobre.(...) A origem pouco nobre dos pais agrega o meio social.O resultado é a produção de “mestiços” “socialmente patológicos”[...]”(MOUTINHO,2004:192)

Nas discussões sobre o embranquecimento da nação predomina, segundo Schwarcz (1993), o determinismo racial que buscando naturalizar as diferenças sociais, afirma que a total perfeição estaria na “raça” ariana, ápice do estágio evolutivo do homem, sendo qualquer outra raça, inferior. O darwismo social e os modelos do poligenismo (onde as raças humanas correspondiam a realidades diversas e, portanto não seria possível o cruzamento entre elas)¹⁴ naturalizaram questões de ordem social, política e econômica, transformando-as em hierarquias naturais, repassando para a “natureza” as desigualdades geradas no interior da sociedade. O evolucionismo tornou-se um paradigma e a biologia enquanto ciência assumiu um papel fundamental na naturalização das diferenças.

Arthur de Gobineau com seu *Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas* (1853) é considerado um dos ensaístas que mais influenciaram o pensamento racial brasileiro¹⁵. A estadia de Gobineau no Brasil como diplomata francês fez instigar as discussões entre os “homens de ciência”. Constituir e ou interpretar a nação dependia de como se lidava com questões relativas ao cruzamento racial uma vez que as raças negras para

¹⁴ A substituição das explicações divinas pela razão- a explicação biológica fomentou o surgimento da “hipótese poligenista” que segundo Schwarcz(1993), permitiu o nascimento da frenologia e da antropometria, além disso, as explicações biológicas foram adequadas as ciências humanas que se utilizaram do conceito de seleção de Darwin para explicar a desigualdade entre as nações que eram formadas em sua origem por raças diferentes. A nacionalidade então, segundo Stepan, estava intrinsecamente ligada a idéia de raça sendo a eugenia a ciência responsável pela sua purificação.

¹⁵ Moutinho (2004); Costa (2006).

Gobineau eram tidas como num “grau mais ínfimo da hierarquia racial e seriam, por definição, ineptos para a vida civilizada” (Costa, 2006: 157).

Neste processo, diversas áreas de conhecimento empenharam-se em compreender e estabelecer critérios capazes de distinguir impactos positivos ou não na mistura das três raças que compunham a nação.

Na medicina, os trabalhos de Nina Rodrigues (1862-1906) foram pioneiros ao tratar do “legado cultural africano” e da origem étnica das três raças que compunham a população. Seus trabalhos abarcavam a antropologia, direito, sociologia além da medicina. Médicos como Arthur Ramos e Afrânio Peixoto foram seus seguidores, membros da chamada Escola Baiana, que conjugava medicina e antropologia.

Apesar de acreditar na inferioridade do africano produziu uma bibliografia considera ao seu respeito que mais tarde serviu a outras pesquisas sobre o negro na sociedade brasileira. Sua preocupação, contudo estava no crescimento da população negra e mestiça no cenário nacional, dado serem de caráter inferior ao branco (Costa, 2006:169). Para Rodrigues o mestiço não possuía um tipo definido sempre variando em decorrência da proporção das raças que entravam em sua composição, sendo assim falar em “povo” não era possível.

Só podemos falar de um povo brasileiro do ponto de vista político. Do ponto de vista sociológico e antropológico, muito tempo se passará antes de podermos considerar unificada a população do Brasil.

As três raças antropológicas que aqui se acham misturadas, a raça vermelha, indiana, ou a dos aborígenes, a raça negra, ou a dos escravos importados da África pelo tráfico, e a raça branca ou a dos conquistadores, continuam a viver juntas sem se confundirem, embora na aparência sujeitas à mesma civilização européia. O produto da fusão destas três raças, isto é, o mestiço, que tende a predominar pelo menos em uma grande extensão do país, não possui ainda absolutamente um tipo definido, porque à proporção em que cada uma das raças puras entrou para a sua composição, variou muito, e o cruzamento dura e por muito tempo durará ainda entre elas. (RODRIGUES, 2006: 103).

O mestiço era então visto por Rodrigues como sinônimo de degeneração social¹⁶.

Para Nina Rodrigues, a miscigenação resultaria inevitavelmente em desequilíbrio mental e conseqüentemente na degenerescência. Sua obra aproximou a criminologia e da teoria degeneração em sua tentativa de conhecer a natureza do criminoso, buscando identificar um conjunto de estigmas biológicos e anatômicos, decorrentes da mistura racial, que o caracterizariam e revelariam nele a reminiscência de um “nível inferior” da escala do

¹⁶ A teoria da degenerescência entrou na psiquiatria brasileira, de acordo com Freire Costa (1981), por meio de Nina Rodrigues e Juliano Moreira.

desenvolvimento humano, ou seja, indivíduos que seriam predispostos ao crime ou dotados de um instinto natural para tanto (BORGES, 2005).

Em todo o reino animal, temos motivo para crer, todo cruzamento entre variedades que se tem tornado muito estranhas uma da outra, no físico nada produz que preste; ao contrario, a união entre variedades ligeiramente diferentes dá, na físico, bons resultados. Dá-se o mesmo para a natureza mental? A julgar por certos factos, a mistura entre raças de homens muito dessemelhantes parece produzir um tipo mental sem valor, que não serve nem para o modo de viver da raça superior, nem para o da raça inferior, que não presta enfim para gênero algum de vida. Ao contrario, povos da mesma origem, que, tendo vivido durante muitas gerações em circunstancias diferentes, se tem ligeiramente afastado um do outro, dão, se vê ás vezes, pelo cruzamento, um tipo mental superior a certos respeitos". O mestiçamento no Brasil confirma e exemplifica estas previsões. (RODRIGUES,s/d:133)

A miscigenação biológica representava para o autor a formação de um elemento instável que trazia uma série de distúrbios e era responsável pela desagregação social. Porém, apesar de ressaltar a superioridade da raça branca, Rodrigues ponderava tal mistura que poderia gerar um “produto válido” superior na capacidade mental, mas também, um “produto inaproveitável e degenerado” que deveria ser controlado por um código de responsabilidade penal e moral. (MOUTINHO, 2004:69). Entretanto isso não invalidou sua aproximação com o pensamento de Gobineau, ao alinhar e tratar quase que como sinônimos mestiçagem e degeneração racial, evidenciando os excessos sexuais como ameaçadores a ordem estabelecida¹⁷, o autor ressalta a importância de se criar “uma jurisprudência ‘racializada’ e regional, dado que à diversidade ‘racial’ deveria incluir a diversidade climática do território brasileiro” (Moutinho, 2004:72). Ou, de acordo com Moutinho, a criação de um apartheid institucionalizado no Brasil.

Em outro ponto de análise encontrava-se Silvio Romero. Contemporâneo de Nina Rodrigues, Sílvio Romero refletiu sobre a condição “mestiça” da população. Apesar de

¹⁷ O autor alerta que a sensualidade da “raça negra” pode chegar às raias da “perversão sexual mórbida”, buscando exemplo na “excitação genésica da mulata”. Sobre o assunto, Moutinho cita Rodrigues Nunca se frisou bastante, diz o Sr. José Veríssimo [...] a depravada influência deste característico tipo brasileiro, a mulata, no amolecimento de nosso caráter. Esse fermento do afrodisismo patricio, como lhe chama o Sr. Sílvio Romero, foi um dissolvente da nossa moralidade física e moral. A poesia popular brasileira no-la mostra, com insistente preocupação apaixonada em toda a força de seus atrativos e da sua influência. O povo amoroso não se fatiga em celebrar-lhe, numa nota lúbrica, os encantos, que ele esmiuça numa sofreguidão de desejos ardentes. Canta-lhe a volúpia, a magia, a luxúria, os feitiços, a faceirice, os dengues, os quindins, como ele diz na sua linguagem piegas, desejosa e sensual.(MOUTINHO,2004:70) De fato, para Rodrigues, a mulata é um “solvente da civilização” que, com a força ativa da sedução, submete a masculinidade do homem “branco”, ameaça sua “virilidade moral” e, a segurança da família e da própria sociedade brasileira. Com “apelos eróticos irresistíveis”, a ela é atribuído o poder de enfraquecer e iludir, reduzindo o “conquistador” à condição de vítima.

defensor das teorias sobre as desigualdades raciais e a superioridade inata dos povos arianos, Romero coloca-se a favor da mestiçagem. Porém, no pensamento romeriano, a mestiçagem seria apenas um estado provisório sobre o qual se ergueria a nação, ou seja, a nação ainda estaria para se concretizar com o embranquecimento da população, mas para tanto é essencial que os cruzamentos entre os dois povos, considerados inferiores, diminua e, aumente a escala de cruzamentos entre os povos de raça branca através da imigração européia. Em relação à posição romeriana, Rodrigues acha-se cético

Não acredito na unidade ou quase unidade étnica, presente ou futura, da população brasileira, admitida pelo Dr. Sylvio Romero: não acredito na futura extensão do mestiço luso-africano a todo o território do país: considero pouco provável que a raça branca consiga fazer predominar o seu tipo em toda a população brasileira. (Rodrigues s/d:90)

Na tentativa pensar características que poderiam distinguir a nação, Romero buscou delinear uma “singularidade única” na definição de um caráter nacional não somente em relação ao povo, mas também em relação aos aspectos culturais; a partir da forte influência de autores como Balzac e os irmãos Grimm, Romero voltou suas preocupações em torno da valorização de uma “cultura nacional”.

Diante da “universalidade da Ciência deveria verter a singularidade histórica e cultural brasileira” bem como, ao modelo europeu, deveria se configurar também a “nação e a modernidade” no país. No que se refere às representações culturais, ao povo ou ao meio, Romero embasado pelas teorias científicas que vigoravam na Europa, definiu como personagem nacional - o mestiço - que seria sinônimo da especificidade, da originalidade brasileira, evidenciando que além de um país existia uma nação uma vez que aqui habitava um povo homogêneo e com uma expressão cultural própria.

Se durante a monarquia vigorava a mítica dos povos indígenas, na república, o pensamento romeriano tenta fortalecer a imagem do mestiço como símbolo da nacional. Uma nação onde habitaria uma população homogênea e harmônica capaz de produzir manifestações culturais próprias.

Todavia, essa população mestiça estaria ainda por “embranquecer”. O fator imigração que concorreria para esse embranquecimento da população deveria ser acompanhado, como aponta Costa (2006), por “certas regras que acompanhariam a imigração” e a distribuiria de forma igual por todo o território, além disso, deveria haver um “controle dos casamentos”

para encaminhar a população no sentido do embranquecimento. Nesse sentido, compreende-se que este processo não se daria de forma descontrolada sendo necessária a intervenção do Estado a fim de controlar e ditar um sentido a essa “regeneração da população”.

O fator imigração seria fundamental no processo de embranquecimento; para tanto, concorreriam várias nacionalidades para o cumprimento deste fim. O melhor seria aquele que

[...] não só se deixa assimilar, mas também se integra, pela mestiçagem, com os nacionais, cumprindo o desígnio do branqueamento. Aqui, assimilação é a mesma coisa que caldeamento ou fusão racial. Daí a conveniência da imigração lusitana, ou até mesmo da imigração italiana[...], menos perigosas por serem gentes latinas e mais assimiláveis. Em suma, apesar da centralidade da miscigenação na definição do caráter nacional, Romero, como outros autores da mesma época, estava convencido da inferioridade de negros e indígenas, e da maioria dos mestiços, fadados ao desaparecimento no curso da história formativa do tipo brasileiro.[...] (SEYFERTH, 2002:131).

Young (2005) analisando a obra de Gobineau, “*Ensaio sobre a desigualdade das raças*”, aponta uma “analogia fundadora” em sua obra, a relação que se estabelece entre nação e corpo; a mistura sanguínea entre as raças diferentes ao mesmo tempo em que é capaz de gerar “a criatividade da vida” também leva inevitavelmente ao corrompimento biológico da raça superior. Em Romero, ocorre a mistura entre raças tal qual como difundida por Gobineau, entretanto, contrariando a degenerescência étnica apontada por este; Romero proporciona outra visão ao leitor, a possibilidade de uma superação dessa “derrocada racial” e a formação de uma nova raça.

Para Romero, a necessidade de definir os contornos da nacionalidade brasileira vai permitir uma visão da mestiçagem como proporcionadora de certa “unidade nacional” aos habitantes do Brasil. A mestiçagem então ganha um caráter positivo que define o país enquanto uma nação. Há no autor uma procura pelo caráter puro da nação, porém, na ausência de uma raça pura no contato entre portugueses, indígenas e negros, restou a mestiçagem como “nova e original ontologia da nação brasileira”. A questão da originalidade¹⁸ do povo brasileiro se sobressaia justamente pelo fato de ser um povo mestiço, entretanto por ser

¹⁸No primeiro artigo de Romero na *Revista Brasileira* em 1879, a temática da originalidade já estava presente. Neste texto, lê-se que “uma nação se define e individualiza quanto mais se afasta pela história, do caráter das raças que a constituíram, e imprime um cunho peculiar à sua mentalidade”, por isso, “a nação brasileira, se tem um papel histórico a representar, só o poderá fazer quanto mais se separar do *negro africano*, do *selvagem tupi* e do *aventureiro português*”. (Romero apud Paredes, 2006: 103-119).

produto de um “desfiguramento” do povo europeu, a mestiçagem racial se constitui enquanto um estado passageiro para a formação de uma nação brasileira branca.

A questão da mestiçagem está presente tanto em Nina Rodrigues como em Silvio Romero. Laura Moutinho ao analisar as diferentes representações do afeto e do “sexo inter-racial”, ao atentar para questões relativas a miscigenação salienta a centralidade atribuída à sexualidade nos discursos de intelectuais voltados para a interpretação do Brasil. Para a autora, uma nova articulação surge das ideias de Gobineau, “uma nova mecânica de poder, que se exerce através dos dispositivos da sexualidade”(2004:63).

O “racismo” surge na produção desta gestão da sexualidade. A manutenção da pureza do sangue e da “raça” é chamada para sustentar uma nova mecânica do poder, que se exerce através dos dispositivos da sexualidade. Assim, “toda uma política do povoamento, a família, do casamento, da hierarquização social, da propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes ao nível do corpo, das condutas, da saúde, da vida cotidiana, receberam então cor e justificação em função da preocupação mítica de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça”.(MOUTINHO, 2004: 63)

Ao serem transpostos para o Brasil a “gestão e controle da sexualidade” ganharam “cor e justificação em função da preocupação mítica de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça”. (MOUTINHO, 2004:63) Aqui esses valores transpostos da Europa evidenciaram ainda mais a miscigenação que passou a ser abordada como “eixo da construção de uma das nossas percepções de nação”. (2004:85)

2º A construção de um “projeto paulista” para a nação

O termo bandeirante é visto pela primeira vez num dicionário no Brasil, em 1913, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Antônio Candido Figueiredo que assinala conter nesta edição cerca de sete mil brasileirismo. Ele era definido como “indivíduo que, no Brasil, faz parte dos bandos, destinados a explorar os sertões, atacar selvagens”. No Dicionário da Língua Portuguesa publicado em 1802 por Moraes e Silva consta o termo bandeira com o significado: “Bandeiras, no Brasil e Minas são associações de homens que vão pelos Sertões debaixo de um cabeça, descobrir índios gentios e conduzi-los, ou cativá-los, resgatá-los”. A palavra bandeirante e bandeira parecem ter um mesmo significado- restringindo-se apenas a uma atividade material. (QUEIROZ,1992:79-80)

Na obra *Capítulos de História Colonial* (1907) Capistrano de Abreu, o termo já aparece ligado ao paulista, à atividade de uma raça dotada de “caráter sobre-humano”.

A Este apenas uma vereda quase intransitável levava à beira-mar, vereda fácil de obstruir, obstruída mais de uma vez, tornando a população sertaneja independente das autoridades da marinha, pois um punhado de homens bastava para arrostar um exército, e abrir novas picadas, domando as asperezas da terra, rompendo as massas de vegetação, arrostando a hostilidade dos habitantes, pediria esforços quase sobre-humanos.

Sob aquela latitude, naquela altitude, fora possível uma lavoura semi-européia, de alguns, senão todos os cereais e frutos da península. Ao contrário o meio agiu como evaporador: os paulistas lançaram-se a bandeirantes”.

Bandeiras eram partidas de homens empregados em prender e escravizar o gentio indígena. O nome provém talvez do costume tupiniquim, referido por Anchieta, de levantar-se uma bandeira em sinal de guerra. Dirigia a expedição um chefe supremo, com os mais amplos poderes, senhor da vida e morte de seus subordinados. Abaixo dele com certa graduação marchavam pessoas que concorriam para as despesas ou davam gente. (ABREU,1907:56)

Se de início a palavra bandeirante ligava- se somente a designação de indivíduos que adentram o sertão; no início do século XX, ela passa a associar-se também à palavra: paulistas, ou seja, seu caráter geográfico une-se a atividade de adentrar os sertões. Entretanto, o termo paulista não correspondia ainda ao espaço geográfico de São Paulo, Euclides da Cunha descreve o significado do termo paulista como abrangendo uma área geográfica mais ampla

O paulista – e a significação histórica deste nome abrange os filhos do Rio de Janeiro, Minas, S. Paulo e regiões do Sul – erigiu-se como um tipo autônomo, aventureiro, rebelde, libérrimo, com a feição perfeita de um dominador da terra, emancipando-se, insurreto, da tutela longínqua, e afastando-se do mar e dos galeões da metrópole, investindo com os sertões desconhecidos, delineando a epopéia inédita das bandeiras. (CUNHA,1984: 60)

A relação de sinonímia entre paulista e bandeirante não aparece nos dicionários antes de 1938¹⁹ entretanto, nas últimas década do século XIX o mito do bandeirante é retomado incentivando a construção de um imaginário paulista. O historiador Joseph Love aponta a apropriação do termo bandeirante pela elite paulista está ligado à expansão da fronteira do café dando a esta elite confiança na ideia de superioridade de São Paulo dentro do Brasil. (1982:107-8)

O mito bandeirante surge no final do século XIX “pois ao mesmo tempo em que denunciava as qualidades de arrojo, progresso e riqueza que São Paulo possuía, representava o progresso de integração territorial que dera sentido à unidade nacional” (ABUD,1985: 139). Na análise da autora dois fatores são relevantes na construção da mitologia bandeirante: a associação entre este e o paulista, o que o transforma no símbolo da paulistanidade e a ênfase de que o bandeirante seria o construtor da nacionalidade a partir da expansão territorial por ele promovida. A mitologia bandeirante define o paulista, portanto, como o agente na construção da nacionalidade e o bandeirante como central nesse processo.

Retomando von Martius, “Quando os habitantes deitarem abaixo as matas,(...) triunfem da exuberante vegetação e dos bichos daninhos, então todos os elementos virão ao encontro da atividade humana e recompensarão plenamente”(von MARTIUS,1938:29). A ligação entre expansão territorial e domínio da natureza como sinônimos de progresso, presente no imaginário europeu se mantém e é tomado como verdade na construção do imaginário bandeirante.

Essa recuperação mítica do bandeirante, por parte de alguns intelectuais paulistas, criou um pretense passado superior para uma elite que necessitava se firmar politicamente justificando seu domínio pela ascendência considerada nobre, originada de “líderes natos”.

Na construção desse tipo bandeirante considerado tão significativo para a construção do estado paulista, indivíduos ligados a grandes instituições como o Instituto Histórico

¹⁹ Em 1938 é publicado o Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa, de Laudelino de Oliveira Freire que traz a definição da palavra bandeirante como “o membro de uma bandeira que saía em busca das minas e o de sinônimo de paulista, isto é, natural de São Paulo”. (QUEIRO,1922:80).

Geográfico de São Paulo (IHGBSP) e o museu Paulista foram relevantes. Estas instituições divulgaram a ideia de que no estado paulista não havia o mestiço, mas, um subgrupo racial considerado superior: os bandeirantes. Dessa forma, retomaremos alguns aspectos sobre a formação do IHGBSP e, como alguns autores representam o estado paulista; dando destaque para a obra de Paulo Prado por se considerar fundamental no processo de formação dos discursos do bandeirante e como incentivador da semana de arte moderna, evento que busca consolidar o entendimento do estado paulista como modelo a ser seguido. Além disso, a questão da raça associada ao “espírito aventureiro” exaltado pela elite paulista agrega a imagem do bandeirante como construtor da nacionalidade realizada a partir da expansão territorial realizada por ele. A construção desse mito insere-se nos debates sobre a questão racial uma vez que é a “pureza racial” paulista que fundamenta essa criação. A ideia de raça superior aliada a expansão territorial é relevante na concepção de nação elaborada pelo estado paulista.

2.1 O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Criado em 1838 sob os olhares de D. Pedro II, o IHGB assumiu como objetivo criar um único discurso histórico e geográfico que fosse capaz de unir todas as partes territoriais numa única totalidade; para tanto organizou toda documentação referente ao império e elegeu como referência a obra de von Martius e sua tese sobre a união das três raças. Entretanto, assim como apontado por Schwarcz (1993), o IHGB na tentativa de reescrever uma história totalizante que apontasse principalmente as qualidades da monarquia, acabou por ter seu objetivo atrapalhado por dificuldades e divergências surgidas dentro de um contexto de disputas regionais. Assim paralelamente ao IHGB surgem outros institutos como o IHGSP com falas de caráter marcadamente regionais.

O Instituto Histórico Geográfico de São Paulo (IHGSP) não foi o pioneiro dentre os institutos regionais sendo precedido pelos institutos de Pernambuco, Alagoas e Bahia. Fundado em primeiro de novembro de 1894, surgiu por iniciativa do médico Domingos Jaguaripe Filho, do advogado Estevão Leão Bourroul e do engenheiro Antonio de Toledo Pisa e outros indivíduos que se sentiam colocados à margem da intelectualidade que se concentrava no Rio de Janeiro.

Como apontou Nicolau Sevcenko (2003), até o início da década de 1920, a maior parte da produção literária se realizava no Rio de Janeiro onde também se oferecia um mercado de trabalho mais amplo para os “homens de letras” principalmente após a criação da Academia Brasileira de Letras em 1897. Sendo então indissociável a “história da Primeira República com a cidade do Rio de Janeiro” e, portanto, o projeto de história nacional.

As divergências entre o IGHB e o IHGSP vão se dar principalmente no âmbito da construção de projetos políticos para a nação e na sistematização de uma história oficial para o país que seja capaz de congregar as diferenças regionais. Apesar de ser objetivo de todos os institutos homogeneizarem a visão das elites dominantes em todo o território, essa tarefa se faz em meio a fortes disputas entre as regiões. O IHGSP vai delimitar como seu objetivo reescrever a história do Brasil exaltando o papel e a particularidade do estado de São Paulo na construção desta “história total” o que contrastava com a história nacional formulada pelo IHGB.

Uma das preocupações centrais dos idealizadores da República no Brasil em fins do século XIX era a exaltação do novo regime para a sociedade. O IHGSP apontava ser o próprio contexto de formação do IHGB ligado ao elogio da colonização portuguesa e a monarquia dessa forma, as diretrizes metodológicas básicas deste último levava a uma valorização do passado monárquico: os fatos políticos, os feitos dos grandes homens, os descobrimentos, a colonização e ocupação do território brasileiro.

Atacando o IHGB sob o argumento de ser herdeiro da tradição imperial, o IHGSP vai tentar se firmar sob o argumento de ser o legítimo representante da república, criado sob o seu signo, consolidado em seu contexto. Assim, o final do século XIX traz a tona uma série de regionalismos que irão se debater no decorrer do século seguinte e que não se restringem somente aos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Da mesma forma que o IHGB, o instituto criado em São Paulo também estava fortemente ligado ao mundo oficial do estado paulista contando inclusive com verbas provenientes deste, seus membros pertenciam à elite letrada e com curso superior apesar de se dizerem descendentes dos “velhos mamelucos, ideologicamente embranquecidos” (FERREIRA, 2002:102); ambos compartilhavam também da tradição do pensamento iluminista de “produzir e difundir o conhecimento histórico e científico”(FERREIRA, 2002:

108) em direção ao progresso, conhecimento esse pretensamente neutro e com tendências homogeneizantes.

2.2 Compondo um mito: São Paulo e o bandeirante

Capistrano de Abreu, vindo do interior da província do Ceará onde nascera em outubro de 1853, chegou ao Rio de Janeiro em 1875, aos 22 anos. Foi filiado ao IHGSP e também ficou conhecido e respeitado por todos os IHGs por seus conhecimentos em História do Brasil, principalmente sobre o período colonial. Conhecido por ter “reabilitado” as obras de Varnhagen sobre o período colonial e também por ter feito fortes críticas ao seu estilo factual de escrever história que priorizava o colonizador português em detrimento do colonizado.

Adolf Varnhagen é o historiador a quem foi conferida a tarefa de escrever a proposta sugerida por von Martius em *História Geral do Brasil* (1855). Para Varnhagen, a história do país se inicia com a chegada dos portugueses e, a partir daí, segue a tese de von Martius do encontro das três raças que culmina com a expulsão dos holandeses de Pernambuco, considerado por Varnhagen o gérmen da nossa nação, um mito fundador, onde pela primeira vez as três raças se unem em prol da nação. Entretanto, assim como outros intelectuais de sua geração, apesar de sua obra acolher o “encontro das três raças”, Varnhagen é bem enfático ao colocar a escravidão como um erro para a história do país. Para Varnhagen, a escravidão traria benefícios ao expor o negro ao contato com a “civilização” e o “cristianismo”. Nesse sentido, os negros que viessem para cá seriam superiores aqueles do continente de origem

E o certo é que passando à América, ainda que em cativo, não só melhoravam de sorte como se melhoravam socialmente, em contato com gente mais polida, e com a civilização do cristianismo. Assim a raça africana tem na América produzido mais homens prestimosos, e até notáveis, do que no Continente donde é oriunda. (VARNHAGEN, Tomo I, 224)

Além disso, o próprio atributo da liberdade que por ventura pudessem os negros desfrutar estaria ameaçado ou mesmo não seria uma verdade, uma vez que, para Varnhagen, nas nações africanas, “os mais fortes vendiam os mais fracos, os pais os filhos, os vencedores os inimigos”. A escravidão poderia constituir um erro, mas ainda assim deveria ser tomada como alento para os escravizados. Forma-se assim uma visão amena e humana da escravidão

no Brasil que iria permanecer no imaginário dos intelectuais brasileiros durante todo o século XIX e ainda hoje. Esta visão predominou no pensamento de Gilberto Freyre; para este, no Brasil havia se criado uma terra livre de preconceitos, onde se desenvolveu um equilíbrio de antagonismos e se superou o maior de todos, a relação senhor-escravo. Entretanto, Varnhagen ainda considera um erro a escravidão que desfavoreceu a colonização portuguesa no Brasil.

Nesta discussão, Varnhagen traz a tona sua simpatia pela mão de obra autóctone que deveria ter sido a única e, capaz de trazer impactos menores ao país, utilizada nos engenhos e demais atividades; a partir daí o autor começa a tecer fortes críticas a atuação dos jesuítas e à Companhia de Jesus por impedir a escravidão indígena, além do mais seriam responsáveis em grande parte pela necessidade da importação de africanos. Ao mesmo tempo, que a ação dos bandeirantes na caça aos “gentios” no sertão é tida como menos nociva.

Aliás, a obra de Varnhagen ressalta a atuação de bandeirantes paulistas como Domingos Jorge Velho, retratado “como muito conhecedor das artes ardis das guerras do mato no Brasil” (VARNHAGEN, tomo 1:114), devido a suas campanhas contra os indígenas nos sertões.

Sua obra elogia a atuação dos bandeirantes no desbravamento do interior e no combate aos redutos de negros fugitivos; principalmente no que toca a atuação bandeirante na luta contra o quilombo Palmares, localizado na região da serra da Barriga em Alagoas. A campanha contra o quilombo foi tida pelo autor de *História geral do Brasil* como um feito heróico paulista digno de nota. Além de integrar a colônia, os bandeirantes ainda tiveram a missão de conter as rebeliões escravas como a de Palmares.

Neste ponto, a obra de Capistrano de Abreu intercepta a do Visconde de Porto Seguro. Para Capistrano, a história deveria ser escrita sob um ponto de vista nacional e não português, portanto e para isso, deveria ser valorizada a ação das bandeiras, o sertão, a abertura dos caminhos e a formação dos povoamentos em contraposição ao estudo das populações litorâneas. A história nacional não deveria se confundir com a da história da família real, mas, deveria ser a história da formação do povo, da nação brasileira que, para Capistrano, se formava no interior e tinha como modelo as bandeiras paulistas.

Para Capistrano e depois para Paulo Prado, seu seguidor, a história então deveria ser seguida sob dois pontos diferentes: a história íntima de como foi “aos poucos se formando a

população, devastando o interior, ligando entre si as diferentes partes do território, fundando indústrias, adquirindo hábitos, adaptando-se enfim a nação” (ABREU, 1976: 157). A história externa, o Brasil deve ser tratado “como colônia portuguesa, a principio desdenhada, dividida depois em donatarias para fazer frente aos franceses, paulatinamente reduzida à possessão régia, vaca de leite no tempo de D. João IV, bezerro de ouro no tempo de D. João V” (ABREU,1976:157-8).

Para Abreu, assim como ressaltado por Romero, para se estudar a formação da população, as fontes advindas da cultura popular são fundamentais. Porém, para Capistrano, o sertão e o legado das tradições indígenas são capazes de explicar a formação da nacionalidade brasileira. Como apontado por Gontijo (2005), Abreu considerava a literatura como "fato social", chegando a afirmar que os contos populares - que têm como "herói eterno o caboclo e o marinho" - são "os documentos mais importantes para a nossa história"(GONTIJO,2005).

Um das primeiras obras de Abreu que estuda a formação da nação foi publicado em 1876 numa refrega com Romero após este ter publicado *O caráter nacional e as origens do povo brasileiro*. Capistrano se opôs a valorização excessiva dada por Romero ao elemento negro no Brasil. Para Capistrano²⁰

“O negro trouxe uma nota alegre ao lado do português taciturno e do índio sorumbático. As suas danças lascivas, toleradas a princípio, tornaram-se instituição nacional; suas feitiçarias e crenças propagaram-se fora das senzalas. As mulatas encontraram apreciadores de seus desgarres e foram verdadeiras rainhas”. (CAPISTRANO,1907: 11)

Abreu destacava a presença do elemento indígena como relevante nessa composição (GONTIJO, 2005) também surge como importância o meio na formação da nacionalidade. De acordo com Abreu, a natureza é um dos "motores" atuantes na "feitura do caráter

²⁰ Assim como Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre também teceu referências ao aspecto alegre do elemento negro no Brasil. “Foi ainda negro quem animou a vida doméstica do brasileiro de sua maior alegria. O português, já de si melancólico, deu no Brasil para sorumbático, tristonho; e do caboclo nem se fala: caldo, desconfiado, quase um doente na sua tristeza. Seu contato só se fez acentuar a melancolia portuguesa. A risada do negro é que quebrou toda essa ‘apagada e vil tristeza’ em que se foi abafando a vida nas casas-grandes. Ele que deu alegria aos são-joões de engenho; que animou os bumbas-meu-boi, os cavalos-marinhos, os carnavais, as festas de Reis,. Que à sombra da Igreja inundou das reminiscências alegres de seus cultos totêmicos e fálicos as festas populares do Brasil; na véspera de Reis e depois, pelo carnaval, coroando os seus reis e as suas rainhas; fazendo sair debaixo de umbelas e dos estandartes místicos, entre luzes quase de procissão seus ranchos por animais – águias, pavões, elefantes, peixes, cachorros, carneiros, avestruzes, canários – cada rancho com o seu bicho feito de folha-deflandres conduzido à cabeça, triunfalmente; os negros cantando e dançando, exuberantes, expansivos” (Gilberto Freyre, 2002, 512-13)

nacional"; outro seria a raça, sendo esta aceita como produto da natureza ou como um fator originário e irreduzível. Entretanto, além do meio e da raça, interagem na construção social o resultado do intercâmbio entre esses elementos, uma vez que se ambos "agem sobre a sociedade, a sociedade reage sobre eles; o meio social de efeito passa a ser causa; de resultante passa a ser componente" (GONTIJO,2005).

Considerado modelo de pesquisador pelo IHGB, e o mais indicado para escrever uma história sobre a formação nacional do Brasil, Abreu acaba por declinar ou sentir nessa tarefa certo desapontamento²¹, o Brasil, para ele, seria formado:

Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular — eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos. (ABREU, 1907: 121)

Em *Capítulos de História Colonial*, Capistrano aponta então para a presença dos “muitos brasis”, a véspera da independência, sob vários aspectos do comer, beber, falar divergindo assim, da interpretação de Varnhagen, para quem preponderava uma unidade de língua, raça (GONTIJO,2005), uma história factual onde tudo se uniformizava. A obra de Abreu indicou uma diversidade, uma visão fragmentada do “ser nacional”.

A desafeição entre as três raças e respectivos mestiços lavrava dentro de cada raça. O negro ladino e crioulo olhava com desprezo o parceiro boçal, alheio à língua dos senhores. O índio catequizado, reduzido e vestido, e o índio selvagem ainda livre e nu, mesmo quando pertencentes à mesma tribo, deviam sentir-se profundamente separados. O português vindo da terra, o reinol, julgava-se muito superior ao português nascido nestas paragens alongadas e bárbaras; o português nascido no Brasil, o mazombo, sentia e reconhecia sua inferioridade. Em suma, dominavam forças dissolventes, centrífugas, no organismo social; apenas se percebiam as diferenças; não havia consciência de unidade, mas de multiplicidade. (ABREU,1907:41)

Tal visão do “ser nacional” se manteve após a república, a diversidade entre os grupos presentes nos núcleos originais de povoamento, decorrentes da própria geografia do país,

²¹ Muitos comentadores mencionaram a obra *Capítulos de História Colonial* como incompleta. Romero chega a afirmar que “nós mesmos durante mais de trinta anos, nos deixamos iludir, e chegamos a esperar, com ansiedade, a História do Brasil, prometida por Capistrano. Sabíamos que êle é grande conhecedor dos nossos fatos históricos [...] Mas, após dez anos de espera, reconhecemos que seu saber é puramente *micrológico e de minúcia*, sem relevo de espécie alguma”. (ROMERO, Sylvio. *Historia da Literatura Brasileira*. tomo quinto. 5 ed .RJ, J. Olympio 1954, pg 1979).

revelariam também uma diferença de caráter, uma ausência de uma consciência nacional decorridas da presença e da ação dessas “forças dissolventes, centrífugas” na sociedade.

A “comunidade ativa da língua” e “passiva da religião” não seriam elementos suficientemente eficazes para criar um amálgama, uma comunidade nacional. Tal constatação induz ao pessimismo o autor ao mesmo tempo em que o leva a pesquisar ainda o “povoamento do sertão”, “o nó da nossa história” (GONTIJO, 2005).

Ao tempo em que conquistadores se batiam contra os índios de Paraguaçu e Ilheus, prosperava a volta de S. Paulo grande número de villas: Mogi das Cruzes, Parnahiba, Taubaté, Guaratinguetá, Itu, Jundiahi, Sorocaba, são todas anteriores a 1680, anteriores ao grande êxodo que assinalou o último quartel do século XVII. Cada uma das villas extremas demandava destino diverso: as villas do Parahiba do Sul apontava para as próximas Minas Geraes, como Parnahiba e Itu apontavam para o Mato Grosso, como Jundiahi apontava para Guaiaz, e Sorocaba para os campos de pinheiros em que surgiria Curitiba. [...] (ABREU, 1930, 66:71).

Para Capistrano de Abreu, as atividades bandeirantes foram fundamentais para a expansão e consolidação do território nacional dando um destaque para as atividades em São Paulo. O “nó” localizar-se-ia na grande “curva do São Francisco”²², a passagem dos Cariris e da Borborema, a entrada da Parnaíba, o caminho terrestre do Maranhão à Bahia”. Povoamentos que só se tornaram possíveis quando o oceano fosse esquecido e intensificado a relação com os indígenas (GONTIJO, 2005). Para Abreu, a história do Brasil não poderia ser escrita sem os antecedentes indígenas e o povoamento do território do interior. Os indígenas seriam então, contrariando Varnhagen, elemento essencial na ocupação do território.

Foi a partir da obra *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* publicado em 1899, anterior a *Capítulos de História Colonial*, no jornal “o Comercio de SP” que Capistrano vai enfatizar o estudo da história colonial brasileira a partir da expansão de quatro núcleos centrais de povoamento: Salvador, Pernambuco, São Vicente e RJ. Para ele a História não se restringe à história da colonização pela costa atlântica, mas a expansão pela terra, caminhos, pelo sertão.

É justamente por esse viés, os caminhos e as suas conseqüências, que ocorre uma aproximação entre as obras de Paulo Prado que seria amigo de Capistrano de Abreu e

²² A penetração dos “paulistas aventureiros” pelo vale do São Francisco associado ao avanço dos “baianos” para o mesmo local e a convergência de ambos para as minas deram origem à sociedade dos vaqueiros, “unindo pelo elemento de ligação nativo as duas comunidades antes divorciadas do Norte e do Sul e possibilitando o nascimento da sociedade e do tipo étnico que futuramente configuraria ‘o cerne vigoroso da nossa nacionalidade’”. (Ševcenko, 2003:166).

seguidor de sua obra. Descendente de uma das famílias mais ricas e influentes de São Paulo, Prado num encontro casual estabeleceu contato com Abreu. Conhecendo a obra do historiador e a partir de então sendo incentivado por este, Prado passa a se dedicar a pesquisa sobre a história da capitania e cidade de São Paulo.

Apesar de filiado ao pensamento de Abreu, Paulo Prado deixa claro que suas intenções são diferentes, se Capistrano era um “brasileiro do Brasil”, Prado era um “brasileiro de São Paulo”. No século XIX, sentindo-se as margens do círculo carioca, Prado dentre outros procuraram reescrever a história do Brasil e dos paulistas a partir do que tem como um dos seus sócios fundadores, o próprio Prado e, como membro, Abreu. Entretanto, ao mesmo tempo em que Capistrano se afasta da historiografia regionalista valorizando as contribuições de cada região para a totalidade do Brasil, Paulo Prado acaba por reduzir o fenômeno das bandeiras, essencial também para Abreu²³, apenas ao estado de SP e elegendo a cidade como a essência do país.

Em 1925 Paulo Prado publica *Paulística* que a seu ver contribuiria para erigir o monumento da história nacional. Seu objetivo era desvendar pelo menos uma parte do grande feito do bandeirantismo paulista. Publica primeiramente a obra na forma ensaios no Estado de SP em 1922, daí serem capítulos que não seguiam uma ordem cronológica e que variavam desde um sobre a presença dos cristãos novos na capitania e sobre as bandeiras.

Sobre o *Caminho do Mar*, um dos textos de *Paulística*, afirma Prado ser a Serra do Mar o único caminho de ligação entre o litoral e a cidade de SP, entretanto, por ser difícil sua ultrapassagem, acabou tendo a função de isolar SP. A Serra do Mar impede que chegue a cidade qualquer influência outra, formando aí o caráter do paulista, insubmisso e independente.

Prado se concentra sobre a expansão da Vila de São Vicente que, segundo Capistrano, é onde se inicia o movimento de povoamento do Brasil devido a sua posição geográfica privilegiada, cercado pela bacia do Prata e serra da Mantiqueira (ABREU, 1930). Logo, Prado conclui que “a história do que se chamou a ‘expansão geográfica do Brasil’ não é em sua quase totalidade, senão o desenvolvimento fatal das qualidades étnicas do tipo paulista” (PRADO, 1925: 35).

²³ Para Abreu existiam bandeiras nos estado da Bahia, Pernambuco, Paraná. Os caminhos abertos pelas bandeiras serviriam como forma de interligar as áreas geográficas; a nação seria a soma dessas áreas.(ABREU, 1988).

Todavia, a capitania de São Vicente e posteriormente São Paulo, havia entrado num processo de “decadência” devido a “sua própria glória e triunfo” com a descoberta das minas e o bandeirismo; tal processo de estagnação, iniciado ainda no século XVII só começou a ser superada a partir do século XIX.

Para Prado, o paulista é resultado único do isolamento, o que fez com que constituísse e mantivesse uma raça única que é o resultado do índio, do português renascentista²⁴, dos judeus, formou-se assim uma nova raça independente da metrópole e, um herói no tipo bandeirante. As condições do meio, da raça, e da educação prepararam o paulista e afeiçoaram o herói bandeirante paulista. Entretanto essa raça forte, surgida longe das influências negativas do litoral²⁵, foi atraída para o mesmo litoral e, para as regiões das minas, áreas fortemente povoadas por negros e outros “brancos”, que seriam responsáveis pela “decadência” paulista. Sugiro aqui uma aproximação entre a argumentação de Paulo Prado e Gobineau. Existe um “Paradoxo racial civilizatório”: quanto maior a “pulsão civilizatória” de uma raça, tanto mais ela tende a assimilar as outras. E, quanto mais absorve sangue estranho mais enfraquece e decai” (YOUNG apud COSTA, 2006:157).

As raças humanas vivem em obediência a duas leis, uma de repulsão e outra de atração: dado que Gobineau prefira que as raças permaneçam distintas, a ironia está no fato de que apenas o poder da atração sexual entre as raças mostra-se capaz de produzir aquelas raças que se elevam até o nível da civilização. A própria civilização resulta de uma sociabilidade excessiva e imprópria. O cerne do argumento de Gobineau emerge aqui: as raças brancas se mostram propensas a se sentir sexualmente atraídas pelas outras raças, o que explica por que se misturam com elas [...]

A lei proposta por Gobineau é então a de que “as raças civilizadas estão propensas de maneira particular a misturar seu sangue”. A responsabilidade pela mistura de sangue é das raças brancas, porque estas é que são sexualmente atraídas por outras raças, ao passo que o espírito de repulsão mantém as raças amarelas e negras no seu estado de isolamento, sem chegar ao âmbito da civilização. A civilização, portanto, contém a sua própria e trágica falha, visto que as raças arianas se encontram compelidas, por um instinto civilizador, a misturar seu sangue com aquelas mesmas raças que traram a sua derrocada. [...] (YOUNG, 2005: 130- 131)

²⁴ O português renascentista seria aquele que primeiro aportou no Brasil, isolado na região paulista ele se manteve distante do contato com os portugueses pós 1580 que teriam misturado seu sangue com o de outras raças durante processo de colonização.

²⁵ Prado sofreu a influencia de seu tio Eduardo Prado tendo absorvido muitos de seus argumentos nesse sentido. Sobre os habitantes do litoral afirmava E. Prado, “a localização geográfica de SP teria permitido que a região se mantivesse fora do “contato imediato com a gente do mar”, cujo convívio era corruptor e fatal” (Prado,Eduardo, 1906: 79)

Com os empreendimentos mineradores, o esvaziamento de algumas cidades paulistas resultantes da migração para a região das minas, o paulista perde sua antiga altivez e se transforma no caboclo, atrasado, vagabundo e preguiçoso, o Jeca Tatu de Monteiro Lobato.

A terra rica e o viver fácil transformaram lentamente o aventureiro dos primeiros tempos coloniais no agricultor pesado e desconfiado, e no pálido caboclo, vítima como o antepassado índio, do álcool, da doença e do faquirismo indolente. O mameluco incansável, fragueiro, ágil e ardiloso, será o Jeca do escritor paulista”. (PRADO, 1925:39)

Esse novo sujeito teria surgido em decorrência da abertura da cidade, de novos caminhos e principalmente, do contato com outras populações, ao se integrar a nação, o paulista perde seu caráter único.

Em 1922 em uma correspondência a Prado, Abreu faz um gráfico através do qual seria mais fácil a compreensão do “fenômeno paulista”. Após um clímax da cidade de São Paulo decaiu para, finalmente, se regenerar (“ascensão - clímax - descida – regeneração”); o que oferecia uma solução para a “questão tenebrante” da “descida” que o afligira. (GONTIJO, 2005)

Assemelhando-se a “seus irmãos”, Bahia e Pernambuco, S. Paulo também foi corrompida, segundo Prado, tornando, numa clara menção aos trabalhos de Antonil, inferno ao invés de paraíso; o clima, a terra, as mulheres africanas acabam por dominar o espírito do homem branco. Ao se integrar à nação, SP acaba se rendendo aos vícios, a dissolução dos costumes que tomam toda a colônia e a nação. Além disso, a paixão pelo ouro também dominou os instintos do colonizador o que contribui para a decadência paulista.

“O amor e a devoção ao poder, explica ele, completaram a decadência iniciada no século XVIII com a abertura dos caminhos e o contato com outros povos. Protegido pelo mais forte individualismo, o paulista moderno não possui mais a ânsia da independência e liberdade de seu “tipo ancestral”, e é desprovido de ação cooperadora, oscilando entre a subordinação e o interesse. (PRADO,1925:42)

Anterior a análise de Prado sobre o “processo de decadência” paulista, Euclides da Cunha apontava o processo de “esterilização da terra” pela qual passava territórios no Sul.

Malignamo-la [a terra], desnudamo-la rudemente, sem a mínima lei repressiva restando essas brutalidades - sem a mínima lei repressiva restando essas brutalidades - e a pouco e pouco, nesta abertura contínua de sucessivas áreas de insolação, vamos ampliando em São Paulo, em Minas, em todos os trechos, mais apropriados à vida, a faixa tropical que nos malsina.

Não há exemplo mais típico de um progresso às recuadas. Vamos para o futuro sacrificando o futuro. Como se andássemos nas vésperas do dilúvio.(CUNHA,1975:22)

Para Cunha, a inserção do modelo de produção baseado na grande propriedade de terra nos estados do Sul fatalmente levaria à decadência a região assim como já havia acontecido com o Vale do Paraíba devido à assimilação do modo de vida que ele caracteriza como típico da zona tropical, o latifúndio, a mão de obra escrava negra, o senhor de terras.

Se “Paulística” se configura enquanto uma análise específica sobre São Paulo, Paulo Prado se dedica em “Retrato do Brasil” a analisar toda a nação, defendendo a tese da tristeza como traço intrínseco ao brasileiro. Os motivos da nossa tristeza remontariam à colonização portuguesa, segundo Prado, ao abandono da terra e, numa citação de Anchieta, refere-se a essa terra como “relaxada, remissa e melancólica, e [onde] tudo se leva a festas, cantar e folgar” (ANCHIETA apud WALDMAN,2009:116).

A união entre a cobiça e o sensualismo bem como o próprio modelo familiar patriarcal, para Paulo Prado, contribuíram para a tristeza intrínseca a nossa nacionalidade. Novamente se faz presente à influência de Abreu, na tese de Prado, que localiza no tripé “pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados”, a origem da tristeza da nação que seria resultado desse fracasso do modelo familiar patriarcal. O heroísmo, independência e insubordinação, no caso dos paulistas, foram substituídas pela tristeza e melancolia que vão marcar o caráter da nação como um todo.

Conquanto a miscigenação, Prado, contrariando a perspectiva de Gobineau, vai identificar como problema o colonizador e os seus descendentes, e não a suposta inferioridade da raça negra. É a instituição da escravidão a responsável pela degradação dos negros que são subjugados a ela. A escravidão levaria a perda não só da liberdade, mas também da alma, uma vez que “nos centros primitivos de vida africana, o negro é um povo sadio, de iniciativa pessoal, de grande poder imaginativo, organizador, laborioso”. (PRADO, 1928).

Entretanto, ao se tocar na questão da mestiçagem, Prado posiciona-se contra, ressaltando os efeitos ruins que a mistura pode trazer. Ao mesmo tempo em que se aproxima de Freyre ressaltando o negro como elemento corrompido pela escravidão, Prado se distancia não vendo como benéfico à mistura de raças, e entendendo como fator da decadência paulista a mistura racial com os negros.

A diferenciação entre os não paulistas e os paulistas é fundamental na obra de Prado. Estes seriam o resultado da mistura com os indígenas, perfeitamente adaptáveis ao meio, e os portugueses renascentistas. Os brasileiros são o resultado das três raças tristes o escravo negro, o índio lascivo e o português pós 1580. A miscigenação ideal seria a dos paulistas assim como os portugueses renascentistas são superiores aos chamados decadentes. Segundo Beriel (2000), P. Prado julga ter o Brasil duas distintas configurações raciais, uma, completamente degenerada, formada pelas três raças tristes (negro escravo, índio lascivo e português decadente do pós 1580), que é o brasileiro, alvo de todos os ataques, e a outra, mescla do português heróico da Renascença com o índio em perfeita adaptação ao meio, o mameluco - que é o bandeirante - numa palavra, o paulista.

Essa questão acaba por desembocar na diferença clara que para Prado existia entre SP e o restante do Brasil; advinda de uma mestiçagem mais apurada, a mistura paulista era superior e, portanto, os paulistas possuiriam “predestinações históricas e étnicas” (Prado,1925: 12) já as outras regiões por seu contato direto com a metrópole e com outros povos não compartilhavam da mesma condição. Dessa forma, Paulo Prado entende ser possível a desagregação entre o Norte e o Sul “tudo assim parece separar o Norte do Sul. Desigualdade da natureza e dos homens, injustiça das condições sociais, recriminações de irmãos que a cegueira e o ciúme envenenam”... (Prado, 1934). Todavia, o único meio de tentar evitar essa desagregação seria fortalecer o Sul, S. Paulo, e não tentar centralizar o país em torno do nivelamento das regiões.

Importante historiador português e influenciador das idéias de Prado, Oliveira Martins em sua obra *O Brasil e as colônias portuguesas* (1881) apontava possíveis diferenças entre SP e o restante do território brasileiro, para este no final do século XVI “a região de S. Paulo apresentava os rudimentos de uma nação; ao passo que a Bahia e as dependências do Norte eram uma *fazenda* de Portugal na América” (OLIVEIRA MARTINS apud BERRIEL, 2000:60). Segundo Beriel (2000), “Oliveira Martins, dessa forma, lançou as bases para uma diferenciação conceitual da população brasileira entre o Norte e o Sul com notável vantagem para estes, os paulistas”. Dessa forma enquanto existe um crescimento no Sul, principalmente S. Paulo, o nordeste era dependente da mão-de-obra negra portanto, atrasado. Reconhecendo a importância de S. Paulo como formadora da “raça que fez o Brasil”, chega a afirmar que “se tivéssemos tido outra São Paulo na África lá criaríamos outro Brasil”. (BERIEL,2000:57)

Em *Literatura e Sociedade* Antônio Cândido aponta que as chamadas origens históricas do regionalismo ou “orgulho regional” são anteriores a Oliveira Martins. O cronista Pedro Tacques de Almeida Paes Leme, frei Gaspar da Madre de Deus e o poeta Cláudio Manuel da Costa contribuíram na construção de uma imagem positiva dos bandeirantes que de certa forma se opunha à construída pelos jesuítas e reinóis naquele momento.

Vê-se, pois, que o “paulistano” aparece ideologicamente configurado, norteador das obras desses três escritores e nutrido as suas relações, além de adquirir nelas as tonalidades características, que serviriam para definir a consciência do paulista moderno, e que operariam como poderosa arma de sentimento de classe, de um lado, e de assimilação dos forasteiros de outro. (CÂNDIDO, 1967:170)

Posteriormente, os muitos dos manuais de história vão fazer a exaltação do bandeirante como o “desbravador” do sertão e esses três escritores vão ser trazidos à tona novamente. A obra dos paulistas, dos bandeirantes, seu espírito aventureiro, independente e desbravador na transformação da colônia em nação passa a ser valorizada no início do XX.

Para Prado, a ideia do trabalho se impôs aos paulistas desde o início da colonização juntamente com a tarefa de ampliar o território, sendo assim a marca do trabalho se sobrepôs às facilidades de enriquecimento rápido encontradas no litoral e, posteriormente na região das minas. O colonizador ibérico pós 1580 seria avesso ao trabalho e à razão, preferindo o litoral às terras do planalto. Portanto, a SP caberia preponderar politicamente sobre os outros territórios e, a se regenerar da decadência dos séculos XVIII e XIX e, conseqüentemente regenerar a nação. A partir de aspectos selecionados Prado justifica o que acredita ser a superioridade do paulista e argumenta porque o estado deve ser exemplo a ser seguido pelo restante da nação. Prado reforça assim, a centralidade de SP na nação brasileira.

2.3 O Museu Paulista

O museu paulista foi criado na última década do século XIX e representou um dos pontos principais das comemorações do centenário da independência em São Paulo. Foi o engenheiro e arquiteto italiano Tommaso Gaudêncio Bezzi que projetou o edifício que o abriga. Ao longo do século XIX, algumas propostas foram apresentadas e, somente após

grandes divergências, o projeto foi aprovado em 1881 pelo governo provincial de São Paulo.

A construção do prédio foi terminada em 1890 e inaugurada no mesmo ano com a celebração do aniversário de um ano da república. Apenas em 1892 foi aprovada uma lei que destinou o monumento do Ipiranga como sua sede e apenas em 1894 sob a direção de Hermann von Ihering²⁶ foi instalado.

As vésperas das comemorações do centenário, em fevereiro de 1917, assume o membro do IHGSP Affonso de D' Escragnolle Taunay, filho de Alfredo Taunay autor de autor de romances regionalistas como *Inocência* e de *A retirada da Laguna*. Maria Isaura Pereira de Queiroz ressalta que os historiadores das bandeiras em sua maioria eram “por nascimento ou aliança, pertenciam todos eles a velhas famílias paulistas, e seus trabalhos manifestam, explícita ou implicitamente, claro orgulho de linhagem”(QUEIROZ,1992:82).

Taunay assume o museu com o intuito de prepara-lo para as comemorações da independência. Entretanto, para atingir esse objeto muito deveria ser modificado uma vez que ele havia sido configurado como uma instituição vinculada às ciências naturais. Os direcionamentos do museu são propostos por Taunay dentro de uma perspectiva teleológica, onde se sucede uma cadeia de causalidade e sucessão que se encaminha para um desfecho já esperado. Ao longo dos anos as salas e os monumentos que foram erigidos também seguiram a mesma lógica, a história da nação convergia e confirmava a importância da cidade paulista na sua formação.

A história da nação inicia-se no período colonial através do (re)conhecimento e tomada de posse do território pelos primeiros paulistas; o processo de independência - cujo resultado só foi possível através dos “bravos paulistas” que sempre estiveram ao lado do país – também é rememorado . Desfere-se uma série de acontecimentos na elaboração dessa história mas, o resultado inevitavelmente concorre para a valorização do estado enquanto promotor de progresso, portanto, seria central para se pensar a história da nação.

Importante salientar que a obras de Taunay também segue a mesma lógica da constituição do museu. Na sua trilogia– São Paulo nos primeiros anos, São Paulo no século XVI e Piratininga: aspectos sociais de São Paulo Seiscentista, lançados respectivamente em 1920, 1921 e 1923b- Taunay buscou realizar uma história de costumes e reconstruir modos de

²⁶ Hermann von Ihering (1850-1930) chegara ao Brasil em 1880. Foi naturalista-viajante do Museu Nacional. Seus estudos abrangeram as mais diversas áreas da História Natural, tendo deixado publicações botânicas, antropológicas e etnológicas.

vida dos primeiros habitantes da vila durante o período colonial. Muitas das fontes de pesquisa utilizadas por Taunay na elaboração da trilogia também o ajudaram a compor as primeiras salas do museu. O desfecho de sua obra bem como das reconstruções no museu já é anunciado de antemão, a evolução da Vila Piratininga, de pequeno arraial desprovido de progresso a cidade de São Paulo enquanto metrópole em desenvolvimento. A base da narrativa que é construída em sentido linear, numa forma evolutiva em que o presente de prosperidade é resultado das diferentes fases de progresso do passado. O espaço do museu paulista então se constrói enquanto um espaço de sacralização da nação e de seu processo de evolução guiado pela mítica paulista e encaminhando para a construção da unidade nacional. Affonso Taunay torna-se um dos responsáveis pela difusão e fixação da imagem do indivíduo “paulista”, figura já trabalhada pela produção historiográfica do IHGSP. Nessas produções, o paulista é identificado com o bandeirante, como “desbravador” do território nacional, o tropeiro, o cafeicultor, o industrial responsável tanto pelo progresso de São Paulo como pelo progresso nacional comprometido portanto, com o futuro da nação.

Dentro desses espaços envoltos por ares de ciência e verdade, a invenção de um passado nacional, símbolos, heróis, acontecimentos memoráveis o museu se apresenta enquanto um poderoso instrumento pedagógico capaz de construir uma identidade nacional, um passado que legitima ações presentes, apara arestas homogeneizando diferenças; “os museus e a imaginação museológica são profundamente políticos” (ANDERSON, 2009:246). O museu bem como escolas públicas e universidades são instrumentos importantes de instrução pública, de produção e difusão de conhecimentos que estejam em acordo com a ideologia da nação; no caso de São Paulo, estava em acordo com camadas dirigentes interessadas em se auto afirmarem dentro do estado e no cenário nacional. Tal característica foi representada por meio da montagem das representações da cidade através da iconografia

[...] As “recriações” pictóricas dos ambientes da São Paulo colonial são categorizadas por Taunay como documentos iconográficos devido ao fato de terem sido “confeccionadas” com base em fontes consideradas “autênticas” pelo historiador e graças à habilidade de seus executores. É o caso das telas encomendadas segundo fotografias ou das que reproduzem literalmente desenhos de viajantes, ou ainda, da execução das esculturas dos bandeirantes Raposo Tavares e Fernão Dias Paes, dispostas no saguão central do edifício do Museu.

Este procedimento não encontra paralelo na utilização dos documentos textuais: todos que integraram as exposições montadas na década de 20 eram “autênticos” e originais; nunca “recriações” textuais. Tal atitude confirma a noção de documento iconográfico associada predominantemente a uma função de reforço, não somente de um documento textual, mas também evocativa de um quadro histórico. A especificidade da iconografia, neste caso, deve-se ao fato de ela permitir a síntese de informações de naturezas diversas num formato visual. A exploração deste atributo, por Taunay, revela sua aguçada sensibilidade em relação ao poder de comunicação dos

suportes iconográficos, quando mobilizados para a produção de sentido. (LIMA; CARVALHO,1993: 149)

Sobre o aspecto pedagógico do museu, relevante ressaltar que inicialmente a ideia original era construir um monumento a Independência depois de pronto o edifício gerou-se a polêmica se o espaço serviria apenas para a função comemorativa ou se teria um caráter educativo. Tal debate encerrou-se com a promulgação da Lei nº10 de 1881. O dinheiro arrecadado para a construção da obra, que era resultado de loteria, seria utilizado na “construção, fundação e organização” de um estabelecimento de ensino científico que “compreenderá todas as disciplinas ordinariamente designadas sob o título de – Ciências físicas e matemáticas e Ciências naturais – e será distribuído em duas categorias: uma eminentemente teórica e outra essencialmente prática com aplicação às indústrias, às artes e à agricultura”. Além disso, previa-se caso houvesse recursos, a construção anexada a nova instituição de uma escola de medicina e outro de engenharia. Assim, a Assembleia Legislativa Provincial previa a edificação do palácio do Ipiranga para a comemoração da independência e para a sua ocupação com atividades educativas.

A memória é um dos principais elementos para a construção da identidade nacional e em torno de sua construção que se formaram posições divergentes entre São Paulo e outros estados. A intelectualidade paulista, representada principalmente pelo Instituto Histórico Geográfico de São Paulo e pela Revista Brasil²⁷, buscou construir uma nova visão de nação em contrapartida o Rio de Janeiro que até então centralizava a história do Brasil Imperial, passou a ser desqualificada em proveito da cidade paulista. O mito do bandeirante é tomado para ressaltar a importância de São Paulo e a sua virtude para construir a nação republicana.

2.4 Transformações na cidade

A partir de meados do século XIX os cafezais, em princípio cultivado no Rio de Janeiro, se alastram pelo vale do rio Paraíba onde a produção assumiu o caráter de grande lavoura voltada para exportação, porém é a partir de 1850 que o Oeste paulista foi ocupado

²⁷ Para Revista Brasil DE LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*: São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1999.

pelo café, graças a terra roxa²⁸ considerada ideal para o seu cultivo. A lavoura do café trouxe também o crescimento de cidades localizadas mais ao centro e a noroeste do Estado como Araraquara, Jaú e SJ do Rio Preto, a cidade torna-se um importante entreposto comercial com a abertura de postos e a forte interligação de suas regiões a partir da expansão das linhas férreas.

Ao adentrar a década de 1870 os reflexos resultantes da confluência de capital advindo do processo de acumulação cafeeira e do desenvolvimento dos serviços urbanos principalmente as atividades de apoio à agro exportação (comércio, transporte, financiamento, comércio de importação e exportação) deram dinâmica a vida urbana da cidade. Com a República abriu-se um ambiente mais favorável a ideias progressistas e nacionalizadoras da elite política paulista expressas nos seus programas modernização em que as intervenções no espaço urbano, conduzidas por engenheiros e arquitetos a serviço dos poderes público municipal e estadual, embalavam os sonhos de transformação de São Paulo em uma pequena Paris. As transformações e intervenções na vida urbana paulista reordenaram as formas de se vivenciar e ocupar este espaço.

No que se refere à expansão e melhoramento na cidade, além da criação dos bairros residenciais/exclusivos/separados da classe operária, ocorreu a criação de espaços dedicados aos entretenimentos, a exemplo os café e praças, lojas, monumentos públicos que homenageavam grandes nomes da política e da sociedade paulista. Em 1911 a construção do Teatro Municipal é terminada, obra Ramos de Azevedo, local para o entretenimento para a elite paulistana. Desde o final do século XIX a cidade paulista foi marcada pela construção de obras urbanas como a construção de ferrovias, novos bairros, ruas, avenidas e largos; prédios públicos e obras de saneamento. Além de servirem para o controle dos espaços da cidade também se detinham em dotar a cidade de elementos modernizadores que pudessem demonstrar sua relação com a riqueza. Dessa forma, várias obras se fizeram necessárias e foram executadas. De acordo com o arquiteto e urbanista Candido Malta Campos Neto foi uma verdadeira revolução na vida da cidade:

Nessa época, São Paulo ainda não contava com uma estrutura urbana, loteamentos, equipamentos e atrativos que pudessem incentivar um maior afluxo populacional e comercial. Era necessária uma transformação radical do quadro urbano. [...] São Paulo ganhou suas primeiras linhas de bondes

²⁸ Terra Roxa será o nome tomado posteriormente para uma revista divulgadora dos trabalhos modernistas.

puxados a burro, as ruas foram calçadas com paralelepípedos e iluminadas a gás. O Jardim da Luz foi transformado em um parque à européia, com quiosques e estátuas. Para atrair a ocupação residencial, João Theodoro promoveu a articulação viária das zonas de expansão da cidade, ligando-as ao centro, aos equipamentos urbanos, espaços verdes e às estações ferroviárias, entre elas a estação da Luz. [...] O conjunto formado pela área da estação, o Jardim da Luz e a rua João Theodoro forma, portanto, um documento valioso desse primeiro impulso de transformação urbanística verificado na década de 1870, descrito muitas vezes como a ‘segunda fundação de São Paulo’, em virtude do papel crucial dessas intervenções na afirmação do potencial de desenvolvimento da capital paulista. (Neto, *Candido apud* Karepovs, 2006:72)

A construção do monumento comemorativo à independência também é ilustrativo do momento. A origem das discussões sobre sua estruturação remonta as primeiras décadas do século XIX ainda sob o governo de D. Pedro I (KAREPOVS, 2006: 103) entretanto acabou por ser incorporado no quadro de urbanização para as comemorações da independência.

Os projetos de remodelação da cidade surgiram também em âmbito privado. Exemplo é a construção de bairros destinados às elites econômicas, em 1879, por exemplo, os irmãos Glette e Nothman adquiriram a chácara do Capão Redondo (também conhecida como Chácara Mauá), por 100 contos e passaram a abrir ruas e alamedas arborizadas com objetivo de vendê-las às famílias consideradas abastadas, o que lhes rendeu um lucro de 800 contos. Destes loteamentos surgiu Campos Elíseos, um bairro considerado aristocrático e uma referência explícita ao *Champs Elysées* parisiense. (RONIK, 1997: 46)

No desenrolar das “reformas” da cidade de São Paulo desenhou-se com o tempo, os locais de aglomeração dos pobres, trabalhadores, os bairros populares e insalubres como o Brás, considerados “perigosos” e possíveis obstrutores do progresso, e que acabaram sendo focos das intervenções urbanas por parte das autoridades preocupadas com a possibilidade de as latentes “sujeiras” e epidemias se alastrarem por toda a cidade e, assim, alcançar o outro lado da “fronteira”, os elegantes bairros das elites paulistanas, considerados arejados e salubres, como Campos Elíseos, Higienópolis etc. (RAGO, 1985:15)

2.5 O escravo liberto no ambiente urbano

Após 1850, quando o tráfico negreiro é suprimido, surge impasses em relação a mão de obra utilizada na lavoura. Liderados por produtores de café paulistas atingidos pela queda da escravidão e pela conseqüente necessidade de trabalhadores em suas plantações, a província de São Paulo passou a subsidiar em maior escala a mão de obra europeia.

A Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo teve grande importância na definição de políticas públicas durante o Império principalmente aquelas correlacionadas a imigração e que se relacionavam com o controle dos escravos. Desde a segunda metade do século XIX havia a preocupação e a necessidade da substituição da mão de obra escrava. Em 1874 a Assembleia Provincial de São Paulo já menciona transtornos relacionados com a transformação de escravos em homens livres

“Os trabalhadores livres agora estão pimpões, porque eles já tem consciência de carestia de braços. E quando menos assim não fosse, querem vadiar na segunda feira pois no domingo passaram a noite no cateretê e também no sábado porque é dia de Nossa Senhora. Os quadro dias da semana querem passar bem, fazer o cigarro no serviço e comer bem sossegados”²⁹.

Em pleno debate sobre a questão da escravidão durante sessão na Assembleia Legislativa em São Paulo em 1888 a preocupação dos deputados estava novamente no liberto

O liberto é um homem ávido de descanso e ociosidade; e a história tem demonstrado que em todos os países em que tem sido liberta a escravidão, os libertos tem-se entregues à ociosidade a até a mais extrema indigência.

O trabalhador nacional, como por vezes tenho dito, é refratário ao trabalho, é destituído de qualquer ambição, de qualquer estímulo que somente os confortos da vida impõe. O trabalhador nacional tem reduzido a um termo muito diminuto as suas despesas em vista de suas necessidades quase negativas.(...)³⁰

No mesmo ano foi eleita uma comissão para elaborar uma representação a ser dirigida ao poder legislativo geral sobre a “conveniência da decretação de uma lei de abolição do elemento servil. A Assembleia

²⁹ Discurso deputado Arouca á Assembléia Provincial, citado por Raquel Rolnik 2003, p.71.

³⁰ Deputado A. Nogueira em discurso na Assembleia Provincial de São Paulo em 17 de janeiro de 1888. P.32-32

(...) está convencida que o maior embaraço ao desenvolvimento e prosperidade do país tem sido a escravidão. Há longo tempo que os legisladores, por meio de reformas parciais, e a imprensa por meio da propaganda preparam a lavoura para receber a reforma da transformação do trabalho.

A escravidão tem anulado o esforço e o sacrifício dos poderes públicos a favor da imigração e a ela se deve a lamentável circunstancia de fugirem de nós os poderosos e inteligentes trabalhadores que a Europa envia anualmente a América.

A Assembléia geral, mais que a Assembleia de São Paulo, conhece os grandes males, que tanto sob o ponto de vista econômico como em referencia aos costumes e desenvolvimento cultural, tem feito ao país a escravidão.

A Assembleia Provincial de São Paulo em vista ao exposto, recorre ao patriotismo da assembleia geral, para pedir em nome da civilização, uma lei decretando na sessão deste ano a abolição imediata da escravidão em todo o império, a abolição integral e sem clausura de serviço³¹.

A escravidão, a eliminação do trabalho servil é vista pelos paulistas como sinônimo de progresso e de civilização. Entretanto, a preocupação dos deputados encontrava-se no medo que a população negra liberta poderia ocasionar; associados a desordem, ao ócio, a ausência de disciplina, a indolência, nomadismo, vícios e a violência e a vingança.

Até hoje os escravos abandonavam as fazendas sem maior aparato. Deram-se as primeiras fugas de escravos, o poder público, os homens dirigentes da sociedade, por condescendência, por patriotismo, enfim, por motivos que não me compete averiguar, como que deixaram que esse movimento crescesse, se desenvolvesse e se avolumasse.

E então, sr presidente, os fatos, que a principio eram isolados, sistematizaram-se, e vossa exc. E a casa sabem que ultimamente as fazendas despovoam-se em massa da noite para o dia. Mas esse despovoamento esta mudando de aspecto, esta tomando um aspecto mais perigoso para a ordem social.

A principio os pretos abandonavam as fazendas e procuravam algum asilo onde pudessem esconder; agora eles organizam passeatas e publicamente andam pelas ruas da cidade dando vivas aos seus protetores e morras aqueles que consideram causadores do infeliz estado de cativo em que se acham³².

Mesmo entre aqueles que possuíam uma postura mais radical na defesa da causa abolicionista, como o jornal a *Redempção* fundado em fins do XIX, a inferioridade racial do negro é sustentada. Se não eram inferiores originalmente como um povo, tornaram-se em decorrência dos males da escravidão que foram deturpadores o suficiente para impedir a sua equiparação com os brancos europeus que nunca foram escravos. (RONIK,1997:72). O argumento da instituição nefanda como responsável por deturpar e inferiorizar os negros também é encontrado em meados da década de XX no discurso médico

³¹ Antonio da Silva Prado em 13 de março de 1888.p.499

³² Deputado Castilho 14 de janeiro de 1888. P.21

Os males que nos legou a infame instituição da escravidão são principalmente morais, pois o aspecto individual, de grande relevo para o comum das pessoas, é de summa insignificância comparado com o lado moral.

Recebemos pelo convívio, com a amamentação e pelos cruzamentos, os vícios e os males provindos de uma raça que, superior affectivamente, submeteu-se a ser degradada e o foi cuidadosamente e sistematicamente.

Não é, porém, impunemente que se degradam os tipos humanos, que se atrofiam n' eles as qualidades principais de um ser vivo, pois as modificações assim introduzidas, quer no moral, quer no físico, perpetuam-se transmitindo e fixando-se com propriedades novas, nos descendentes, em virtude das leis gerais da biologia; colhendo-se, portanto, para resultado seres degenerados (...) que só servem para no convívio social constituírem fatores de degradação da raça sociedade respectiva(...).(CARDOZO, 1904: 27)

Na virada do século o espaço urbano foi redimensionado pela sociedade do café, neste novo espaço “limpo e burguês” não havia espaço para o negro enquanto sujeito livre, sua presença mesmo que em pequenos grupos é tomada como desordem pública, como trabalhador livre existe uma incompatibilidade entre os “verdadeiros operários brancos” e os trabalhadores negros descritos como ociosos que restringiam a suas necessidades ao mínimo o que, os tornava também avessos ao progresso e a modernização esperada pelos paulistas.

Sendo assim, a questão da mão de obra, como já mencionado, tornou-se um dos mais importantes pontos de debate nacional, tendo a participação ativa dos cafeicultores paulistas que viam na entrada dos brancos europeus uma saída para o processo de embranquecimento da nação. O branqueamento surgia então como uma solução quase mágica que solucionaria, ao mesmo tempo, o problema da mão de obra e da sociedade heterogênea e enegrecida.

Segundo Matos, o processo de expansão urbana de SP coincide em parte com a ascensão do regime republicano, dada a influência positivista, a proposta de estruturação do estado centrou suas atenções no binômio família/cidade, onde o conceito de pátria baseava-se na família³³; esta vista como base para um projeto “normalizador cujo desenvolvimento reequacionou seu papel e sua inserção social na cidade, já que a nova família foi estimulada a desenvolver práticas sociais que se adaptassem à modernidade, ao civilizado” (MATOS, 2005:45). A institucionalização da medicina como produtora de um saber como teoria e prática coincidiu com esse processo de urbanização de SP.

³³ [...] Para o positivismo, segundo o apostolado, pátria se baseia na família (pai), o amor da pátria é o prolongamento do amor materno (Comte queria que se falasse em mátria...). Por outro lado, a cidade não era mais do que prolongamento da família, daí que patriotismo e civilismo eram a mesma coisa. [...]. (CARVALHO,1997: 63).

A principal preocupação da legislação municipal era eliminar a presença de cortiços, cubículos, casa de operários no centro da cidade, área mais valorizada, eliminando a presença dos pobres e redesenhando as ruas centrais. A inquietação com a questão da higiene dominou assim, os debates urbanísticos no final do século XIX. Dessa forma, o Governo estadual em 1894 formula o Código Sanitário do estado de São Paulo e cria a Diretoria de Higiene, “polícia sanitária”. De acordo com Rolnik, as Posturas Municipais acabam por promover a estigmatização desses territórios. Esses locais “necessitavam” de intervenção porque habitados por pessoas incivilizadas, bárbaras, eram uma ameaça as elites portanto, a necessidade de intervir sobre esses espaços e corpos, impondo-lhes um regime de disciplina corporal.

Na virada do século, o espaço urbano foi redefinido. Iluminado pela recém- instalada iluminação urbana a gás, redesenhado pela regularidade das fachadas e transformado em espaço de circulação exclusiva (sem a indesejável presença dos chamados profissionais das ruas), o espaço urbano foi redimensionado pela sociedade do café. Trata-se, porém, de um novo espaço público, limpo, exclusivo e onde impera a respeitabilidade burguesa. A partir desse momento seria juma das metas essenciais da política urbanística expressa na legislação. (RONIK, 1997:34).

O processo de medicalização das cidades, a ação interventora da medicina no espaço urbano, passou então a assumir um papel fundamental na sociedade burguesa, as preocupações voltaram-se principalmente para a “limpeza” e disciplinarização do meio urbano que adquire uma conotação “ameaçadora e perigosa” ao concentrar em seu meio cada vez mais um grande contingente de despossuídos (BRESCIANI,1982) . Esse contingente, seus hábitos e modos de vida, eram responsabilizados pela propagação de doenças em função de seu meio considerado inadequado pelas elites inadequado.

Tal condição impôs ao governo a necessidade de intervir no espaço urbano, levando-o à busca pelo ordenamento das condutas, da normalização das vidas e da sociedade.

Intervir na sociedade é policiar tudo aquilo que pode ser causador da doença; é destruir componentes do espaço social perigosos, porque causadores de desordem médica, é transformar a desordem em ordem, através de um trabalho contínuo e planejado de vigilância e controle da vida social. Intervenção social que se duplica numa ação transformadora da própria organização interna da medicina, visando à formação padronizada, coordenada e qualificada do médico. [...] (MACHADO,1978:258).

Em torno das cidades, das fábricas, da sociedade do trabalho, o proletariado e não apenas ele, mas, todos aqueles que estão à margem desta mesma sociedade e que de alguma forma poderiam representar qualquer tipo de risco a ordem e a disciplina, passaram a ser o

objeto de um saber específico que oscilava entre a criminologia e o alienismo (CUNHA, 1988: 24).

No espaço urbano desenhava-se os “locais de aglomeração” dos pobres e trabalhadores, os bairros considerados por isso, “perigosos e insalubres” por isso focos de constantes intervenções das autoridades que estavam preocupadas com a mais remota possibilidade de que epidemias e “sujeiras” se propagassem para os bairros elegantes da elite paulistana, considerados, por sua vez, arejados e salubres, a exemplo Campos Elíseos, Higienópolis. Além disso, os “locais de aglomeração” poderiam se constituir como entraves para o processo produtivo em ascensão. (RAGO,1985:65).

A estratégia norteadora da intervenção do higienistas sociais na remodelação da cidade consiste, então, em separar os copos, designando a a cada um deles um lugar específico. O esquadrinhamento “científico” rigoroso da população trabalhadora da população trabalhadora facilita a empresa de desodorização das casa e das ruas, interdita os contatos muito estreitos, permite exercer um controle “científico-político” do meio. (...) O burguês desodorizado vê nestes lugares de amontoamento dos pobres o perigo das emancipações pútridas, da massa dos “vapores” acumulados pela reunião das massas dos “vapores” acumulados pela reunião de massas confusas e misturadas. Esta política sanitária de descongestionamento dos corpos define a produção do espaço urbano e, ao mesmo tempo, determina a invasão da casa do pobre, impondo-lhe novos regimes sensitivos e uma outra disciplina corporal. (RAGO,1985:165-6)

As campanhas de saneamento que visavam à purificação das cidades, a ação dos higienistas, todas elas incidiam sobre os pobres e suas moradias sempre no sentido de verificar, esquadrinhar, controlar e prevenir o desenvolvimento de qualquer surto epidêmico que pudesse colocar em risco a ordem. As “elites civilizadoras” voltaram suas atenções para a aglomeração de pessoas que pareciam perigosas e que delas poderia emanar ares pútridos. Caberia a política sanitária “o descongestionamento dos corpos” como uma forma de produção do espaço urbano, o qual se fazia por meio da “invasão da casa do pobre, impondo-lhe regimes sensitivos e uma outra disciplina corporal”. Era a metáfora do corpo social do XIX, assim como o corpo humano, o corpo social deveria também ter os seus cuidados e assepsias que pudessem extirpar as doenças, cancros e tumores. (RAGO, 1985:165-167).

Entretanto, as possíveis doenças que poderiam os pobres e trabalhadores serem portadores os tornaram suspeitos em potencial, seja como portadores de germes ou como possíveis criminosos. De acordo com Rago, a população pobre passa a ser identificada com a animalidade pura, portadora de instintos incontroláveis, uma sexualidade instintiva, incapaz de elaborar ideias sofisticadas ou exprimir sentimentos delicados. A identificação da habitação “imunda e insalubre” do pobre e trabalhador como “origem de doenças, da

degradação moral e da política” elimina-se qualquer impedimento ideológico que possa se antepor as intervenções da burguesia sobre cortiços e favelas, sobre a vida cotidiana do trabalhador, “instaurando uma disciplina que designa novos modos de higiene pessoal e de vida”. (RAGO, 1985: 175-176)

No ambiente urbano, a degeneração passa a ser identificada nas práticas “anti-sociais” como a vagabundagem, o vício, a prostituição e todas outras formas ou manifestações de desordem que possam existir estariam a partir de então, atreladas inevitavelmente a genética desses indivíduos pobres. A casa seria responsabilizada pela produção dos comportamentos desviantes, como a prostituição e o crime que revelariam a “baixa moralidade das populações pobres”(RAGO, 1985:193); passa a haver uma patologização do cotidiano subalterno.

Na "prevenção" da degenerescência desempenhou papel destacado a eugenia, a ideia do "aperfeiçoamento racial" que surge como redentora da sociedade. No Brasil, como demonstra Jurandir F. Costa (1981), a eugenia foi introduzida por meio da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), ainda aliada à Medicina Social, fundada em 1922 pelo psiquiatra Gustavo Riedel; em 1931 o psiquiatra paulista Renato Kehl criou a Comissão Central Brasileira de Eugenia, destinada a promover a "regeneração do homem". Kehl afirma ser a eugenia o instrumento capaz de corrigir as mazelas da sociedade, uma arte capaz de produzir uma boa geração. Em sua obra *A cura da fealdade*, o autor aponta ser possível ao “homem moldar plasticamente toda a humanidade” (KEHL, 1933:202), “melhorar o corpo humano, aformozeá-lo, corrigir defeitos, restaurar a saúde, alcançando assim esse bem supremo que é a beleza e afastando o mal que é a fealdade [...]”(1933:04). Ainda segundo Kehl “Cada um de nós poderá transformar-se em Polycleto, Myron, Phidias, poderá criar tipos com vida, como Doryphoro, aquele belo efebo da estatuária, o mais antigo tipo da arte grega, justamente considerado a representação mais acabada da beleza e a energia humanas”. (1933: 202).

Adotando uma concepção mais ampla de eugenia, Kehl afirmava que "instruir é eugenizar, sanear é eugenizar", o que definia um reflexo entre melhorar a saúde pública e aprimorar a hereditariedade (de LUCA,1999:224). Além disso, seria possível “expurgar os doentes, incapazes, criminosos e amorais" e substituí-los por indivíduos eugenizados, bem gerados, segundo um "padrão com índice ótimo de robustez".(KEHL apud de LUCA,1999: 224).

Se inicialmente a figura do imigrante estava associada ao “bom trabalhador” e elemento privilegiado de civilização e embranquecimento da nação, essa ideia acaba por ser continuamente desfeita na medida em que, a elite paulista passa a identificar e fixar no imigrante a imagem de criminoso, subversivo, bêbado, anarquista (RAGO, 1985: 11-13).

Desde cedo, afinal, os dominantes vêm desmoronar a imagem disciplinada e laboriosa que haviam projetado sobre o imigrante europeu. Nem da Ásia nem da África, os trabalhadores provenientes do sul da Europa, brancos e civilizados como se desejara, trazem consigo não apenas uma força de trabalho, mas todo um conjunto de expectativas, de valores e de tradições culturais. Ao entrarem no país, fazem explodir todas as projeções continuamente lançadas sobre seus ombros, procurando cada vez mais incisivamente afirmar sua própria identidade. Indolentes, preguiçosos, boêmios, grevistas ou anarquistas, segundo a representação imaginária construída pela sociedade burguesa, lutam para definir sua nova identidade, a partir dos sistemas de representações dos valores e das crenças que lhes são próprios. (RAGO, 1985:17)

O incentivo a imigração visava dentre outros motivos ao embranquecimento da população, entretanto, o imigrante passou a ser associada também as inúmeras moléstias que atacavam o “corpo da sociedade”, sendo responsável por introduzir teorias consideradas perigosas como o anarquismo. Em 1888 A Assembléia Legislativa já debatia o assunto

Os nobres deputados sabem que o socialismo tem-se desenvolvido de tal maneira na Europa, que por meios de uma coligação popular o proletariado faz rigorosa resistência aqueles que só vêm obrigados à assalariar o trabalho; aqui pode-se dar a mesma coisa. Nestas condições, fora desejável que houvesse uma concorrência que tornasse menos pretenciosas as exigências dos trabalhadores europeus que procuram nosso país e cuja vinda obtidos à custa de tantos sacrifícios³⁴.

Apesar de inicialmente a imigração ser considerada um benefício, ela deveria ser regrada, vigiada evitando se a introdução de moléstias exóticas e de elementos que levassem á desorganização social- os muito velhos, tarados, loucos, criminosos, degenerados, vagabundos, desordeiros, anarquistas, indesejáveis politicamente.

O questionamento da imigração aparece vinculado à sugestão de substituição do subsídio á imigração pelo subsídio á procriação, com recompensa aos nacionais que tivessem certo número de filhos, “concorrendo para aumentar a população do nosso país” (OLIVEIRA apud MATOS 1924:57).

Desta forma, deveria haver um controle sobre as famílias, sobre os progenitores que era onde residia o segredo da moral, da beleza, da saúde, do vigor e - como rapidamente

³⁴ Deputado A. Nogueira em discurso na Assembleia Provincial de São Paulo em 17 de janeiro de 1888 p.27.

costumavam concluir os eugenistas - da felicidade do gênero humano (de LUCA,1999:224). A criança era o objetivo central da medicina que responsabilizaram as mães pela mortalidade infantil assim, foram divulgados preceitos novos de higiene, hábitos e controle da dietética infantil.

Todavia, é relevante ressaltar que parece ocorrer certa mudança na concepção de embranquecimento da população. Tão somente a vinda do imigrante não era mais suficiente para embranquecê-la, a ciência eugênica apontava para a necessidade de interferir, educando o corpo para mantê-lo enquanto tal, ou seja, o branco também estava ligado a ideias como a educação, a assepsia, controle da sexualidade, características modeladoras na formação de um corpo belo, portanto, civilizado e branco.

Dessa maneira, a forma como São Paulo ia conciliando o elemento estrangeiro, branqueamento, o progresso econômico e a brasilidade eram lidos como uma mais uma característica peculiar do paulista, dotado de qualidades raciais únicas que o diferenciavam do restante do país. (de LUCA, 1999:198). Não era somente incentivar a vinda dos imigrantes, mas incutir, transforma-lo em parte da “nação brasileira”. Para tanto, a defesa do ensino primário, a preocupação com a educação cívica; com o objetivo de moldar, homogeneizar, disciplinar, normalizar, hierarquizar a população. A eugenia e o saneamento juntamente com as esferas médica, filantrópica, policiais, permitiram o controle de uma população tão diversificada.

Noutras palavras, o tão desejado desenvolvimento, indissolavelmente associado à figura do imigrante, de pouco valeria se a contrapartida exigida fosse a própria nacionalidade. Daí a insistência na difusão da escola elementar pública, considerada um instrumento eficaz na propagação da língua, da cultura e das tradições nacionais.

Apesar de São Paulo ter recebido os maiores contingentes de estrangeiros, os prognósticos alarmistas concentravam-se na região sul do país, uma vez que o modelo paulista, ao aliar a dispersão dos trabalhadores pelas fazendas a uma política educacional tida como exemplar, aparentemente tornava o Estado imune aos enquistamentos.(de LUCA, 1999:197)

Nessa perspectiva, as realizações paulistas pareciam estar ligadas as virtudes de sua raça que desde a tempos, representado na figura do bandeirante, realiza grandes feitos em prol da nação além disso, demonstrava “vocaçao para o progresso, para a civilização, para os esforços coordenados”(LUCA,1999: 233). A presença dos imigrantes apuraria ainda mais a raça paulista. Assim, São Paulo se constitui numa espécie de modelo, numa influencia benéfica para o restante do país.

2.6 A função “civilizadora” das práticas ilícitas

Ao adentrar a década de 1870 os reflexos resultantes da confluência de capital advindo do processo de acumulação cafeeira e dos serviços urbanos deram dinâmica a vida urbana da cidade. Sendo assim, enquanto os bairros operários e os locais de trabalho eram silenciados ou lembrados apenas como locais que necessitavam de intervenção pública, pois, eram potencialmente perigosos, as referências em relação aos territórios de lazer e as novas formas de sociabilidade apontam para uma necessidade de enquadrar São Paulo em novos padrões de referência e desenvolvimento. Os novos modelos faziam alusão à Europa, em especial Paris e seus hábitos modernos.

As primeiras décadas do século XX correspondem, segundo Rago, a problematização da questão do prazer sexual durante a implantação de uma política de contenção do desejo na cidade, delineando uma “geografia do prazer”. A presença de prostitutas no espaço urbano paulista chamava a atenção dos poderes públicos que entravam em conflito sobre como proceder em relação a esse universo. Os médicos passam a contestar o tratamento dado pelas autoridades em relação as prostitutas, defendendo que o meretrício não era questão de polícia mas uma questão médica; as doenças venéreas, a ausência de higiene seriam resolvidos a partir da instrução pública, pelo ensino das normas de higiene e não somente através da intervenção da polícia nos bordéis. Conjuntamente a política de higienização dos corpos e da criação de instituições de assistência as prostitutas, tuberculosos, drogados, alcoólatras; havia uma preocupação com a educação moral que deveria ser tratado como um corpo físico; folhetos, conferências, aulas, propagandas no rádio alertavam a população quanto a problemas, principalmente a sífilis.(RAGO,1985: 128-140).

Sendo assim, com o crescimento e modernização urbana, mudanças ocorrem nos gostos, hábitos e costumes dessa forma, novas formas de sociabilidade aparecem. Os bordéis transformaram-se então em centros de encontro para intelectuais, barões do café, escritores, uma gama de sujeitos que desenvolviam essas novas formas de sociabilidade. Segundo Rago o “mundo da prostituição atendia(...), a várias necessidades. Além, evidentemente, dos altos lucros que se obtinham com essa imensa máquina, funcionava como polo aglutinador de determinados grupos sociais, que ali densificavam suas relações de vários modos(...)(RAGO,1985:187).

Falar nesses espaços de lazer, boêmia e divertimentos urbanos era construir a imagem de uma cidade cosmopolita de intensa vida social, onde novas formas de convívio social

constituíam-se e eram propagadas. Dessa forma, conjuntamente com as experiências sociais, uma vida boêmia desenvolvia-se respirando “ares cosmopolitas”. “Grande Parte da intelectualidade e dos artistas que curtiam a vida boêmia frequentava assiduamente os cabarés e bordéis, mesmo porque a cidade apresentava então escassas alternativas de entretenimento”(...).(RAGO,1985:185). Todavia, a medida que a urbe expande-se e esses novos locais de lazer ampliam-se, cabarés, bares, bordéis, cafés e restaurantes, as mulheres que anteriormente estavam confinadas ao espaço doméstico, saem as ruas. Nesse momento, como aponta Rago, passa a ser definido o modelo de prostituta que seria constituído enquanto o oposto da mulher casta, e se transformaria em parâmetro de comportamento para as mulheres em público.

A função “civilizadora” das práticas ilícitas desempenhou um relevante papel na sociedade provinciana do período. As prostitutas estrangeiras foram responsáveis por ensinar regras de conduta sofisticadas aos paulistas que estavam deslumbrados com as conquistas do progresso e da modernidade.

As “pensões alegres” mais refinadas eram centros onde muitos “coronéis”, intelectuais, artistas, advogados e boêmios praticavam novas formas de sociabilidade. Divertiam-se nos inúmeros bordéis que proliferaram nas décadas iniciais do século em São Paulo, procurando incorporar os novos hábitos de uma burguesia estrangeira que se deslumbrava com o progresso tecnológico. Muitas casas adotavam nomes parisienses, apresentando-se implicitamente como filiais dos grandes estabelecimentos eróticos conhecidos na França[...] (RAGO, 1985:87).

As prostitutas em especial as francesas consideradas portadoras de hábitos mais civilizados substituíram a mulher negra símbolo até então símbolo da sexualidade tropical. Construídas no imaginário social como as mais sedutoras e detentoras de regras e comportamento civilizado, sua imagem se associava a modernidade na medida em que vários setores da sociais se mobilizavam no sentido de se auto representarem como uma sociedade que entrava num novo momento, no ritmo da modernização das nações europeias. (RAGO, 1985:43-45).

A experiência com relação ao sexo, prostituição estrangeira seriam as responsáveis por introduzir novos códigos de civilidade na cidade paulista, sendo constantes as referências em relação a sua importância para uma geração. As tematizações sobre o assunto estariam presentes em muitas obras como a de Oswald de Andrade que localiza geograficamente as ruas que tiveram as prostitutas como principais moradoras.

Ao descer a Rua Líbero na direção da casa, após as aulas, eu fazia para da habitual na venda do pai de Ponzini. Era um ambiente popular e curioso(...).É sabido que antes do alargamento da Rua Líbero Badaró, devido a um projeto de meu pai vereador, era ela uma angusta passagem do centro de São Paulo que levava ao fim da Rua José Bonifácio ao Largo do São Bento. Nessa viela central, concentrava-se o mulhero da vila que permanecia, da tarde à noite, seminu e apelativo das janelas abertas a qualquer um. Na venda do Ponzini, travei relações com mais de uma prostituta, sobretudo com uma cafetina gorda e maternal chamada Olga, que se sentava comigo em torno de uma mesa. (...) Na venda do pai de Ponzini, conheci fêmeas francesas, polacas, italianas. Mas nada tive com nenhuma. (ANDRADE, 1974: 42 e 49)

3º Considerações sobre a Semana de 1922

A gênese da imagem de uma “raça paulista” (PRADO,1928) foi construída a partir da repetição constante de sua importância através da figura do bandeirante difundida principalmente a partir do IHGSP e do museu paulista. À imagem já bastante difundida da cidade de São Paulo carro –chefe da nação, habitada por uma raça distinta do restante do país, foi incorporada um “novo adereço , capaz de dotá-la de completude: São Paulo tornado pólo cultural do país, centro de onde deveria irradiar um projeto nacionalizador” (de LUCA,1998:288).

Paulo Prado foi um dos principais financiadores e organizadores da Semana de 1922 e também um dos responsáveis por tentar consagrar o paulista como protagonista no desenvolvimento nacional. Dessa forma, o evento de 1922 foi trabalhado pelo ensaísta, dentre outros intelectuais, no sentido de valorizar as tradições paulistas, recuperando a figura dos antigos bandeirantes agora transformados em “homens de letras”. A Semana de Arte Moderna realizaria-se então como movimento local com pretensões a firmar uma imagem de que seria possível promover o progresso e construir uma arte genuinamente nacional e vinculada à nossa realidade, portanto superadora das antigas cópias dos padrões estrangeiros.

E possível pensar numa relação entre o que seriam as particularidades da “raça paulista” construída pelo isolamento o que lhe deu por características “força, altivez, independência, resistência, insubmissão” e, o que seria suas consequências, a suposta capacidade dos paulistas em entender a civilização moderna e de realizar a grande aspiração de conduzir o país a ela. Para isso a figura do bandeirante foi lançada como elemento unificador, com um passado em comum e, com a missão de conduzir o país ao seu lugar entre os países civilizados e modernos (ADUCCI, 2002). A imagem do bandeirante foi reformada então sob o duplo aspecto do moderno/vanguarda e, ao mesmo tempo, remetendo à tradição.

Por certo, tratava-se de uma estrela solitária, mas seu brilho atestava a compatibilidade entre sucesso econômico, progresso, modernidade e os trópicos, que finalmente davam mostras de poder abrigar a civilização. As dúvidas e incertezas quanto à viabilidade do Brasil, lançadas de agora em diante para além das fronteiras paulistas, podiam ser equacionadas na seguinte fórmula: elevar o restante do país à condição de São Paulo, doravante cada vez mais identificado à nação. Não é preciso insistir no caráter excludente de uma proposta que redimia uma pequena fração e ameaçava o restante com o espectro da barbárie. Na sua versão mais restritiva, essa representação conferia

dignidade apenas aos bandeirantes e seus descendentes, exaltados como uma raça natural e estruturalmente superior. (de LUCA, 1999:298)

Talvez dentro desta perspectiva, a imagem construída de São Paulo como cidade desenvolvida ao mesmo tempo em que guardava traços do interior ou até mesmo a construção imaginária de um povo heroico tenha contribuído ainda mais para os processos de diferenciação, presentes em obras como a de Prado, do estado de São Paulo em relação ao restante do país.

Elaborar o discurso do bandeirante e torná-lo uma realidade a ser compartilhada e seguida é também fixar pedagogicamente um modelo de cidadão a ser representado. Desde a vinda das primeiras levas para o Brasil, a imagem do imigrante “disciplinado e laborioso” é abandonada submergindo técnicas de controle e disciplinamento que são analisadas por Rago. Assim

As expectativas burguesas projetadas sobre o imigrante recém- chegado se frustram continuamente. Em contrapartida, os industriais procuram fixar sua mão de obra nas fábricas, recorrendo a inúmeras tecnologias de disciplinarização, incessantes e ramificadas. Do interior do espaço da produção ao percurso de volta à casa, penetram em sua habitação, invadindo e procurando controlar até mesmo os momentos mais inesperados de sua vida cotidiana. Mais do que qualquer outro grupo social, os imigrantes aparecem aos olhos dos setores privilegiados da sociedade imersos num estagio ameaçador de transição: recém: saídos de seus países, de suas regiões de origem, ainda não definiram o novo modo de vida [...] (RAGO, 1985:17)

Mesmo diferentes entre si, a população que compunha a região paulista, se delimitou o que deveria ser uma imagem comum a todos, demarcou-se assim quais seriam as características do “cidadão paulista ideal”; predicativos estes que poderiam fazer parte da identidade nacional. O que pedagogicamente serviria de modelo do que seria o brasileiro aos imigrantes e ao restante do país.

“Mas, no entender de Goulart de Andrade, em São Paulo não se está formando uma literatura interessante apenas (...). Indaga o articulista: ‘Onde no Brasil mais se lê, onde se encontram as mais luxuosas edições, qual a plêiade de mais brilho do que a que lucila por aí?’ Ao seu ver, em S. Paulo registra-se um ressurgimento intelectual deslumbrante, que se processa ‘sob os olhares contemplativos da turba que já não é somente juro, lucro, saque, cheque’.

Menotti del Picchia, comentando o artigo de Goulart, se bem que garanta ‘que os maiores inimigos dos grandes poetas e prosadores paulistas são os próprios paulistas’, e, ainda, que ‘em matéria de arte, a maioria popular está no período da idade da pedra lascada’, não deixa de lhe confirmar o entusiasmo ao reconhecer, em outra oportunidade, que ‘se verifica neste S. Paulo de 1920 um latejar de vida estuante, que desborda da preocupação tacanha e prosaica da caça a moeda’, Declara mesmo, ele também entusiasmado: ‘São Paulo de hoje, o São Paulo tumultuário

e nababesco, chegou a tal fastígio econômico que começa a dedicar seus ócios de enriquecimento às produções da arte. Esse fenômeno- inédito ainda para a nossa vida de nacionalidade nascente- é agradável de se constatar. Registra um duplo progresso: financeiro e cultural”(BRITO, 1971:154-155)

Havia uma delimitação entre aqueles pertencentes a ou que faziam parte de uma classe ligada as transformações da modernidade o que, conseqüentemente se manifestaria na produção artística e, o restante da população que ainda estaria aquém dessas transformações.

Desta forma, quando Antônio Candido no livro *Literatura e Sociedade* aponta para o regionalismo como, desde o início do Romance, uma das “principais vias de autodefinição da consciência local” e que, posteriormente, ele havia se transformado no “conto sertanejo” (CANDIDO,1967:133-4).

A publicação de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, em 1902, assim como a divulgação pardos estudos de etnografia e folclore, contribuíram certamente para esse movimento. Êle falhou na medida em que não soube corresponder ao interesse então multiplicado pelas coisas e os homens do interior do Brasil, que se isolavam no retardamento das culturas rústicas. Caberia ao Modernismo orientá-lo no rumo certo, ao redescobrir a visão de Euclides, que não comporta o pitoresco exótico da literatura sertaneja. (CANDIDO,1967:134)

O autor não só reitera mas reforça a ideia de que a Semana de Arte Moderna possuía um caráter nacional e não- regional; aliás teria uma visão salvacionista na medida em que se colocou como oposto a uma literatura que “ganha ares de exótica”. Dessa forma, reinterpretações sobre o movimento modernista que se concentram em supostas diferenças entre regional e o nacional ignoram de certa forma a característica homogeneizadora do movimento que se expressa tanto localmente/regionalmente quanto aspira a criar uma imagem que pudesse ser exemplo nacional.

Como observa Mário de Andrade:

[...]em tese sou contrário ao Regionalismo. Acho desintegrante da idéia de nação e sobre este ponto muito prejudicial para o Brasil, já tão separado. Além disso, fatalmente o regionalismo insiste sobre as diferenciações e as curiosidades, salientando não propriamente o carácter individual psicológico de uma raça, porém seus dados exóticos. Pode se dizer até exótico do próprio país, não acha? É certo, no entanto, que o regionalismo bem compreendido traz grande benefício sobre o ponto de vista da própria discriminação dos caracteres gerais, psicológicos e outros de um povo. (ANDRADE, M. de *apud* ARAÚJO, 1997:203)

O trecho faz parte de uma carta resposta escrita em 1925 a Câmara Cascudo quando este pede conselhos a Andrade sobre o movimento Regionalista do Recife. Mesmo sendo posterior a Semana de Arte Moderna, o comentário de M. de Andrade revela sua postura contra o regionalismo tomando este como movimento desagregador da nação que ressaltaria o que existe de “exótico numa raça” e não caracteres deveriam ser relevantes para um povo. O que seria exótico num povo é o seu caráter mestiço. Em outro momento, afirma Mário de Andrade

Brasil, corpo espondongado, mal costurado que não tem o direito de se apresentar como pátria porque não representando nenhuma entidade real de qualquer caráter que seja nem racial, nem nacional, nem sequer sociológica, é um aborto desumano e anti-humano. Nesse monstro político existe uma língua oficial emprestada e que não representa nem a psicologia, nem as tendências, nem a índole, nem as necessidades, nem os ideais do simulacro de povo que se chama o povo brasileiro. Essa língua oficial se chama língua portuguesa e vem feitinha de cinco em cinco anos dos legisladores lusitanos. (ANDRADE, M.de apud de LUCA, 1998:239)

A desqualificação do Outro está presente no discurso modernista. Ao identificar qualidades e uma identidade a um determinado grupo se definiu quem não fazia parte desta identidade. E, ao se definir como um movimento nacional formulou elementos que deveriam ser próprios ou propícios a uma determinada visão de nação.

Em outro trabalho, o artigo de Monica Velloso (1993), a autora parece também incorrer na tentativa de separar o que seria uma ala do modernismo, os “verdadeiros” modernistas, preocupados com a autenticidade nacional e, os outros modernistas que traziam consigo o desejo político de manter a hegemonia paulista. Sendo assim, intelectuais posteriormente chamados de modernistas parecem então, dentro dessa visão, como sendo legítimos interpretes de uma nação que parece atemporal e estes, leitores privilegiados dessa nação.

Apesar das fissuras e tonalidades diferentes que surgiram no interior do movimento modernista e que se refletiu em formas diferentes de compreensão da cidade de São Paulo dentro do país, parece que a ideia de nação tem um papel fundamental para a intelectualidade brasileira ou, a intelectualidade se desenvolveu a partir do pensar o tema nação, do imaginário nacional. Os membros partícipes da Semana pertenciam a uma geração que exaltava valores relacionados ao progresso e a modernidade ligados a questões como a identidade, o caráter e a cultura nacionais.

Anteriormente à Semana de 1922 e principalmente após sua realização surgem diversas obras todas pautando-se com reflexões a cerca de raça, cultura e a questão nacional.

Apesar das reiteraões sobre como São Paulo estava aliada ao mundo moderno se equiparando a Europa, à questão racial no país era preocupação constante. Temos então as obras: *Meu*, publicado em 1925 e, a *Raça* (1925), ambos de Guilherme de Almeida. *Toda a América* de Ronald de Carvalho (1926), *Vamos Caçar papagaios* de Cassiano Ricardo (1926), *Clã do Jaboti* (1927) e *Macunaíma* (1928) de Mario de Andrade, *Manifesto Pau Brasil* (1924) escrito por Oswald de Andrade; obras que tematizam um complexo racial e cultural e que seriam impedimentos para a total concretização do ideal moderno. Cada grupo modernista ao seu modo, e é claro são muitas as diferenciações, empreendeu uma busca pelo que deveria ser a “verdadeira tradição” do país, procurando pelas figuras realmente nacionais e por justificativas e ou respaldos para os problemas presentes e, proposições para resolvê-los. O imaginário nacional está profundamente interligado com a questão racial. Outras obras apesar de trazerem o mesmo tema acabam por focar mais a cidade paulista como a obra *O estrangeiro* (1927) de Plínio Salgado; *Brás, Bexiga e Barra Funda* (1927) de Alcantara Machado e *Martim Cererê* (1928) de Cassiano Ricardo. Além é claro dos ensaios de Paulo Prado *Paulística* (1925) e *Retrado do Brasil* (1928), *Raça de Gigantes* (1296) de Alfredo Ellis Jr.

3.1 Língua e nação

A Primeira Guerra Mundial foi responsável por tornar mais visível a diferença que existia entre os países industrializados e o Brasil. Não existia nada que pudesse, de acordo com Mario de Andrade, conferir um caráter de nação ao país e, com tal situação de guerra, ampliava-se ainda mais o temor de que não pudesse manter a sua independência e unidade territorial. Nessa situação, era necessário que o país demonstrasse sua capacidade de cuidar do território, de povoá-lo, utilizar e proteger seus recursos naturais, entrar “na ordem do dia a tarefa de dar ao Brasil um sentimento de conjunto, transformando-o num todo coeso” (de LUCA, 1999:37)

Contrastando, com restante do país, São Paulo “que era apenas uma aldeia pestilenta e entreposto comercial” (SEVCENKO,1992: 106) viu-se modificada a partir do processo de relativa industrialização que vivia, passando a ser vista como núcleo mais dinâmico do país e centro político importante. Apesar de “único exemplo”, o desenvolvimento paulista “atestava a compatibilidade entre sucesso econômico, progresso, modernidade e os trópicos, que

finalmente davam mostras de poder abrigar a civilização” (de LUCA,199: 298). O discurso da modernização econômica desenvolvida por São Paulo implicou em (re)- criar uma nova versão de nação onde fosse possível desenvolver o progresso e a modernização.

[...] Cada vez mais a nação foi sendo identificada ao Estado de São Paulo que, com suas fazendas, indústrias, ferrovias e grandes cidades, desfrutava de uma prosperidade econômica sem similar no país. Os atributos da nacionalidade - fronteiras definidas, conquista da soberania política, feitos históricos gloriosos, habitantes dotados de traços étnicos específicos, posse de uma língua e de uma cultura própria - acabaram sendo creditados exclusivamente aos paulistas. Nas páginas da *Revista do Brasil* é possível acompanhar os passos dessa construção mitológica que atribuía ao Estado toda e qualquer positividade contida na ideia de Brasil. (de LUCA, 1998:298)

A Semana de Arte Moderna tentou produzir uma cultura fosse própria do Brasil definindo para isso questões como a língua, a tentativa de identificar uma língua brasileira, questões étnicas, o índio foi retomado como elemento nacional e questões políticas, a consolidação do estado de São Paulo e a construção da imagem do bandeirante como centrais para a formação do país.

Como já mencionado, Anderson relata que no segundo momento do nacionalismo na Europa, a questão da língua vinculou-se estritamente ao conceito de nação gerando comunidades baseadas em línguas vernáculas propagadas através de jornais e romances. Nas Américas, entretanto, “o inglês e o espanhol nunca foram questões relevantes” durante os processos revolucionários. (Anderson: 2009: 107). Se num primeiro momento a questão da língua não era relevante no Brasil, de Luca aponta que na segunda metade do século XIX, já se distinguia duas vias de abordagem que se voltaram para pensar a questão da língua nacional. Os puritanistas ou legitimista que defendiam a forma culta da língua e a aplicação estrita dos cânones gramaticais e, o grupo combatente do academicismo e do formalismo que pregava a legitimidade das novas construções populares e enfatizavam a necessidade de se separar o português da América do português falado na Europa. Estas disputas acabavam por conduzir a discussões mais profundas segundo Luca, sobre o estatuto da língua falada no Brasil, se havia um novo idioma emancipado do português ibérico ou se era apenas uma modificação. (LUCA, 1998:243-9).

A questão da língua esteve presente nas discussões da Semana de Arte Moderna tendo em Mário de Andrade representante da discussão. Era necessário definir um estatuto de independência da língua aqui falada, o brasileiro, em relação à língua portuguesa. Entretanto, apesar do movimento reivindicar para si a característica de ser nacional, como ressalta de Luca, a questão da língua assume também um “caráter de afirmação da paulistaneidade”

[...] São Paulo, que já fornecera à Nação o café, as indústrias, um passado glorioso, uma raça de bravos, um território de dimensões continentais, desejava agora brindá-la com uma língua e uma arte próprias, coroando assim os esforços de enfim dotar o Brasil de sentido e continuidade histórica, graças ao trabalho de construção de mitos, símbolos e heróis capazes de serem compartilhados por todos os seus filhos. Desde logo, percebe-se a dimensão política da questão, uma vez que nessa busca dos caracteres particularizadores da Nação fundiam-se o anseio de autonomia e afirmação ante o estrangeiro, manifesto no desejo de possuir uma língua própria, capaz de dar conta da sensibilidade local; a dificuldade - se não impossibilidade - de encontrar critérios objetivos para definir o nacional; e a tentativa paulista, aberta pela referida dificuldade, de apresentar-se como padrão ou modelo válido para todo o país. (de LUCA, 1999:280)

Na obra de Oswald de Andrade parece que o surgimento da nação também está ligado à consolidação de uma nova língua. A nação que iria se desenvolver deveria ser moderna, portanto, necessitaria também de uma língua nacional que realmente a representasse e que da mesma forma implicasse num processo de modernização. A nova língua estaria separada do idioma português, portanto implicaria numa mudança mais dinâmica que a original, pois incorporou elementos coloquiais desenvolvidos oralmente. Na obra *Memórias Sentimentais de João Miramar* (1925) aparece em todo o texto neologismos, não somente palavras e formações coloquiais, mas também incorporações de palavras e expressões em outros idiomas aportuguesadas ou não por Andrade, como no poema

VANITY-FAIR

D. Tira-Vira de sabida suspeita esganiçava segredos ingleses para o filho usura calvo antigo organizador de cotillons com declarações néscias de amor e passadas aventuras criadas na Alemanha Kaiseriana. Paletózão besta e paternal achava-os feras e flambavam farras trianeiras.

Mas D. Pequitibota bancava milionários trens de vida ante a crise começada para fazendeiros comprometidos, enxovalando filhas com dúzias de dessous avistadores de alianças fortuneais.

Nhôs levantavam palácios confeiteiros questionando que quadros ou fossem assinados por figurões do Larousse ou pelo Barbabassi.

Escritórios gigolôs de mexericos preguiças e noturnos pokers de pensões.

Enquanto nos casarões ramazevedos das avenidas, despeitadas solitárias metiam a ronca nas de morfino viver que parisiavam aventuras com velhos meninos domésticos e outros.

E vãos insexuados de velhotas cultas inventavam primeiras ofensivas de cruces coloradas.

Mas credices na cruz única inda titulares e mães antigas mantinham com pedidos ardentes a São José pela salvação da jangada desgarrada e espevitada de tão feios dias.

Quando para o Guarujá driblavam 100 à hora Packards Hudsons Cadillacs desabando os barulhos das balsas. (ANDRADE, 1995).

Se inicialmente a questão da língua não foi relevante para os movimentos de separação das Américas, as discussões surgidas nas últimas décadas do XIX e, a partir da Semana de 1922, parecem denotar a necessidade de se adaptar o modelo de nação europeu ao Brasil. Baseado na língua vernácula, este, um ideal romântico que uniria sob um mesmo território todos os falantes de uma mesma língua, aparece como uma necessidade para marcar diferenças com Portugal afirmando a originalidade da língua aqui falada.

3.2 A retomada do imaginário indígena

Segundo Ângela Alonso, algumas obras literárias até mais ou menos a primeira metade do século XIX– período de consolidação do Estado imperial – serviram para “gerar uma imagem da nação brasileira como síntese americana de europeus e aborígenes” excluindo-se dessa maneira a presença e a identidade do africano como formador da nacionalidade brasileira. As obras dos conservadores e conselheiros de Estado José de Alencar n’*O Guarani* (1857), e Gonçalves de Magalhães em *A Confederação dos Tamoios* (1856) cumprem esse papel de forjar a identidade brasileira.(ALONSO,178). Alonso elucida melhor essa questão: “[...] para que a nação fosse brasileira era preciso gerar uma diferenciação com a antiga metrópole, uma origem nativa. Tratava-se de dotar o Brasil de uma identidade, uma língua, uma história, um povo, enfim inventar uma tradição nacional.” (ALONSO,2002:179).

A propósito da interpretação romântica daquele momento, segundo Schwarcz, o índio era representado como brancos e a realza nunca fora tão tropicalizada, o que ia de encontro aos propósitos da elite daquele momento que se indagava sobre sua identidade, rejeitando, para efeito de representação, o negro escravo e o branco colonizador. Desta forma, o indígena, lido como o bom selvagem rousseauiano, atendeu bem aos interesses da elite. Ainda segundo Schwarcz, a pátria sem ser nação, no Brasil os símbolos ‘surgiam’ na mesma velocidade em que se consolidava a imagem do Império. E, assim, por meio do indianismo, realizava-se o velamento da colonização(SCHWARCZ, 2003,148). Entretanto, como analisado por John Manuel Monteiro (1996), havia um tipo certo de indígena a ser tomado como símbolo nacional. Durante o Império, a construção do índio tupi representou a matriz da nacionalidade em contraposição aquele construído como não tupi, o tapuia. A imagem do

primeiro foi construída como aliado na consolidação da presença dos portugueses na América, em oposição ao último caracterizado como inimigo, não assimiláveis e recalcitrantes a civilização. Além disso, o autor aponta haver uma tensão entre a assimilação e o extermínio que marcou todo o período imperial (. Monteiro, 2006:16).

Durante as comemorações do centenário da independência o mito do indígena foi retomado e aparece em muitas das obras dos modernistas. O museu paulista, “Ipiranga”, dirigido por Afonso D’Escragnolle Taunay e o IHGSP foram espaços que construíram e consolidaram a figura do paulista enquanto uma mistura de índios e brancos, fator esse que teria contribuído na constituição de uma raça forte, uma “raça de gigantes”. Porém o índio exaltado tal qual como no Império, também foi uma figura ideal que suprime o bandeirante/paulista dos “incômodos males” que a raça negra poderia trazer além do que, remete a outro mito do império a de que seria possível através da mistura racial promover relativo desenvolvimento. Às vésperas da comemoração da independência São Paulo deseja firmar sua posição como centro da nação e modelo a ser seguido pelo restante do país.

O modelo do índio romântico criado no império assim como a imagem de paraíso nos trópicos permitia jogar para o futuro a possibilidade de desenvolvimento, um futuro que ao mesmo tempo apontava para a convergência das três raças. As vésperas de uma Segunda Grande Guerra, ainda não havia se consolidado a nação e, a questão racial ainda era uma constante a ser resolvida. Literatos como Oswald de Andrade possuíam como modelo o modernismo europeu, quando comparado com o Brasil, havia certa inadequação, a modernidade não havia sido resultado de um processo de racionalização, não existia a originalidade da língua ou uma população homogênea; a metáfora do índio antropófago, contrário ao “bom índio” tupi, poderia acenar para a urgência em absorver e homogeneizar diferenças, da mesma forma que São Paulo absorveu as outras culturas que chegaram com a imigração.

Na poesia Pau Brasil que Oswald de Andrade anuncia a necessidade da originalidade, de uma arte verdadeiramente brasileira, que “cheire, fale e use nossa língua”. Vaticina à necessidade de retorno as questões históricas do país, citando a “história bandeirante” e a necessidade de se recuperar o indígena como figura central na poesia e representante da “nossa originalidade nativa”, entretanto esse indígena assume características antropofágicas. De acordo com Antônio Candido, é em poetas e escritores como Oswald de Andrade que se encontrariam verdadeiras mostras do nacionalismo.

[...]Sublinhemos também o nacionalismo acentuado desta geração renovadora, que deixa de lado o patriotismo ornamental de Bilac, Coelho Neto ou Rui Barbosa, para amar com veemência o exótico descoberto no próprio país pela sua curiosidade liberta das injunções acadêmicas. Um certo número de escritores se aplica a mostrar como somos diferentes da Europa e como, por isso, devemos ver e exprimir diversamente as coisas. Em todos eles encontramos latente o sentimento de que a expressão livre, principalmente na poesia, é a grande possibilidade que tem para manifestar-se com autenticidade um país de contrastes, onde tudo se mistura [...] (CANDIDO, 1967: 143)

Considerando então uma leitura sobre o Manifesto Pau-Brasil e sobre o livro que ganha o mesmo nome, a mistura ressaltada por Candido nos poetas modernistas como Oswald de Andrade, não existe da mesma forma que não existe uma atenção específica aos negros e mulatos. Desta forma, apesar de em alguns momentos, o livro de poesias Pau-Brasil, transparecer certa positividade na mistura racial, são pouco os momentos em que aparece a figura do mulato.

Dê-me um cigarro
Diz a grammatica
Do professor e do alumno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da nação brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro (ANDRADE,

Apesar de como já ressaltado por outros escritores como Roberto Schwarz (1989), Andrade parece minimizar os conflitos simpatizando com negros e brancos; ao mestiço/híbrido no poema, o poeta parece pouco favorável, cabe o pedantismo e, por conseguinte a separação, pois a mistura estaria muito aquém das “raças originais” - “o bom negro e o bom branco”.

Em outro poema a mulata está ligada a devassidão e a luxúria além de, geograficamente estar no Rio de Janeiro, cidade considerado como anti nação pelos paulistas (MOTTA, Marly Silva, 1992: 110).

O Pão de Assucar
É Nossa Senhora Aparecida
Coroadada de luzes
Uma mulata passa nas Avenidas
Como uma rainha de palco
Talco
Fácil
[...]

Quanto a presença do negro, nos “Poemas da colonização” parece haver uma denúncia de sua condição escravo

“Negro fugido”
O Jerônimo estava numa outra fazenda
Socando pilão na cozinha
Entraram
Grudaram nele
O pilão tombou
Ele tropeçou
E caiu
Montaram nele

Porém, sua imagem está associada em outros poemas com o estereótipo da força física e a noção de aproveitamento da força física:

Os cem negros da fazenda
comiam feijão e angu
Abóbora chicória e cambuquira
Pegavam uma roda de carro
Nos braços.

3.3 A desqualificação do Rio de Janeiro

As menções sobre o clima ameno e a condição geográfica de São Paulo são várias no livro *Paulística* de Paulo Prado, aliás, é o afastamento do litoral, na argumentação de Prado, que permitiu o desenvolvimento de uma raça diversa, sem a influência dos costumes europeus, e que teria criado a diferença étnica do “raça paulista”.

Essa argumentação embasou outras que buscaram marcar a diferença entre a população paulista, marcada pelo isolamento, e a população carioca que estaria a mercê das más influências europeias. Desta forma, de um lado estaria o dinamismo moderno dos bandeirantes e dos modernistas em oposição a letargia, a preguiça e a lerdice que marcariam as regiões litorâneas. O fato de ter se desenvolvido isolada e protegida pela Serra do Mar, resultou no caráter empreendedor do paulista, seu contraponto, o caráter contemplativo da população do Rio de Janeiro, seria resultado da influência europeia. Apelar para a imagem do bandeirante como desbravador, empreendedor e líder reforçaria o papel de São Paulo na busca por um caráter nacional, pela especificidade da arte e de um empreendimento a ser realizado por ela. Ao estado paulista correspondia a nação, ao Rio de Janeiro a antinação (MOTTA, 1992: 110).

Desde 1920, o Correio Paulistano publicava crônicas e charges³⁵ que denunciavam a promiscuidade das praias do Rio, a futilidade dos hábitos cariocas, o aspecto anárquico da economia, a violência e a amoralidade do carnaval. O clima também era chamado como responsável pela promiscuidade da cidade, oposto à valorização dada ao trabalho e à intimidade do lar.

Repensar os cem anos da república trazia em seu cerne a crítica à “República Velha” identificada com o Rio de Janeiro. Nesse sentido, a desqualificação da capital republicana é um processo “datado historicamente” e; esse processo de desqualificação passou pelo reconhecimento do RJ como cidade dionísíaca que estaria identificada à decadência, a uma natureza luxuriante que convida a contemplação, a um povo racialmente disposto à indisciplina e pouco feito aos empreendimentos de risco, portanto, esses elementos indispunham a capital federal para a modernidade (MOTTA, 1992: 84-85).

O poema de O. de Andrade transcrito anteriormente e que aparece na última parte do livro Pau Brasil “Loyde Brasileiro”, estabelece a ligação entre a mulata-devassidão- Rio de Janeiro, a separação litoral e sertão é fortalecida nos discursos paulistas que identificam a presença de negros, a miscigenação a sexualidade desenfreada o que, tornaria a cidade carioca também incompatível com o desenvolvimento da modernidade. Motta faz uma citação interessante de Monteiro Lobato sobre o assunto. "Os americanos salvaram-se da mestiçagem com a barreira do preconceito racial. Temos também aqui [São Paulo] essa barreira (. . .) No Rio, não existe". (MOTTA,1992:97). A intensa mestiçagem traz a ideia da degeneração da raça e da incapacidade, como já mencionado, do negro para o trabalho.

Historicamente, apesar do Rio de Janeiro ter sido palco da Exposição Internacional do Centenário o que se observou foi a sedimentação de certos “cânones historiográficos”, no que diz respeito ao ambiente e aos acontecimentos do início dos anos 1920 e, tal exibição caiu quase que no esquecimento. O início da década de 1920 ficou marcado pela Semana de Arte Moderna e, a modernidade no Brasil associada à cidade de São Paulo. O evento, ocorrido em São Paulo, foi objeto e palco da maioria das análises a respeito do modernismo brasileiro³⁶. Posteriormente, M. Andrade³⁷ argumenta sobre a impossibilidade da “semana da arte

³⁵ Menotti Del Picchia é o autor que mais desenvolveu críticas sobre Rio de Janeiro no Correio Paulistano. Velloso, p 5.

³⁶ Sant’Ana, Thaís Rezende da Silva de. A Exposição Internacional do Centenário da Independência: Modernidade e política no Rio de Janeiro do início dos anos 1920/. Campinas, SP : [s. n.], 2008.

³⁷ Andrade, Mario de. *O Movimento Modernista in Aspectos da Literatura Brasileira*, Martins Editora, 5 ed, SP, 1974.

moderna” pudesse ocorrer no Rio de Janeiro, a qual chama de “corte”. A então capital do país não poderia ser lugar para o modernismo uma vez que esse movimento “no Brasil, foi uma ruptura, foi um abandono de princípios e de técnicas consequentes, foi uma revolta contra o que era a Inteligência nacional”. Ou seja, uma revolta contra a Academia Brasileira de letras e ou Academia Brasileira de Belas Artes(ANDRADE apud BERIEL, 2000: 85).

O modernismo aparece como sendo a consequência do próprio progresso e um produto paulista uma vez que somente São Paulo poderia ofertar um espaço propício para a produção e o desenvolvimento das novas ideias modernistas. O Rio de Janeiro era em contrapartida, muito mais internacional, como norma de vida exterior. O RJ é litorânea, SP era “caipira de serra- acima”- argumento geográfico e cultural que compartilha semelhanças com os ensaios de Paulo Prado:

[...] “São Paulo era muito mais moderna, porém, fruto necessário da economia do café e do industrialismo consequente. Caipira de serra acima, conservando até agora um espírito provinciano servil, bem denunciado pela sua política, São Paulo estava ao mesmo tempo, pela sua atualidade comercial e sua industrialização, em contato mais espiritual e mais técnico com a atualidade do mundo.(ANDRADE, MARIO apud BERIEL, 1994:84)

Utilizando-se da diferença traçada entre litoral e sertão, Andrade reafirma o papel de SP, sua geografia e sua história mítica, enquanto uma cidade do interior e, portanto, alimentada pela “primeira e verdadeira raça” nacional.

Ainda segundo Mário de Andrade:

Uma coisa dessas seria impossível no Rio, onde não existe uma aristocracia tradicional, mas apenas alta burguesia riquíssima. E esta não podia encampar um movimento que lhe destrua o espírito conservador e modernista. A burguesia nunca soube perder, e isso é que a perde. Si Paulo Prado, com a sua autoridade intelectual e tradicional, tomou a peito a realização da Semana, abriu a lista das contribuições e arrastou atrás de si os seus pares aristocratas e mais alguns que a sua figura dominava, a burguesia protestou e vaiou. Tanto a burguesia de classe como a do espírito (ANDRADE, MARIO apud BERIEL,1994:99).

Mario de Andrade expõe a intenção da Semana em romper com as antigas instituições, mas, principalmente, para ele não existe uma diferença clara entre modernidade e tradição, o modernismo por excelência é aristocrático e está aliado à modernidade industrial e ao comércio mundial. Existe a possibilidade de constante renovação em SP e em seus habitantes, a começar por Prado, aristocrata financiador da semana. Além do mais, a própria palavra aristocracia parece remeter a um passado, uma tradição anterior.(2000).

3.4 Raça e sexo: impedimentos na construção da nação

Paulo Prado, como já mencionado, foi um dos principais articuladores da semana de arte moderna. Possuía relações com Graça Aranha, personagem que abre os trabalhos da semana de 22; com Oswald de Andrade que lhe dedica o livro *Memórias Sentimentais de João Miramar* (1924), redigiu o prefácio do livro de poesias *Pau Brasil* (1925) de Oswald de Andrade. Inspirou Mario de Andrade, através de seu livro *Retrato do Brasil*, a escrever *Macunaíma*. Além do que, representante do grande capital cafeeiro e atuante no processo de desenvolvimento das indústrias em São Paulo foi responsável pela divulgação dos trabalhos modernistas em locais considerados tradicionais da cidade como o Teatro Municipal e, através de jornais como o *Correio Paulistano*, *Diário Nacional* e *O Estado de São Paulo*; dirigiu a *Revista Brasil* entre 1923 e 1925 abrindo espaço para publicações modernistas, cinco anos mais tarde, em 1931 e conjuntamente com Mário de Andrade dirige a *Revista Nova*.

Em 1928 Paulo Prado toma como epígrafe de seu ensaio *Retrato do Brasil Ensaio sobre a tristeza do Brasil* um trecho de uma correspondência entre Capistrano de Abreu e o português João Lúcio d’Azevedo “O Jaburu...a ave que para mim simboliza a nossa terra. Tem estatura avantajada, pernas grossas, asas fônicas e passa os dias com uma perna cruzada na outra, triste, triste, triste, d’aquela “austera e vil tristeza”.

E na primeira parte do livro intitulado *Luxúria*:

Numa terra radiosa vive um povo triste. Legaram-he essa melancolia os descobridores que a revelaram ao mundo e a povoaram. O esplêndido dinamismo dessa gente rude obedecia a dois grandes impulsos que dominaram toda a psicologia da descoberta e nunca foram geradores de alegria: a ambição do ouro e a sensualidade livre e infrene que, como culto, a Renascença fizera ressuscitar.(PRADO, 1928:08)

O jaburu vive uma dualidade, apesar de seus potentes atributos físicos seu espírito permanece triste, numa constante melancolia, existe uma contradição entre a terra e o povo que vive nela. As referências feitas a terra ou a utilização do adjetivo tropical, tornou-se parte da formação identitária do Brasil; através dos relatos dos viajantes desde as primeiras narrativas de Colombo, as terras descobertas eram descritas como o paraíso na Terra; o clima, a natureza tropical se relacionaria com um imaginário, uma fantasia coletiva sobre as terras descobertas que se confunde com o éden bíblico, reforçando assim preceitos cristãos. Entretanto, o povo que a habita é traduzido como sendo degenerados, selvagens de impossível civilização. É a associação entre clima e vegetação luxuriante próprias dos trópicos

articulados a noção de raça, gênero, mestiçagem que resultou na chamada “hiperestesia sexual”:

Entretanto, se, por um lado, os excessos sexuais combinados com os trópicos luxuriantes produziram o ‘desleixo social’, por outro lado, foram estes os mesmos fatores que conduziram à miscigenação, à aproximação e reunião das ‘raças’, diz Paulo Prado. Um excesso que evitou o ‘racismo’ tal como se delineou nos Estados Unidos, onde dominam os preconceitos e antipatias ‘raciais’. (MOUTINHO, 2004: 82).

A “sede do ouro” associado ao “sensualismo livre e infrene” está na base do desenvolvimento de um país nos trópicos, legado do colonizador lúbrico e da “luxúria dos selvagens”. Mas, a associação da melancolia associada aos trópicos torna-se mais clara quando Prado revela ser os EUA seu ideal de civilização. Como aponta Prado

“A hiperestesia sexual que vimos no correr deste ensaio ser traço peculiar ao desenvolvimento étnico da nossa terra, evitou a segregação do elemento africano, como se deu nos Estados Unidos, dominados pelos preconceitos das antipatias raciais. Aqui a luxúria e o desleixo social aproximaram e reuniram as raças” [...]

O nosso problema é, pois, diferente do norte-americano, que é o complexo pelo conflito racial que aqui não existe e pelas dificuldades econômicas e políticas, sem solução no Estados Unidos, a não ser pelo extermínio dos adversários. Entre nós, a mescla se fez aos poucos, diluindo-se suavemente pela mestiçagem sem reboço. O negro não é um inimigo: viveu, e vive, em completa intimidade com os brancos e com os mestiços que já parecem brancos. Nascemos juntos e juntos iremos até o fim de nossos destinos. Há, porém, o problema da biologia, o da etnologia, e mesmo o da eugenia”.(PRADO, 1928: 105-106).

Na comparação entre Brasil e Estados Unidos, para Paulo Prado o desenvolvimento da ciência eugênica aqui cedeu apenas uma “falsa aparência de civilização”, nos faltaria a “higiene moral que os valores puritanos (da colonização anglo-americana) promoveram, tornando possível a criação de uma atmosfera saudável que levou ao desenvolvimento da nação”. (MOUTINHO, 2004:82.). Além disso, mesmo com os esforços dessa ciência não haveria como prever futuramente as consequências da mistura racial³⁸. Beatitude, constância, regra, estabilidade são as palavras chave que, segundo Moutinho, forneceriam sentido a interpretação de Prado. Já o colonizador português seria caracterizado pelas palavras miséria, fraqueza, imoralidade; o português foi responsável por “uma colonização aventureira, orientada pelos desejos da carne que levou à construção de um país socialmente frágil”

³⁸ O autor cita por exemplo as misturas que haviam ocorrido entre o português e o índio. Inicialmente ela teria produzido “bons frutos” entretanto nas gerações seguintes o mesmo resultado não é observado.(PRADO, 1928).

(MOUTINHO, 2004:82). Sendo assim, a melancolia resultante dos excessos sexuais como a luxúria e a busca desenfreada por riquezas também é resultante da cobiça na tentativa de viabilizar a nação, na tentativa de incorporar “às características do elemento hierarquicamente superior, o elemento civilizatório e a forma como este, na origem, incorporaria a alteridade e a luxúria” (2004:79).

O sexo inter-racial, engendrado no desejo de conquista, aparece como “símbolo característico da civilização” nos trópicos (MOUTINHO, 2004:64), as palavras “sensualidade, devassidão, amancebamento, lascívia brutal, monstruosa e desenvolta” são as “expressões recorrentemente utilizadas para explicar e qualificar a mestiçagem promovida desde os primeiros tempos”(04:74). Ao identificar o sexo “inter –racial” como corruptor, ameaçador, impuro e sinônimo de degenerescência, o pensamento do ensaísta conecta-se a de intelectuais europeus como Gobineau para quem, a “miscigenação resultante da transgressão sexual racial”, fornece os elementos da sua teoria de raça”(YOUNG, 2005:125). Existe então uma ligação entre o declínio da sociedade e a mistura sexual.

O princípio de vida e de morte no interior de uma nação, o “veneno” ou “praga” interna que irá finalmente importar em sua morte, advém da contínua “adulteração” do seu sangue por meio do avanço na mistura das raças: a adulteração consegue combinar a ideia de transgressão sexual, adultério, com o significado de sua raiz ad+alter, portanto a alteridade, a mistura do mesmo com o outro. É por meio da adulteração do seu sangue que um povo torna progressivamente mais degenerado. (YOUNG 2005:126)

Além disso, segundo Moutinho, o elemento corruptor da sociedade possui um gênero; rapidamente Prado chega à mulata como responsável maior pela decadência da sociedade.

Definida pelo sexo e pelo desejo, em um papel ativo associado às tentações da carne,[...], a “mulata” — marcada pela “cor” e pelo erotismo — encarna a própria nação. Uma nação feminilizada [...], e por tudo isso, “tumultuária”. A mulher continua como conectora entre os grupos, porém é dominada pelos desejos da carne. Sua sexualidade não está confinada, regulada pelo casamento, pela aliança. Nesse sentido, ela emerge não como o elo entre as famílias que funda a sociedade e a ordem, como Oliveira Vianna, mas como o que a dissolve, que degenera [...].(MOUTINHO,2004:84).

A sexualidade da mulata “não está confinada, regulada pelo casamento, pela aliança”, o que a torna um elemento que “dissolve” as famílias e “degenera” a sociedade (Moutinho,

04:84). Sendo assim, os excessos decorridos da vida sexual permaneceram, para Prado, como traços intrínsecos ao caráter brasileiro

Os fenômenos de esgotamento não se limitam às funções sensoriais e vegetativas; estendem-se até o domínio da inteligência e dos sentimentos. Produzem no organismo perturbações somáticas e psíquicas, acompanhadas de uma profunda fadiga, que facilmente toma aspectos patológicos, indo do nojo até o ódio.(PRADO, 1928:69)

E, tal condição tenderia a se agravar, segundo Prado, três séculos de colonização já haviam produzido uma situação lamentável ao país,

[...] A colônia, ao iniciar-se o século de sua independência, era um copo amorfo, de mera vida vegetativa (...) População sem nome, exausta pela verminose, pelo impaludismo e pela sífilis, tocando dois ou três quilômetros quadrados a cada indivíduo, sem nenhum ou pouco apego ao solo nutridor; país pobre sem o auxílio humano, ou arruinado pela exploração apressada, tumultuária e incompetente de suas riquezas minerais; cultura agrícola e pastoril limitada e atrasada, não suspeitando das formidáveis possibilidades das suas águas, das suas matas, dos seus campos e praias; povoadores mestiçados, sumindo-se o índio diante do europeu e do negro, para a tirania nos centros litorâneos do mulato e da mulata; clima amolecedor de energias, próprio para a “vida de balanço”; hipertrofia do patriotismo indolente que se contentava em admirar as belezas naturais, “as mais extraordinárias do mundo”, como se fossem obras do homem; ao lado de um entusiasmo fácil, denegrimiento desanimado e estéril (...)indigência intelectual e artística completa, em atraso secular, reflexo apagado e da decadência da mãe-pátria; facilidade de decorar e loquacidade derramada, simulando cultura; vida social nula porque não havia sociedade, [...] (PRADO,06:85)

A importância atribuída ao sexo inter-racial e, por conseguinte à miscigenação revelaria a centralidade conferida à sexualidade no discurso de P. Prado e, como demonstrou Margareth Rago (2006), no de outros intelectuais que buscaram por uma interpretação do país. De acordo com Rago, somente recentemente percebeu-se a centralidade conferida à sexualidade na obra de estudiosos que buscaram por uma interpretação científica da realidade e uma definição para a identidade nacional, sendo assim, questionamentos que associam raça e sexo no Brasil ao “clima deturpador” dos trópicos estaria, em autores como Paulo Prado, inviabilizando qualquer processo de modernização aos moldes europeus.

“Medo da degeneração da raça, do escurecimento em vez do embranquecimento populacional que tanto queriam, medo do predomínio do instinto sobre a razão, medo de uma “psyché racial” que predeterminaria os brasileiros ao fracasso”. (Rago, 2006:12). Para intelectuais como Paulo Prado a cultura sexual estaria na origem da tristeza brasileira por estar associada ao declínio da sociedade. É da interpretação negativa sobre sexo “inter-racial”,

que resultaria a percepção do autor sobre o Brasil enquanto um país doente afligido pela melancolia, doença psicossomática associada ao excesso sexual”(MOUTINHO,2004: 84-5).

A identidade nacional é definida por P. Prado, de acordo com M. Rago, sobre uma base interpretativa que incorpora o discurso médico e preconceitos europeus na organização de sua percepção sobre a sociedade, toda a população passa então a ser definida sobre uma forte sexualidade “irradiadora para todas as outras dimensões físicas e psíquicas”. Tomado como verdade incontestada, apropriado e reproduzido, o discurso médico fundamentou a construção de um tipo nacional que “triste ou alegre, passa pela perversão, pelo predomínio do instinto sobre a razão (...)” (RAGO,2006)

O resultado é a construção de um campo discursivo que, de ordem biológica, reforça a estigmatização do outro percebido como desvio, monstruosidade, diferença. Etnocêntrico e xenófobo, apreende o outro biologicamente como raça inferior; falocêntrico, institui o masculino como lugar da verdade e da perfeição. Neste imaginário, por exemplo, as índias nuas - pura animalidade – desejam entregar-se aos homens brancos, pois vivem em estado de natureza e não de sociedade. No reino da natureza exuberante, só mesmo a sexualidade desvairada. .(Rago, 2006)

Non Ducor Duco

Partindo do pressuposto de que toda nação é uma “comunidade imaginada” tencionei traçar aqui o que se configuraria como outro “projeto” de nação: um “projeto paulista” para o país. As culturas nacionais construídas dentro do que se pode considerar uma história recente da “invenção” da nação, sofrem modificações que podem ser datadas historicamente. Sendo assim, os discursos produzidos sobre a nação ou “sentidos sobre a nação, sentidos com os quais podemos nos identificar” (HALL, 2006:50-51) são passíveis de sofrerem transformações ao longo do tempo.

Durante o século XIX foram projetadas bases para a formação de uma identidade nacional brasileira que intencionava criar vínculos de pertencimento entre os indivíduos e, construir assim identidades nacionais. Durante o Segundo Reinado e na vigência da escravidão referenciou-se o indígena materializado na figura do bom selvagem de José de Alencar como vértice de um projeto nacional. Com o processo de independência e a consolidação da República ensejou-se mais que uma mudança de status ou uma mudança de regime político; significou por em discussão novos projetos que correspondiam a interesses de diversos grupos políticos ou de uma geração que, principalmente no cenário da República, compunha um campo político mais heterogêneo e que estavam, de acordo com Alonso (2002), alijados do poder Saquarema. Não obstante, foi posto em debate temas variados relacionados às mudanças vivenciadas na sociedade naquele momento: federação, imigração, abolição da escravidão. Todavia, o novo regime inaugurado em 15 de novembro “não correspondeu precisamente a nenhum dos projetos dos contestadores e nem concentrou poder em um único grupo” (ALONSO, 2002:325). A preocupação de muitos dessas elites que ascenderam ao poder estava na construção de uma ordem pública burguesa e no desafio de além de consolidar a autonomia política constituir um Estado-Nação: governo, povo e território organizados em torno do princípio da unidade linguística, política, territorial que esbarrava na não homogeneidade da população.

Em detrimento da heterogeneidade de grupos que já se expressava durante no contexto do Brasil-Império, tornava-se difícil atender totalmente os anseios de determinados elites o que resultou em tensões que adentraram o século XX. Temos assim uma questão a ser ressaltada: a ideia de República foi pensada e reelaborada em diversos momentos e envolveu elites com interesses diversos.

A escolha por focar o estado paulista não excluiu a existência de outros projetos nacionais, de elites com perspectivas diferentes em relação à constituição de uma nação brasileira. Sobre isso é interessante atentar para os debates que permearam as discussões durante o período monárquico, destaque aquele referente à disputa entre a tendência centralizadora e a descentralizadora. Em 1834 foi aprovado o Ato Institucional à Constituição de 1824, esse aumentava a autonomia provincial através de medidas como, por exemplo, a criação das Assembleias Provinciais que, cedia às províncias o direito de legislar sobre a criação de novos impostos e na definição de investimentos. Nesse sentido, na transição para a república essa heterogeneidade de perspectivas sobre a nação tendeu a se reconfigurar de forma a gerar um discurso regionalista, ou seja, o regionalismo nasce ligado ao nacionalismo (ALBUQUERQUE JR, 2001).

O discurso regionalista, de acordo com Albuquerque Jr (2001), surge na segunda metade do século XIX, ao mesmo tempo em que a necessidade de se construir a nação é colocada como tarefa para os diversos grupos e, a centralização política conseguia se impor sobre a dispersão do período anterior. Sendo assim, o regionalismo “antecede e cria as regiões” (2001:306). O estabelecimento da ideia de “pátria” gerou uma reação em várias partes do território, a nação deveria ser pensada como algo homogêneo, dotada de uma única identidade que pudesse suprir todas as diferenças; o que fez com que esses regionalismos, apegados as “questões provinciais ou locais”, passassem a se “expressar cada vez mais sob o disfarce do nacionalismo” resultando em “visões e interpretações” locais que buscou se legitimar enquanto nacionais após a proclamação da república.

A construção da nação deve então ser pensada não como um processo neutro mas como um processo que envolveu a “hegemonia de uns espaços sobre os outros” (2001:41-42), construindo uma certa tradição de “tomar o espaço de onde se fala como ponto de referência, como centro do país. Tomar seus “costumes” como os costumes nacionais e, assumir as tradições das outras áreas como “regionais”, como estranhos.

Durante as primeiras décadas do século XX temos então diferentes interpretações sobre a nacionalidade; além de São Paulo outros espaços regionais, o Nordeste e o Rio de Janeiro chamavam para si a tarefa de construir a nação brasileira. Para tanto, diversos saberes foram mobilizados em torno da construção de uma origem para a região e para a formação de indivíduos que deveriam ser considerados “heróis nacionais”. Em São Paulo, como busco demonstrar, esses saberes giraram em torno da criação e defesa de uma raça paulista branca, portanto, superior e capaz de superar problemas e dificuldades; as mudanças urbanas que ocorriam na cidade paulista seriam sinais da modernidade e da civilização que necessitaria ser

estendida ao restante do país. A Semana de Arte Moderna reflete essa tentativa de construção de um “povo brasileiro”, de criar uma tradição para o país superando os “tipos regionais” e, excluindo a presença negra e mestiça de seu projeto para o país.

Como contraponto ao projeto paulista, a construção da nação sob a ótica das elites nordestinas teve em Gilberto Freyre e na ideia de “Brasil Mestiço” sua concepção mais acabada. Se para Paulo Prado a tropicalidade e a mistura racial levariam a impossibilidade da construção de uma nação civilizada; para Freyre, a mistura entre as raças homogeneizou a população, extinguiu os conflitos e fundou a nação brasileira nos trópicos.

Com as transformações geradas pela ascensão de Vargas ao poder o “projeto paulista” para a nação perde relevância e passa a ser “incorporado”, conjuntamente com outros, ao projeto vencedor. É somente a partir da década de 1930 então que se pode pensar na ideia de Brasil mestiço, de um “pacto racial” que se consolidaria durante o Estado Novo. A partir dessa colocação e, para dar continuidade a discussão, é necessário retornar a considerações feitas no início desse trabalho sobre os Estudos Pós Coloniais e retomar a ideia de que um dos eixos fundamentais que articulam o conceito de colonialidade do poder é a

classificação social da população mundial de acordo com a ideia de *raça*, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo (QUIJANO, 2005).

Sendo o mito fundacional da versão eurocêntrica da modernidade

a ideia do estado de natureza como ponto de partida do curso civilizatório cuja culminação é a civilização européia ou ocidental. Desse mito se origina a especificamente eurocêntrica perspectiva evolucionista, de movimento e de mudança unilinear e unidirecional da história humana. Tal mito foi associado com a classificação racial da população do mundo. (QUIJANO, 2005).

O mito da “democracia racial” possui como foco a homogeneização da população a partir da fusão entre as raças enquanto que, o “projeto paulista” proposto para a nação visivelmente excluía negros e mestiços da constituição da nação brasileira, ou seja, era um projeto cuja base se firmou sobre a concepção de uma “pureza racial” paulista sobre o restante da população de negros e mestiços, portanto, seriam inferiores e não partícipes da nação. Nestes dois imaginários nacionais existe a influência de perspectivas diferentes, ou seja, até a década de 1930 as elites regionais se espelham em modelos de Estado-Nação europeus mais especificamente, no caso do Brasil, no modelo francês de nação e, em São Paulo, como fica claro no pensamento de Paulo Prado, temos a influencia do modelo norte americano de nação.

Entretanto, apesar de não ser um projeto vencedor, nenhum imaginário sobre a nação é totalmente esquecido e ou absorvido, sendo assim, essas duas perspectivas de nação podem estar presentes no estado paulista.

Primeiramente é necessário fazer comentários sobre as conexões que se poderia estabelecer entre o que foi chamado “modelo de nação francês” e a ideia de “Brasil mestiço” gestada principalmente no nordeste do país.

Para Quijano, durante a formação do Estado- Nação moderno, foi necessário aos seus membros possuir algo além de uma identidade imaginada, foi preciso a existência de “algo comum real” algo que realmente se possa compartilhar; é na “comum participação democrática no controle da geração e da gestão das instituições de autoridade pública e de seus específicos mecanismos de violência” que se compartilha esse “algo real” (QUIJANO, 2005). Como exemplo de um Estado- Nação bem sucedido, o autor cita a França que, após a Revolução Francesa e a partir de um “colonialismo interno” conseguiu um “afrancesamento” efetivo porém não total dos povos que habitavam esse território.

Nos Estados Unidos desde o início da colonização, tanto a população autóctone quanto a população negra trazida para o território, foram excluídas da participação na vida política do país. Os índios nunca foram parte do espaço de dominação colonial britânico-americana, portanto, após suas terras serem conquistadas, foram considerados estrangeiros e quase exterminados. Quanto à população negra, o autor aponta que demograficamente era minoria enquanto os brancos compunham a grande maioria e, assim como para com indígenas, não era dado a eles o acesso a nenhum tipo de participação política no país.

Diferentemente de outros países da América, o Brasil concentrava um grande contingente de população negra e mestiça. No imaginário paulista, há uma espécie de desejo ou anseio, muito presente, por exemplo, em Paulo Prado, de excluir a população negra e mestiça e, a partir disso, alcançar um estágio de desenvolvimento semelhante aos Estados Unidos. Todo o projeto paulista estava baseado nessa ideia de superioridade da raça branca daí o negro e mestiço serem desqualificados para o trabalho liberto; não aparecerem ou, aparecerem ligados à devassidão e a luxúria nos trabalhos da Semana de Arte Moderna.

Margareth Rago (2006) aponta que a leitura feita sobre a história nacional por autores como Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda dentre outros, buscou por “analisar o que consideravam ser a incapacidade do povo brasileiro de construir uma Nação moderna, rica e poderosa, a exemplo dos Estados Unidos”. (RAGO, 2006.4-5) Para o ensaísta as pessoas migradas para a América do Norte levaram consigo princípios formadores de liberdade e rebeldia contra a pátria de origem que, associada à vontade de poder expressa no pioneiro,

fariam dele homem de ação e próspero dono de pequenas fazendas; por outro lado, o autor salienta a desventura do empreendimento colonizador português no Brasil.

A busca pela compreensão dos motivos que impediram a construção e o desenvolvimento de uma nação moderna no Brasil diferentemente do que ocorreu com os Estados Unidos alavancou outros trabalhos menos conhecidos como o do pesquisador gaúcho Vianna Moog.

Em meados da década de 1950, Vianna Moog publicou o livro *Bandeirantes e Pioneiros*. Partindo dos processos de colonização entre os dois países, o autor busca explicações tanto nas questões socioeconômicas quanto no que ele entende ser o “plano das mentalidades” para analisar as diferenças entre duas culturas. Para tanto, o autor lança mão de uma metodologia comparativa para tentar compreender as diferenças entre os dois países.

A partir de uma análise sobre o processo expansivo das fronteiras de ambos os países, Moog argumenta que ao contrário dos Estados Unidos, os portugueses que para cá vieram eram “inicialmente conquistadores, não colonizadores” (1955:130) sendo que na América anglo-saxônica o espírito de colonização prevaleceu sobre o de conquista, enquanto que na América Latina se deu precisamente o contrário: não foi o pioneiro que prevaleceu sobre o bandeirante, mas o bandeirante que triunfou sobre o pioneiro. (1955:135-6).

Apesar de relativamente distantes, Paulo Prado e Vianna Moog parecem concordar com as análises um do outro. O Brasil não se transformou numa nação moderna tal qual os EUA porque desde o início da colonização havia propostas diferentes. Além disso, a população que se formou no Brasil era completamente oposta à norte americana; aqui além da presença dos mestiços existia a figura do mazombo, o filho do português nascido no Brasil ou “ainda um europeu extraviado em terras brasileiras”(1955:151). Segundo o autor esse “mazombismo brasileiro” consistia

na ausência de determinação e satisfação de ser brasileiro, na ausência de gosto por qualquer tipo de atividade orgânica, na carência de iniciativa e inventividade, na falta de crença na possibilidade de aperfeiçoamento moral do homem, em descaso por tudo quanto não fosse fortuna rápida, e, sobretudo, na falta de um ideal coletivo, na quase total ausência de sentimento de pertencer o indivíduo ao lugar e à comunidade em que vivia. O belonging dos americanos não existia no mazombo. (1955:150-151)

Além disso, apesar de em alguns momentos colocar a mestiçagem como fator de importância para a adaptação do europeu nos trópicos, tanto mestiços quanto mazombos compartilham de um “afeto narcisista de si mesmo ou para a imagem idealizada que de si

mesmo vai aos poucos compondo, à proporção que se incompatibiliza com os modelos exteriores e à medida que o meio social o rejeita” (1955:159). Totalmente voltado para si, o mazombo desconhecia

Do Brasil e da América, de suas histórias, de suas necessidades, de seus problemas, nada ou pouco sabia, porque vivia no litoral, mentalmente de costas voltadas para o país. Iam mal as coisas no Brasil? Ah, isto não era com ele. Ademais, que poderia fazer, se era só contra todos? Na vida pública como na vida privada, nunca seria por sua culpa ou negligencia que isto aconteceria. A culpa seria sempre dos outros. E assim, recusando-se, *racionalizando*, contradizendo-se, não participando, reduzindo ao mínimo os seus esforços físicos, espirituais e morais para o saneamento e elevação do meio em que vivia, *pagando para não incomodar*, quando se tratava do interesse coletivo, lisonjeando, transigindo, corrompendo, revolvendo céus e terras quando se tratasse de seus próprios interesses, ninguém como ele para contaminar o ambiente de tristeza, imoralidade, indiferença e derrotismo. Inesgotáveis como eram suas reservas de má vontade para com tudo quanto se referisse ao Brasil, vivia a escancarar as suas simpatias para tudo quanto fosse europeu.

[...] Em fins do século, coma as simpatias de Portugal se tivessem volvido para a França, vivia zangado com o Brasil por a cultura brasileira não era a projeção exata da cultura francesa. (MOOG, 1955: 151)

Havia por parte de intelectuais como Vianna Moog uma diferença bem clara entre os EUA e a Europa, entre o projeto de nação que foi acolhido e o que foi rejeitado. O que demonstra o sempre contínuo processo de reelaboração dos projetos nacionais.

Quanto aos desdobramentos referentes ao projeto vencedor de nação no Brasil é necessário salientar que a ideologia da “democracia racial” acaba por mascarar a perspectiva eurocêntrica adotada pelas classes dominantes que os levou a “impor o modelo europeu de formação do Estado-Nação para estruturas de poder organizadas em torno de relações coloniais” (QUIJANO,2005); isso significa que as elites continuaram a organizar a população de acordo com a ordem hierárquica de povos superiores e inferiores, ou seja, reproduz em termos nacionais a “divisão internacional do trabalho e do sistema patriarcal global”.

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (QUIJANO, 2005)

Uma última consideração a ser feita refere-se a desdobramentos ocorridos em São Paulo após 1932. Para muitos intelectuais paulistas a derrota ocorrida na Revolução Constitucionalista havia sido culpa da falta de indivíduos realmente qualificados para gerir as mudanças que ocorriam na sociedade e assumir as novas tarefas que surgiam. Como consequência, em 1933 é fundada a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, com isso, a elite paulista buscava “recuperar a influência política perdida da Revolução de 1930, investindo em projetos educacionais e culturais voltados para a racionalização do trabalho, reforma social e modernização da gestão pública” (SIMÕES, 2009:35). Sobre as derrotas sofridas pelo estado, o manifesto de fundação da escola menciona:

“Dentre eles, entretanto, destaca-se naturalmente, por seu caráter básico, a falta de uma elite numerosa e organizada, instruída sob métodos científicos, ao par das instituições e conquistas do mundo civilizado, capaz de compreender antes de agir o meio social em que vivemos” (MANIFESTO DE FUNDAÇÃO DA ELSP DE SÃO PAULO apud KANTOR;SIMÕES: 2009)

Fato interessante é que a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, criada com o claro objetivo de formar a elite paulista, por vários anos terá em seu corpo docente professores da Universidade de Chicago, na qual se desenvolveu uma escola sociológica marcada pelos temas dos conflitos e da assimilação social de diferentes etnias e nacionalidades nos Estados Unidos.

O ano de 1934 foi o da criação da Universidade de São Paulo e nela, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Ao contrário da ELSP, a FFCL é conhecida por receber a missão francesa em São Paulo. Sendo assim, observa-se certa polarização de influências entre essas duas universidades, a ELSP aproximando-se mais da ideia de nação/exclusão proposta por São Paulo e, a presença da missão francesa com problemas, interpretações e formas de análise europeias/eurocêntricas.

Bibliografia:

ABREU, Capistrano. *Capítulos de História Colonial*. MINISTÉRIO DA CULTURA Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro.

_____. *Ensaio e estudos: crítica e história*. 4^o série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. *Caminhos antigos e povoamentos do Brasil*. BH.: Itatiaia, 1988.

ABUD, Katia. *Sangue intemorato e as nobilíssimas tradições* (a construção de um símbolo paulista o bandeirante. 1985 Tese(doutorado de História social) Universidade de São Paulo, São Paulo.

ACERVO HISTÓRICO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA do Estado de São Paulo.

Consultado <http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/publicacoes/publicacoes.htm#topo>

ADUCCI, Cássia C. *Os nacionalistas liberais paulistas e a construção da nação brasileira*. SP, 2002.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 2^a. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento: a Geração 1870 na Crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANDRADE, Oswald. *Um Homem Sem Profissão, sob as ordens de mamãe: memórias e confissões*. Prefácio de Antonio Candido. Rio de Janeiro, INL-Civilização Brasileira, 2^o edição, 1974.

_____. Manifesto da poesia Pau-Brasil in Teles, G. Mendonça. Vanguardas europeias e modernismo brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferencias vanguardistas de 1857 a 1972. Rio de Janeiro: Record, 1987.
ra, s/d.

- ARENDDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BHABHA. A outra questão In: *O local da cultura*. Belo Horizonte:Editora:UFMG, 2005.
- _____. Disseminação: O tempo, a narrativa e as margens da nação moderna. In: *O local da cultura*. Belo Horizonte:Editora:UFMG, 2005.
- BELUCHE, Renato. *O corte da sexualidade: o ponto de viragem da psiquiatria brasileira no século XIX*. São Paulo: Annablume, 2008.
- BERIEL, C. *Tietê, Tejo e Sena: a obra de Paulo Prado*. Campinas: Papyrus, 2000.
- BORGES, Dain. *Inchado, Feio, Preguiçoso e Inerte: A Degeneração no Pensamento Social Brasileiro, 1880-1940*. Tradução de Richard Miskolci. In: Dossiê Normalidade, Desvio, Diferenças. Teoria & Pesquisa. São Carlos: PPGCSO-UFSCar, 2005, p.43-70.
- BRAH, Avtar. *Diferença, diversidade e diferenciação*. In: *cadernos pagu*. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2006. No.26 p.329-376
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo:Brasiliense,1982. Coleção Tudo é História.
- BRITO, Mário as Silva. História do modernismo brasileiro-antecedentes da Semana de Arte Moderna, capítulo 9 “Sinais do Tempo, p. 154-155, 1971.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. SP: Cia editora nacional, 1967.
- _____. Literatura e Subdesenvolvimento. In: *Educação pela Noite e Outros Ensaios*. SP, Ática, 1989, p.141.
- _____. *Silvio Romero: teoria, crítica e história literária*. RJ.: Edusp, 1978.
- CARDOZO, Saturnino Nicoláo. *Saneamento da cidade do Rio de Janeiro*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1905.

Junior, A. de Almeida; Mursa, Maria. *Noções de puericultura*. São Paulo: Ana Rosa, 1927.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

_____. Sérgio. *A mestiçagem e seus contrários - etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo*. Tempo Social; Rev.Sociol. USP, S. Paulo, 2001.

_____. *A construção sociológica da raça na Brasil*. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 1, 2002, pp. 35-61.

_____. *Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial*. Rev. bras. Ci. Soc. vol.21 no.60 suppl.60 São Paulo, 2006.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

FERREIRA, A. *A epopeia bandeirante, letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: UNESP, 20002.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza*. Chapecó: Argos, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

_____. *História da Sexualidade 1. A Vontade de Saber*. São Paulo, Graal, 2010.

_____. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2006.

_____. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 30 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.

GONTIJO, Rebeca. *História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu*. História-Perspectivas, Franca, 2005.

_____. *Capistrano de Abreu, viajante*. Revista brasileira de história. Dossiê História e historiadores. SP, 2010.

Grosfoguel, Ramón. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*. Revista Crítica de Ciências Sociais, n.80, 2008.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 01-27.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

KANTOR, Iris; SIMÕES, Julio Assis (orgs). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933-1953: depoimentos*. 2ed. São Paulo: Sociologia e Política: 2009.

KAREPOVS, Dainis. São Paulo : a imperial cidade e a Assembléia Legislativa Provincial / Dainis Karepovs (texto e pesquisa) – 2.ed. – São Paulo :Assembléia Legislativa, Divisão de Acervo Histórico, 2006.

LOVE, J. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MACHADO, Roberto. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal: 1978.

MADIO, Telma Campanha de Carvalho. *A fotografia na imprensa diária paulistana nas primeiras décadas do século XX: O Estado de S. Paulo. Dossiê História e cultura visual.* Franca, 2007.

MAIO, (org.) *Raça, ciência e sociedade/ org. Marco Chor Maio, Ricardo Ventura Santos.* RJ.: Fiocruz, 1996.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Âncora de emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades.* São Paulo: Edusc, 2005.

MARTIUS, K.F. *Como se deve escrever a história do Brasil.* In Revista trimestral de história e geografia do instituto histórico e geográfico brasileiro, n. 24 1845.

von SPIX; von MARTIUS. *Viagem pelo Brasil 1817-1820.* 3ªed.Melhoramentos

MISKOLCI, Richard. *A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização.* In: Sociologias. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia-UFRGS, n.21, 2009.

_____. *O Vértice do Triângulo: Dom Casmurro e as relações de gênero e sexualidade no fim-de-siècle brasileiro* In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis: 2009.

MOOG, Viana. *Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas.* 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1955.

MOUTINHO, Laura. *Razão, “Cor” e Desejo.* São Paulo: Editora UNESP, 2004.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional.* São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

PAREDES, Marçal de Menezes. *A Querela dos Originais: notas sobre a polêmica entre Sílvio Romero e Teófilo Braga.* Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, Edição Especial, n. 2, p. 103-119, 2006.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados de investigação sobre a história operária e o trabalho urbano fora do eixo Rio-São Paulo.* Cad. AEL, v.14, n.26, 2009.

PIMENTEL, Talita C. *A Nação e seus Outros: Uma Leitura Subalterna de Os Sertões* de Euclides da Cunha. Dissertação, São Carlos, 2010.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Urbes industrializada: o modernismo e a paulicéia* como ícone da brasilidade. Revista Brasileira de História. SP, 2001.

PRADO, Paulo. *Paulística: história de São Paulo*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1925.

_____. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. Fonte digital. Digitalização da 1 ed. em papel 1928. SP, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura de. *Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário*. Revista USP, n°13, pp 78-87. São Paulo: USP, 1992.

QUIJANO, Anibal. *Notas sobre a questão da identidade e nação no Peru*. Estud. av. vol.6 no.16 São Paulo, 1992.

_____. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. En libro: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp. 227-278.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890 – 1930*. Rio de Janeiro: Ed. Paz & Terra, 1985.

_____. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 – 1930)*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991.

_____. *Sexualidade e identidade na historiografia brasileira*. Dossiê Identidades Nacionais n. 2. Campinas, 2006

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil*. De Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

RIBEIRO, Renilson Rosa. *Colônia(s) de identidades: Discursos sobre a raça nos manuais escolares de História do Brasil*. Dissertação Campinas, 2004.

RIO, João do. *O Momento literário*. RJ.: Garnier, 1904 (Entrevista realizada por Rio, em 1904).

RODRIGUES, Nina. *As coletividades anormais*. Edições do Senado Federal vol.76. Brasília, 2006.

_____. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Editora Guanabara, s/d.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 3ª. ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPSP, 2003.

SAID. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. SP: Cia das letras, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. SP.:Companhia das letras, 2003.

SEYFERTH, Giralda. *Colonização, imigração e a questão racial no Brasil*. Revista Usp, São Paulo, n.53, p. 117-149, março/maio 2002.

SCHWARTCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *As Barbas do Imperador – Um Monarca nos Trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

_____. *Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos trópicos*. IFCH – UFRGS: Mal-estar na Cultura / Abril-Novembro de 2010.

STEPAN, Nancy Leys. Raça e Gênero: O Papel da Analogia na Ciência. In: *Tendências e Impasses: O Feminismo como Crítica da Cultura*. Hollanda, Heloísa Buarque de (Org.) Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

_____. *A hora da eugenia*. Raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005

TRUBILIAN, Carlos Alexandre Barros; JUNIOR, Carlos Martins. *A Marcha para oeste de Cassiano Ricardo: um itinerário para a nação*. Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR, 2008.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro. *Varnhagen: história*, São Paulo, Ática, 1979.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *A literatura como espelho da nação*. *Estudos Históricos*, V. 1, n.2, 1988.

_____. *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 89-112.

SCOTT, Joan W. “*A Invisibilidade da Experiência*.” *Projeto História*. São Paulo, 1998.

WALDMAN, Thais C. *Moderno Bandeirante: Paulo Prado entre espaços e tradições*. Dissertação USP, 2009.

YOUNG, Robert. *Desejo Colonial: Hibridismo em Teoria, Cultura e Raça*. São Paulo: Perspectiva, 2005.